

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Alexandre Luís de Oliveira

Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha

Juiz de Fora

2014

Alexandre Luís de Oliveira

Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Juiz de Fora

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Alexandre Luis de.
Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha / Alexandre Luis de Oliveira. -- 2014.
133 p.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. Integralismo. 2. Raymundo Padilha. 3. Trajetória Política . 4. Partido de Representação Popular - PRP. 5. União Democrática Nacional - UDN. I. Gonçalves, Leandro Pereira, orient. II. Título.

Alexandre Luís de Oliveira

Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Juiz de Fora, 06 de junho de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (Orientador)

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado (Presidente)

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Dedico esse trabalho a meu filho Pedro e minha esposa Priscila. A vocês todo meu afeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora pelo espaço aberto para o desenvolvimento deste trabalho, com o apoio constante às demandas que surgiram nesta caminhada. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que muito colaborou para a execução da pesquisa.

Ao professor Ignacio Delgado, que muito colaborou nos primeiros passos desta pesquisa e que teceu sugestões precisas para o desenvolvimento da mesma. Aos professores e professoras da pós-graduação que muito contribuíram com suas aulas, abrindo os horizontes de sabedoria para uma melhor visão de mundo.

Ao professor Leandro Pereira Gonçalves, amigo e colaborador de longa data, que esteve ao meu lado ao longo da pesquisa como meu orientador. A ele, um agradecimento especial por estar presente em minha vida acadêmica desde os primeiros momentos da graduação em história, auxiliando, puxando a orelha, indicando caminhos mais pertinentes a serem traçados.

Agradeço ao professor Gilberto Calil que, embora não tenha feito parte da banca desta dissertação no momento da defesa, foi grande colaborador deste trabalho. Pude contar com sua presença no exame de qualificação e com seu valioso auxílio ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Rodrigo Christofolletti, que aceitou prontamente o convite para participar de minha banca de defesa e que foi também um colaborador em vários momentos de minha trajetória acadêmica.

À equipe do Arquivo Municipal de Rio Claro o meu muito obrigado. Fui muito bem acolhido pela instituição durante a semana em que passei na cidade para realizar a consulta ao acervo. Agradeço aos funcionários, que se dispuseram a me auxiliar com as fontes e atenderam a todas as minhas solicitações com rapidez. Agradeço em especial a Marigelma Santos da Silva, por todo o apoio.

À equipe do Arquivo Histórico de Petrópolis, que muito colaborou viabilizando uma longa jornada de consulta a diversos periódicos, sem os quais essa pesquisa não teria sido viável. Agradeço a Marise, responsável pelo arquivo, por ser uma fomentadora de trabalhos acadêmicos que utilizam como fonte o acervo do arquivo.

Ao pesquisador Joaquim Eloi dos Santos, do Instituto Histórico de Petrópolis tenho a agradecer imensamente a gentileza em me emprestar toda a sua coleção da revista *Anauê*, que compõem o seu acervo pessoal.

Aos diretores do Instituto Social Afonso Santos, Celso e Níria Afonso Santos, que compreenderam as faltas e atrasos decorrentes de minha trajetória de congressos e pesquisas o meu muito obrigado. Sinto muito orgulho em fazer parte da família ISAS. À Darinka Marroquim Senna, diretora do Colégio Petrópolis, conselheira e incentivadora, com quem pude contar com a compreensão em incontáveis momentos. Agradeço infinitamente.

Ao amigo e colega de profissão, Pedro Paulo Aiello Mesquista, grande conselheiro, incentivador e excelente revisor, o meu sincero agradecimento.

A Marília Cunha e Fábio Marques, colegas de trabalho no ISAS e revisores deste trabalho, muito obrigado.

A minha família e a família de minha esposa que foram muito importantes nessa caminhada em especial a minha mãe Cristina, meu pai Claudio, minha sogra Aparecida e meu sogro José, muito obrigado pela confiança e pela esperança que depositaram nessa fase da minha vida.

A minha esposa Priscila, agradeço por ter ficado todos os dias ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente. Ela acreditou em mim desde o começo de nossa caminhada juntos e viu em mim uma vocação para o campo da história que nem eu mesmo conseguia enxergar naquele momento.

Ao meu filho Pedro Mayworm, um verdadeiro presente em minha vida. Tantas vezes me surpreendeu com sua paciência e capacidade de conseguir esperar o término de longos dias de trabalho em frente ao notebook para, ao final, podermos brincar juntos.

Muito obrigado a todos.

RESUMO: Esta dissertação analisa a trajetória de Raymundo Padilha, último Governador do Estado do Rio de Janeiro antes da fusão com a Guanabara. Seu objetivo é compreender a trajetória política de Padilha, levando em conta as redes nas quais se inseriu como político e onde caminhou pelas varias nuances da direita brasileira, permanecendo por mais de duas décadas. A primeira parte se dedica aos primeiros passos de Padilha na política e sua participação na Ação Integralista Brasileira. Podemos perceber a atuação de Padilha desde os primeiros momentos de filiação na AIB de Petrópolis – RJ até sua chegada ao comando do núcleo fluminense. A segunda parte analisou a atuação de Padilha durante o Estado Novo varguista, período em que a AIB esteve na ilegalidade e Plínio Salgado, chefe e fundador do integralismo, esteve exilado em Portugal. Padilha assumiu nesse momento uma posição importante perante aos integralistas no Brasil, ele atuou como porta-voz de Plínio e ajudou na formação do Partido de Representação Popular. A terceira parte abrange o período parlamentar de Padilha, tendo como partida o ano de 1952 quando assumiu o cargo de Deputado Federal do Rio de Janeiro pelo PRP. Este capítulo também analisa sua atuação na União Democrática Nacional – UDN e posteriormente na Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Padilha chegou ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro em 1970 e ocupou essa posição até 1975. Após esse período se afastou da política.

ABSTRACT: This academic research analyzes Raymundo Padilha's trajectory, last Governor of the State of Rio de Janeiro before the merger with Guanabara. The research intended to understand, through the analysis of the trajectory of Padilha and taking into account the networks in which he entered as articulated in political and Brazilian right, staying for more than two decades in political activity. The first part is dedicated to the first steps of Padilha in politics and his participation in the Brazilian Integralist Action - AIB. It is possible to the action of Padilha from the first moments of membership of the AIB Petrópolis - RJ until his arrival at the command statewide. The second part analyzes the work of Padilha during the Estado Novo period in which AIB has been outlawed and Plinio Salgado, head and founder of AIB, in exile in Portugal. Padilha took that moment it an important current position at that moment, as the spokesman of Salgado and helped in the formation of the Party of Popular Representation. The third part analyzes the period of parliamentary Padilha, whose departure the year 1952 when he assumed the position of federal parliamentarian by Rio de Janeiro, as a PRP member. This chapter also analyzes his performance in the National Democratic Union - UDN and later, in the the National Renewal Alliance - ARENA. Padilha came to the office of Governor of the State of Rio de Janeiro in 1970 and held that position until 1975.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Periodicidade do Jornal <i>A Marcha</i>	34
Tabela 2: Resultado da eleição municipal de 1936 – Petrópolis – Vereadores eleitos.....	48

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do integralismo no Estado do Rio (1935).....	30
Figura 2: Jornal <i>A Marcha</i>	34
Figura 3: Artigo de Padilha para a <i>Anauê</i>	35
Figura 4: Imagem do Segundo Congresso Integralista – Petrópolis, 1935.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Associação Brasileira de Cultura

AIB – Ação Integralista Brasileira

AIPB – Ação Imperial Patrionovista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEXIM - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

DASP – Departamento Administrativo de Serviços Públicos

DNC – Departamento Nacional do Café

FUA – Frente Única Antifascista

LEC – Liga Eleitoral Católica

MUT - Movimento Unificado dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Liberal

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

SEP – Sociedade de Estudos Políticos

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDB – União Democrática Brasileira

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – MILITÂNCIA POLÍTICA DE RAYMUNDO PADILHA.....	19
1.1 ALIANCISTAS EM PETRÓPOLIS: CONFLITOS.....	39
1.2 ILEGALIDADE E RAYMUNDO PADILHA: O ESTADO NOVO E A AIB.....	49
1.2.1 Exílio de Salgado e a amizade com a família Padilha: correspondências (1938-1945)....	54
CAPÍTULO II - O ENFRAQUECIMENTO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E O FIM DOS ESTADO NOVO.....	65
2.2 A CRIAÇÃO DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR.....	70
2.3 ADESÃO DE RAYMUNDO PADILHA AO PRP.....	76
2.4 AÇÕES PARTIDÁRIAS DE RAYMUNDO PADILHA.....	87
CAPÍTULO III – RAYMUNDO PADILHA E A UDN.....	94
3.1 – O LIVRO AZUL VOLTA À CENA.....	101
3.2 - O FIM DO GOVERNO VARGAS E AS ELEIÇÕES DE 1955.....	103
3.3 – RAYMUNDO PADILHA E O PARLAMENTARISMO.....	109
3.4 – RAYMUNDO PADILHA PERANTE O GOLPE MILITAR DE 1964: IMPRESSÕES FINAIS.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

APRESENTAÇÃO

Quando se decide estudar movimentos de direita caímos no risco de pensar que a tarefa é mais fácil, devido a grande quantidade de fontes existentes. Porém, se engana quem pensa assim. Embora exista sim uma grande quantidade de documentação, não é uma tarefa fácil pesquisar em meio a tantas informações. O pesquisador tem um trabalho árduo para procurar distinguir o discurso oficial da época, do que é realmente o fato histórico.

O encontro com o tema que resultou nesta dissertação de mestrado teve início na graduação durante o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa, *Deus, Pátria e família: O integralismo poético de Plínio Salgado*, desenvolvido pelo professor Leandro Pereira Gonçalves, no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Nesse projeto, pude me aprofundar mais no integralismo, o que também influenciou na escolha do tema de monografia intitulado *O Movimento Integralista em Petrópolis-RJ*. Em meio a pesquisas sobre o integralismo, em especial, na dinâmica da militância integralista na cidade de Petrópolis e no estado do Rio de Janeiro, deparei-me com inúmeras fontes a respeito de Raymundo Delmiriano Padilha, em diferentes municípios e se expressando com frequência nos veículos de comunicação impressa do período. Chamou atenção a sua atuação junto aos núcleos e principalmente a sua ascensão como representante dos integralistas, principalmente no período do exílio de Plínio Salgado, em que ficou responsável pela reestruturação do integralismo e fundação de um novo partido já no período da redemocratização: o Partido de Representação Popular (PRP).

Os estudos sobre o integralismo, nos últimos dez anos, lançaram luz para os períodos anteriores e posteriores à sua existência legal, ou seja, antes de 1932 e depois de 1938. Se antes o interesse dos historiadores concentrava-se na atuação do integralismo em seu período oficial, atualmente a demanda por análises anteriores e posteriores a esse período ganham espaço nos debates acadêmicos. Nesse ponto esta pesquisa se insere, buscando compreender os destinos dos integralistas após o Estado Novo em novas arenas, como o PRP, UDN e ARENA¹. Assim, frente ao estado da arte do tema com o qual vinha trabalhando, cresceu o interesse em Raymundo Padilha, na medida em que me dei conta de que este esteve presente nessas múltiplas esferas após o Estado Novo, de modo que a opção pela análise de sua trajetória parte da concepção de que

¹ Ver: BERTONHA, João Fábio. Introdução. In: SILVA, Giselda Brito. GONÇALVES, Leandro Pereira. PARADA, Maurício B. Alvarez (Orgs.). História da política autoritária. Integralismos, Nacional Sindicalismo, Nazismo, Fascismo. P.12.

essa metodologia propicia um enfoque diferenciado do integralismo, sendo possível por meio dela seguir em direção aos questionamentos presentes no momento a respeito do integralismo.

Ao aproximar da análise biográfica em função da metodologia escolhida, que tem como ponto de partida a investigação acerca da trajetória de um indivíduo, torna-se imprescindível esclarecer que não se pretende esgotar a pesquisa em um elencado de dados biográficos, desconexos da sociedade onde Padilha estava circunscrito. Levo em conta as análises que procuram compreender a relação entre indivíduo e sociedade, em especial, os trabalhos do sociólogo Norbert Elias. Para ele a relação entre indivíduo e sociedade é interpretada como uma conexão indissociável. Cada indivíduo depende de maneira funcional de outros indivíduos. Cada pessoa representa um elo nas cadeias que o conectam a outros indivíduos, assim como todos os demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que o prendem. São cadeias elásticas, mutáveis que, embora não visíveis, possuem força e são reais. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma em relação à outra².

Não é o bastante, porém, admitir a impossibilidade de analisar de maneira isolada o indivíduo da sociedade e a mediocridade advinda da condução de um trabalho seguindo esse caminho. A relação entre indivíduo e sociedade é a chave para a contribuição das análises de trajetórias individuais. Assim, é necessário analisar de maneira minuciosa essas relações e nesse sentido, as redes sociais como metodologia muito tem contribuído no campo da História. Análises de redes sociais (*social network analysis*) permitem o estudo das teias que se formam por meio das interações humanas. Esta metodologia permite observar as dinâmicas das conexões sociais, como amizade e parentesco. Trata-se de um procedimento teórico e metodológico muito utilizado entre antropólogos e sociólogos no estudo das fontes do passado, que foi desenvolvido no final dos anos 1960, com os trabalhos pioneiros de Elisabeth Bott, Jeremy Boissevain, Clyde J. Mitchell e J. A. Barnes³. A preocupação central da abordagem das redes sociais consiste nos tipos e formas de relacionamento que são mantidos pelas unidades de análise (que podem ser pessoas, vilarejos, empresas).

² ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 P.23

³ Podemos indicar como trabalhos pioneiros as seguintes publicações: BARNES, J. A. Networks and Political Process. In *Social Networks in Urban Situations: Analysis of Personel Relationships in Central Africa Towns*, edited by J. Clyde MITCHELL. Manchester: The University Press, 1969; BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. *Current Anthropology*. vol. 20. n.2 (Jun. 1979) 392-394. BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social. Papéis, Normas E Relacionamentos Externos Em Famílias Urbanas Comuns* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. MITCHELL (Ed.), *Social Networks in urban situations: Analysis of personel relationships in Central Africa Towns*. Manchester: The University Press.

A aplicação dessa metodologia desloca o centro da análise do grupo para as relações interindividuais, levando em conta a capacidade de cada Ego manipular o conjunto das suas relações para tentar atingir seus fins, no sentido de melhorar a posição detida no interior do sistema social, fazendo uso de estratégias que objetivam aumentar a capacidade de controle sobre os recursos disponíveis. Essas estratégias envolvem a dinâmica das relações interindividuais e são enquadradas e limitadas pelos contextos ideológicos e institucionais do sistema social em que o indivíduo ou grupo analisado está integrado⁴.

Partindo desses pressupostos metodológicos, este trabalho se divide em três partes: No primeiro capítulo será analisado o ingresso de Padilha na vida política. Seus primeiros passos em grupos chamados pré-integralistas como a Sociedade de Estudos Políticos – SEP e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira – AIPB. Os primeiros momentos de Padilha como articulador da Ação Integralista Brasileira em Petrópolis, meses depois da fundação nacional do movimento, a qual Padilha além de articular o núcleo Petrópolis ainda criou vários sub-núcleos em vários bairros da cidade. Também será analisada a aproximação de Padilha e Plínio após 1935, ano em que ocorreu o Segundo Congresso Integralista em Petrópolis. Esse congresso resultou na promoção de Padilha a chefe integralista fluminense e membro da Câmara dos Quatrocentos. O capítulo irá fazer um panorama de Padilha até 1938 quando, pelo golpe do Estado Novo, a AIB é posta na ilegalidade.

O segundo capítulo analisa as articulações de Padilha durante o exílio de Plínio Salgado em Portugal para tentar manter o Integralismo coeso durante o período em que permaneceu na clandestinidade. Padilha foi designado por Plínio para assumir seu lugar como liderança e ponto de apoio aos integralistas que estavam sendo perseguidos pelo governo de Getúlio Vargas no Brasil. Durante esses anos de exílio de Plínio, Padilha se tornou peça chave na articulação das ideias enviadas por Plínio de Portugal, e também como o executor dessas ideias, como ocorreu posteriormente na formação e fundação do PRP.

O terceiro capítulo aborda o retorno de Plínio ao Brasil após o fim do Estado Novo e as articulações políticas advindas das tentativas de reingresso de Salgado no cenário político brasileiro, bem como suas estratégias e a inserção de Padilha nessas iniciativas. Nesse processo, Padilha assumiu nova fase em sua vida política, chegando a ocupar efetivamente cargos políticos.

⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, p.396.

Obteve o seu primeiro mandato em 1952 no cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, quando assumiu a suplência pela ocorrência da morte do titular da cadeira. Após essa incorporação de Padilha no parlamento brasileiro, ele irá permanecer no cargo até 1970, ano em que assumiu o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Essa trajetória política foi marcada por articulações que levaram Padilha a fazer suas escolhas e pertencer a bancada dos partidos PRP, UDN e ARENA. Este capítulo irá fazer um panorama das medidas e ações tomadas por Padilha para permanecer em seu cargo político, assim como suas estratégias para a preservação de seu *status* político.

Para a realização dessa pesquisa, foi consultado inicialmente o Arquivo Histórico de Petrópolis, mantido pela Fundação de Cultura do município, que disponibilizou os periódicos *Tribuna de Petrópolis* e *Jornal de Petrópolis*, por meio dos quais foi possível acompanhar a dinâmica do integralismo no município e identificar a ação de Raymundo Padilha e suas estratégias, além de conflitos envolvendo integralistas petropolitanos. Os jornais, por muitos momentos, apresentaram posicionamentos políticos conflitantes, sendo então fontes privilegiadas de informações ao propiciarem a comparação acerca das notícias sobre os núcleos e suas atividades, evitando a emboscada de uma pesquisa baseada apenas em um discurso oficial integralista. A *Tribuna de Petrópolis* foi amplamente utilizada pelos integralistas da cidade para a divulgação de suas atividades e de discursos de suas principais lideranças, incluindo, naturalmente, Padilha. Além desses títulos, no Arquivo Histórico de Petrópolis também foi possível à consulta do jornal *A Marcha*, periódico editado pelo núcleo integralista de Petrópolis e seu veículo oficial. Parte do acervo ainda existente desse jornal só pode ser encontrada na Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis, de modo que não foi possível analisar toda a coleção, já que parte dela não se encontra disponível para a pesquisa. Como fonte para a análise do período integralista também serão utilizados outros periódicos oficiais, mas de abrangência estadual e nacional, como *A Offensiva*, disponibilizada em microfilmes pela Biblioteca Nacional e a coleção da revista *Anauê*, gentilmente cedida para a consulta por Joaquim Eloy, do Instituto Histórico de Petrópolis. Outra base de dados utilizada em fases incipientes da pesquisa foram as correspondências depositadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), trocadas entre Plínio Salgado e Raymundo Padilha. Essa documentação pôde ser explorada de maneira mais ampla com a consulta ao Arquivo Municipal de Rio Claro (SP), onde está depositado o Fundo Plínio Salgado. Foi possível dispor de centenas

de correspondências trocadas entre Raymundo Padilha e Plínio Salgado por um longo recorte cronológico, que inclusive se estende para além do proposto por este trabalho.

Por fim, ao longo de toda a pesquisa, utilizou-se uma coletânea de discursos transcritos de Raymundo Padilha, disponíveis em seu perfil parlamentar. Essa coletânea de discursos foi selecionada por seu ex-assessor Paulo Brill, e publicada pela biblioteca da Câmara Federal. Os discursos escolhidos dão conta de toda a trajetória parlamentar de Padilha e foram selecionados de acordo com os principais fatos ocorridos em sua carreira política a cada ano. O livro em questão serviu como base de pesquisa dos discursos que foram transcritos de forma integral e serviram como fonte primária para a elaboração da presente dissertação.

É importante ressaltar que o estudo da trajetória de Padilha não se limitará ao personagem, mas sim, irá possibilitar que se faça um panorama da atuação da Ação Integralista Brasileira, o período em que o movimento ficou na ilegalidade e ainda, como um ex-integralista se articulou no cenário político brasileiro para manter sua posição partidária. Traçando essa trajetória será possível iluminar algumas lacunas que ainda possam existir sobre o período político delimitado.

CAPÍTULO I - MILITÂNCIA POLÍTICA DE RAYMUNDO PADILHA

Neste capítulo serão analisados os primeiros passos políticos de Raymundo Padilha, desde sua filiação ao Clube 3 de Outubro, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), até chegarmos na principal vinculação política de Padilha, o integralismo. Durante sua filiação na Ação Integralista Brasileira (AIB) é importante ressaltar sua atuação como fundador e articulador do integralismo no município de Petrópolis entre os anos de 1933 a 1935, que culminou com o Segundo Congresso Integralista ocorrido naquela cidade e que contou com Padilha a frente do núcleo.

Os estudos referentes à trajetória de Raymundo Padilha estão permeados por teorias históricas que permitem uma melhor reflexão do indivíduo com o meio em que ele conviveu. Nas últimas décadas é possível observar que no campo das ciências sociais, mais especificamente nas análises englobadas pela Sociologia, História e pela Antropologia, evidencia-se um considerável esforço no sentido de restituir as ações, estratégias e representações dos indivíduos, do mesmo modo que as relações que lhes servem de ligação⁵. As análises de trajetórias individuais, como a proposta neste estudo, inserem-se nesse esforço.

Nos estudos sobre trajetórias, a análise da relação entre indivíduo e sociedade é fundamental. Deve-se, a todo custo, buscar o distanciamento da ideia de analisar o indivíduo de maneira atomizada, desprezando sua inserção na sociedade. Uma análise que nos auxilia a compreender essa relação é feita por Karl Marx, que ressalta a limitação da ação individual frente a fatores que independem do indivíduo. Segundo Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente”⁶.

Nesse sentido, a análise de Norbert Elias também permite uma reflexão a respeito da relação indivíduo-sociedade e da interdependência entre ambos. A relação para Elias não consiste em uma oposição entre as duas partes. Ainda defende que cada indivíduo depende de maneira funcional de outros indivíduos, cada um representa um elo nas cadeias que o conectam a outros. Essa estrutura, para o sociólogo, assemelha-se a cadeias elásticas e mutáveis que mesmo

⁵ BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.45.

⁶ MARX, Karl. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, s.d., v.1, p.203.

invisíveis, possuem força e são reais. Elias chama essa organização de rede de funções, em que as pessoas desempenham um papel com relação às outras e define essa rede como sociedade⁷.

Foi no campo da antropologia que se desenvolveu uma abordagem que muitas contribuições têm oferecido ao estudo da história, especialmente às análises de biografias, e trajetórias: trata-se do conceito de rede. Formulado pela escola de Manchester na década de 1950, o conceito atravessou vários campos sociais. A preocupação central desta abordagem são os tipos e formas de relacionamento que são mantidos pelas unidades de análise. Essas unidades podem ser pessoas, comunidades ou instituições. Uma das representantes dessa escola, a antropóloga Elisabeth Bott, considera que uma unidade de rede não está necessariamente centrada no indivíduo. Pode até se estender para grupos mais extensos, pois o que importa nesse tipo de análise não é o indivíduo em seu meio social, mas toda a dinâmica de interações da qual o indivíduo participa.⁸

Segundo a historiadora Amélia Polônia, que utiliza o conceito para as análises de redes comerciais entre Brasil e Portugal na Época Moderna, essa abordagem toma o indivíduo como objeto primário de estudo e a partir dele, tenta definir as redes e compreender os sistemas. Polônia afirma ainda que

a análise de redes perspectiva, como se sabe, as relações sociais em termos de nódulos e laços, sendo os nódulos os indivíduos e os laços as articulações entre eles. Ao contrário, porém, dos tradicionais modelos da Sociologia, que entendem que a posição de um indivíduo numa rede é determinada e deve ser compreendida pelo sistema que se integra, novos modelos de análise entendem o sistema como resultado das redes complexas que se geram entre os nódulos, os agentes⁹.

Através dessas considerações teórico-metodológicas o trabalho será norteado, visando construir uma análise de trajetória política que estabelece as múltiplas conexões da qual participou Raymundo Padilha, levando em conta não só a sua atuação, mas também a influência dos demais atores sobre sua trajetória, o que pode resultar numa abordagem também dessas próprias redes e grupos, de uma perspectiva diferente, trazendo ainda a possibilidade de novos olhares a respeito desses grupos.

⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁸ BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 295-310.

⁹ POLÓNIA, Amélia. BARROS, Amândio. *Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na constituição do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)*. In: ALMEIDA, Suely C. C. et al. (org.). *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012. p.3-4.

A primeira participação de Raymundo Padilha em movimentos políticos foi o Clube 3 de Outubro¹⁰. A documentação em relação à vinculação de Padilha nesse período, tanto no Clube 3 de Outubro quanto da SEP, é extremamente deficitária. A fonte que fornece os dados de sua participação em tais grupos pode ser encontrada no livro *Perfil Parlamentar de Raymundo Padilha*¹¹. Apesar das dificuldades, é necessário transpô-las para compreender o começo da trajetória de Padilha e também da AIB, pois esses grupos podem ser caracterizados como pré-integralistas.¹² Para se entender o momento e o sentido da fundação do Clube 3 de Outubro é importante ressaltar que a década de 1930 se mostrou como um período de encontro das transformações ocorridas nos meios políticos brasileiros oriundas do final da década de 1920.

A década de 1920 no Brasil foi marcada por um panorama de instabilidade na economia em função do declínio dos preços internacionais do café. No final da década de 1920 e começo da década de 1930, ocorreram grandes transformações no cenário político brasileiro. Em 1929, o então presidente da República, Washington Luís, precisava indicar um candidato à sucessão presidencial. O nome lançado foi o de Júlio Prestes, candidato representante de São Paulo, mas a elite política esperava ver um representante mineiro ocupando o cargo. Essa divergência abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas anteriormente pudessem ressurgir.¹³

Por outro lado, setores insatisfeitos com o sistema de governo oligárquico apostavam na candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. O grupo propunha grandes transformações no contexto nacional, tais como: reformas no sistema político, voto secreto e fim das fraudes eleitorais, além da anistia para os perseguidos políticos e da defesa de direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores.¹⁴ Com estas reformas, o governo brasileiro passaria a ter uma presença maior nas relações trabalhistas com ações que incluíam a regulação do tempo de trabalho e mediação de salários.

¹⁰ BRILL, Paulo. *Raymundo Padilha* - seleção de discursos e introdução por Paulo Brill. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Perfis Parlamentares, n. 46, 2006. p. 49

¹¹ Paulo Brill foi secretário de gabinete de Raymundo Padilha no período em que este foi governador do estado do Rio de Janeiro – 1970 a 1975.

¹² Cf. TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

¹³ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 389-390.

¹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 16

Outra proposta de transformação e talvez a mais enérgica consistia em uma economia diversificada, com o estímulo da produção de outros produtos agrícolas além do café, e a diminuição das disparidades regionais.¹⁵ Esta foi uma das propostas da Aliança Liberal que mais perturbou os interesses econômicos da época, pois o café era a base financeira do Brasil e São Paulo, o estado com maior rentabilidade.

Em março de 1930, o então candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, saiu derrotado. Após esse resultado, alguns membros consideravam o caso como perdido, entretanto outra parte articulava uma tomada de poder a força. Encabeçaram este movimento os tenentes. Um fato contribuiu para os revoltosos: a morte de João Pessoa, candidato e vice-presidente na chapa de Vargas. Embora as razões do crime tenham sido passionais, o fato foi encarado como conspiração e Pessoa, transformado em mártir do movimento.¹⁶ Este foi o estopim para a eclosão das tensões que mobilizou Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Esse movimento é tratado, por grande parte das análises historiográficas sobre o período, como Revolução de 1930. Nenhum dos grupos participantes do processo pôde oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade. Por conta disso, seguiu-se um governo baseado no estado de compromisso entre as várias facções. Quem controlava o governo já não representava de modo direto grupos sociais hegemônicos.¹⁷

No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório do Brasil, fechando, de imediato, o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais. Governadores de vários estados foram depostos e a Constituição de 1891 foi revogada. O chefe do governo provisório passou a governar o país por meio de decretos-lei.¹⁸

A mudança do governo não foi suficiente para acalmar o cenário político, pelo contrário, as instabilidades e agitações marcaram o ano de 1932 no meio civil e militar. Vários grupos se digladiaram para influenciar o recente governo, que ainda se encontrava em período de organização. Estas instabilidades no país resultaram na Revolução Constitucionalista, em que forças paulistas que se sentiam desfavorecidas com o governo centralizador de Vargas organizaram um levante, a fim de reaverem privilégios perdidos com a Revolução de 1930. Em outubro de 1932, tropas federais decretaram o fim ao levante, mas os derrotados paulistas

¹⁵ Idem.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Sumara Conde Sá. op. cit., p. 389-390.

¹⁷ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972. p. 38.

¹⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit., p.17.

conseguiram algumas de suas reivindicações, como a promessa de reconstitucionalização do país, um interventor paulista e civil em São Paulo.¹⁹

Foi neste contexto que o Clube 3 de Outubro foi criado em fevereiro de 1931, em meio aos esforços de organização nacional do movimento tenentista. O Clube não contou apenas com militares tenentes, mas também civis e surgiu como uma tentativa de continuar influenciando o governo provisório de Getúlio Vargas no período pós 1930. O objetivo principal do Clube era continuar articulando civis e militares entorno da recém-chegada de Vargas ao poder. É importante ressaltar que o Clube não foi e não manteve a pretensão de ser partido político, mas sim observar de perto as estratégias do governo provisório de Vargas. Uma característica importante a ser analisada, levando em conta que Padilha fez parte deste Clube, foi seu caráter elitista, não sendo possível o alistamento de qualquer indivíduo. Seus membros deveriam ser convidados a participar das reuniões que eram realizadas de forma secreta. Esse aspecto elitista do clube se modificou após a Revolução Constitucionalista de 1932, pois foi a partir deste momento que o Clube abriu suas portas à sociedade em geral e perdeu assim seu caráter elitista e tenentista.²⁰ O Clube manteve em seu programa a defesa do fortalecimento do Executivo, máquina administrativa centrada nos interesses nacionais, conselhos técnicos, além de uma legislação social de proteção ao trabalhador e distribuição de terras privilegiando os pequenos produtores, diminuindo assim o poder dos latifundiários.²¹

Dessa maneira, Vargas encontrou no Clube 3 de Outubro um contrapeso político que poderia ajudá-lo a manter o equilíbrio político por mais tempo, em um momento em que cresciam as pressões políticas das antigas máquinas partidárias, que exigiam eleições e o restabelecimento de um governo constitucional, respaldados pelos efeitos da crise de 1929 e da instabilidade política brasileira do pós-1930. “O Presidente da República, cooptando os tenentes do Clube, neles se apoiava para resistir às exigências oligárquicas, assim como nelas se apoiava para refrear os avanços tenentistas.”²²

Mesmo sem contar com força política própria, o Clube 3 de Outubro foi muito importante para o Governo Vargas, pois serviu de apoio para seu governo de forma geral.

¹⁹ Ibidem, p. 23.

²⁰ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 119-132.

²¹ Idem, p. 22

²² Idem, p.123.

O relacionamento de Vargas com os tenentes se tornou necessariamente íntimo e dependente, pois o Clube 3 de Outubro se constituiria numa guarda presidencial de elite. [...] Vargas consultava a Clube a respeito de nomeações e decretos importantes, enquanto os tenentes agiam com sua aprovação prévia. Os tenentes atuavam também na identificação dos inimigos de Vargas em todo o país, montando conspirações para sua derrubada.²³

Pode-se perceber uma relação intensa entre o Clube e o governo de Vargas, e neste contexto Padilha já figurava como membro do Clube. Embora como já fora sinalizado, há uma escassez de documentação que liga Padilha ao Clube, entretanto, se entendermos a dinâmica do Clube podemos entender de certa forma quais eram as perspectivas políticas de Padilha no início dos anos 1930.

Outro grupo importante que marcou a trajetória de Padilha foi a SEP. Fundada em fevereiro de 1932, por aquele que viria a ser o Chefe da AIB, durante o período em que trabalhou no jornal *A Razão*, essa sociedade tinha como missão estudar problemas nacionais e traçar, a partir desses estudos, medidas com o objetivo de formular uma política salvadora. A SEP manteve como objetivo organizar um grupo que pudesse discutir a organização de um novo movimento político, tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário.²⁴

Salgado, no momento de fundação da SEP, traçava o seguinte panorama:

[...] o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marchar resolutamente na história. Clama-se pela justiça social e por mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender os interesses da coletividade²⁵.

Os princípios que embasavam aos debates políticos da SEP eram:

- a — Somos pela unidade da nação;
- b — Somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no Estado;
- c — Somos pela implantação do princípio de autoridade, desde que ele traduza forças reais e diretas dos agentes da produção material, intelectual e da expressão moral do nosso povo;

²³ CONNIFF, Michael L. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 146.

²⁴ GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 213-214.

²⁵ TRINDADE, Héglio. Sociedade de Estudos Políticos – SEP. In: ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/08/2013.

- d — Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país;
- e — Somos por um programa de coordenação de todas as classes produtoras;
- f — Somos por um ideal de justiça humana, que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção, em benefício de todos, sem atentar contra o princípio da propriedade, ameaçado tanto pelo socialismo, como pelo democratismo, nas expansões que aquele dá à coletividade e este ao indivíduo;
- g — Somos contrários a toda a tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; somos contra a tirania dos indivíduos contra a ação do Estado e os superiores interesses da nação;
- h — Somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças, de classes, de indivíduos, grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas;
- i — Somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do homem e no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas do nosso século.²⁶

Em maio de 1932, a SEP organizou sua terceira sessão. Foi quando Salgado propôs, com apoio da tendência majoritária, a criação de uma nova comissão técnica, visando “transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP”.²⁷ Foi neste momento que a Ação Integralista Brasileira começou a ganhar seus primeiros contornos e a se tornar uma realidade no contexto político nacional.

É fundamental realizar uma análise da AIB para se entender a dinâmica política de Padilha durante a década de 1930. Fundado oficialmente após a publicação de uma carta de intenções que ficou conhecido como *Manifesto de Outubro*, em 7 de outubro de 1932, a AIB foi o resultado final de anos de articulação política feitas por Plínio Salgado.²⁸ Para compreender as características essenciais do integralismo, é imprescindível analisar aspectos da trajetória política de Salgado, seu principal idealizador, principalmente pela liderança suprema estabelecida no decorrer do movimento. Salgado teve uma formação muito formal. Nascido em família católica, desde cedo foi introduzido em um profundo patriotismo.²⁹ Em 1922, integrou à geração de modernistas, participando da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, e que foi marcada pela tentativa de resgate de um profundo censo nacionalista. Salgado foi um dos líderes do Manifesto Verde-amarelismo que surgiu de influências trazidas por ele da Semana de Arte

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 41

²⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. op.cit., p. 32-88.

Moderna e também do Movimento da Anta, uma radicalização inspirada em regimes totalitários europeus e com forte apelo a um nacionalismo cultural e político.³⁰ Salgado iniciou sua participação no cenário político em 1928 quando se elegeu deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista.³¹

Como resultado de sua participação política, idealizou e formulou o integralismo que surgiu da fusão de alguns movimentos além da SEP que já atuavam no cenário político brasileiro antes de outubro de 1932, tais como: Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o neomonarquista, Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundado em 1928³². A AIPB cooptou seus membros em Congregações Marianas ligadas à Igreja Católica e estudantes das Faculdades de Letras, Filosofia e Direito da Universidade de São Paulo e manteve como objetivo a reconquista do espaço perdido pelo catolicismo após a proclamação da República brasileira em 15 de novembro de 1889.³³

Tanto as congregações marianas quanto a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo instrumentalizaram a estratégia da “reação” essencialmente cultural, adotada pela Igreja Católica nos anos 1920, sob a orientação de D. Sebastião Leme, a qual ramificava-se ainda em centros de estudos teológicos e filosóficos, conferências sobre temas religiosos, cursos de teologia para leigos, edição de jornais e revistas. Tal estratégia consistia na tentativa de penetração do catolicismo em áreas consideradas cruciais, como o sistema de ensino, os circuitos de produção cultural e nos campos institucionais que abrigassem intelectuais, combatendo a política educacional que implantara no país o ensino dissociado da religião.³⁴

Plínio Salgado e membros da AIPB conviveram juntos após a criação da SEP. A ligação entre patrianovistas e Salgado chegou ao fim após o lançamento da AIB em 1932. A separação ocorreu, pois o Manifesto de outubro de 1932, que marcou a fundação da AIB, não pregava o retorno da monarquia brasileira como previa os patrianovistas, e pelo fato do integralismo não definir o catolicismo como sua religião oficial, pelo contrário, o integralismo não sinalizou possuir uma religião oficial. Mas esse rompimento foi muito mais por causas discordantes que no campo das perseguições, tanto que durante o II Congresso Integralista realizado em Petrópolis,

³⁰ GONÇALVES, Leandro Pereira. Literatura e Autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito. GONÇALVES, Leandro Pereira. PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional sindicalismo, Nazismo, Fascismos*. Recife: UFRPE, 2010. p. 275.

³¹ MAIO; CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 49.

³² TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; 1974. p. 103.

³³ MALATIAN, Teresa. *Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 37-38.

³⁴ *Ibidem*, p. 40.

em 1935 os patrianovistas foram convidados a participar da cerimônia de homenagem à Família Imperial.³⁵

Outro importante fator na formação do integralismo foi a viagem de Plínio à Europa durante o ano de 1930, quando o futuro chefe da AIB manteve contato com o fascismo italiano. Embora o movimento integralista tenha tido raízes brasileiras, houve sim uma afinidade e uma proximidade de ideias entre o integralismo e o fascismo italiano, mas isso não significou uma tentativa de adoção sistemática por parte do integralismo de um governo fascista no Brasil. O integralismo foi inspirado em movimentos de caráter conservador, como o Integralismo Lusitano, oriundo da vertente francesa, a *Action Française*, sustentados por um discurso religioso identificado com a Doutrina Social da Igreja. Além dessa relação a AIB de Plínio Salgado encontrou no Fascismo de Mussolini a prática política que necessitava para organizar politicamente o movimento.³⁶ O movimento nasceu em um momento de transformação política mundial e principalmente no Brasil, sendo que a década de 1930 pode ser vista como o local de encontro de várias correntes políticas que, estando em desacordo com as regras do capitalismo liberal, ansiavam por políticas mais nacionalistas. O integralismo surgiu deste turbilhão de interesses que viam no governo de Getúlio Vargas uma oportunidade de colocar em prática seus interesses políticos.³⁷

De certa forma, o integralismo foi visto de perto por agentes ligados ao fascismo italiano. De 1932 até 1936 o integralismo era seguido de longe pelos embaixadores italianos no Brasil que julgavam Plínio Salgado um líder fraco e desprezioso, muito aquém do exemplo máximo do Fascismo, Mussolini. A partir de 1936 o integralismo foi acompanhado mais de perto pelos fascistas que viam em uma possível chegada de Plínio Salgado à Presidência da República Brasileira a possibilidade de expansão dos ideais fascistas para o Brasil. Com Plínio na Presidência “o integralismo estaria disposto a fazer, depois, concessões para a Itália; sempre, bem entendido, dentro dos limites permitidos pela honra do País.”³⁸ Os italianos chegaram a ajudar financeiramente o integralismo considerado-o um “Partido Irmão”.³⁹ O financiamento e a aproximação com o integralismo chegaram ao fim após o golpe do Estado Novo, em que Vargas

³⁵ *Ibidem*, p. 65-68.

³⁶ GONÇALVES, Leandro Pereira. *op.cit.*, p.159-215.

³⁷ MAIO; CYTRYNOWICZ, *op. cit.*, p.48.

³⁸ TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 83.

³⁹ *Ibidem*, p. 84.

findou com as expectativas eleitorais de Plínio, que a partir desde momento não era mais útil para os fascistas italianos.⁴⁰

Mas não se pode definir o integralismo brasileiro como um simples resultado do fascismo italiano. O integralismo manteve suas especificidades que, “embora de ponta a ponta mimético, o discurso integralista ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, e cuja razão de ser nasce da resposta equivocada à heteronomia de país periférico”⁴¹. No contexto de década de 1930, o Brasil, como já pudemos acompanhar, estava passando por muitas transformações, principalmente com as mudanças trazidas pelo capitalismo que alterou as bases produtivas agrárias para o capitalismo industrial. Nesse sentido o integralismo não pode ser identificado como uma cópia fascista, mas sim como uma ideologia reacionária contrária a fase capitalista em que o Brasil estava passando.⁴² Mais importante que definir o integralismo como fascista ou não fascista é analisar as especificidades da estrutura desenvolvida por Plínio Salgado e seus seguidores e estabelecer como esses agentes formularam suas ideias em uma década de intensas transformações no Brasil.⁴³

Estruturalmente o integralista manteve três principais alvos de ataque: o liberalismo, o socialismo e o capitalismo internacional. Estes três alvos são claramente percebidos no discurso político de Padilha desde os primeiros anos de sua vinculação ao movimento. Um dos principais argumentos do combate às políticas socialistas se deve ao motivo de “os integralistas consideram que o socialismo não seria a antítese do capitalismo, mas o resultado natural de sua evolução, porque ambos se apoiam na mesma concepção materialista da sociedade”.⁴⁴ Com isso pode-se perceber que a crítica direta dos integralistas era em relação ao capitalismo internacional que ao invés de servir como freio das ações socialistas realizava o caminho inverso, pois, quanto mais problemas o capitalismo gerava para o mundo, tais como pobreza, desemprego, abismos sociais, mais a doutrina socialista ganhava adeptos. Com isso nota-se que os integralistas teceram críticas ferrenhas ao liberalismo justamente por argumentarem que a expansão do socialismo se deu

⁴⁰ *Ibidem*, p. 86-88.

⁴¹ VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira – análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 17

⁴² CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 652.

⁴³ CHAUÍ, Marilena, CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e Mobilização Popular*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 116.

⁴⁴ TRINDADE, Héliogio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro. [et al.]. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. V,10: sociedade e política. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 390 - 391

como causa dos problemas gerados pelo liberalismo. Outro ponto importante é com relação ao capitalismo. As principais críticas do integralismo ao capitalismo ficam no âmbito do capitalismo financeiro internacional. O movimento tinha como objetivo “transformar o capitalismo liberal clássico num capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral.”⁴⁵

O integralismo surgiu em meio a uma sociedade que sentia o ressoar do impacto internacional da Revolução Soviética e a ascensão dos movimentos de caráter autoritário na Europa. Na década de 1930, as tendências antiliberais encontraram um clima propício para se expandirem, encontrando expressiva recepção em amplos setores da classe média, dentro do clero católico e na ala feminina, ansiosa para tornar-se agente social⁴⁶. Além disso, durante a década de 1930, os discursos autoritários do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão encontraram receptividade em diversos grupos no Brasil, que tentaram propor um modelo viável à realidade brasileira, apesar das diferentes condições históricas e sociais da Europa. Dentre os vários segmentos que se identificou com esse discurso, a AIB foi o primeiro partido nacional, com uma organização de massa, a existir no Brasil⁴⁷. Consolidada a sua posição em São Paulo, em agosto de 1933, a AIB iniciou uma fase de expansão para outras regiões do Brasil. Neste período, os trabalhos de propaganda e organização se intensificaram. Durante o segundo semestre daquele ano foram fundados os primeiros núcleos no interior do estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Cantagalo, Itaperuna e Friburgo⁴⁸.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. A ação integralista no Maranhão. (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999. p.12.

⁴⁷ Ibidem, p.11.

⁴⁸ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os primeiros anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). *À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p. 52-54.



Figura1: Mapa do integralismo no Estado do Rio (1935)

Fonte: Anauê, número 01 de Janeiro de 1935, p. 10

Como podemos observar na Figura 1, o integralismo criou núcleos nas principais cidades do Estado do Rio de Janeiro e a partir da implementação desses núcleos eram articulados subnúcleos com objetivos de alcançar todo território fluminense. Estruturalmente a AIB foi alicerçada na figura do “Chefe Nacional” que sempre se baseou em Plínio Salgado. Além do “Chefe” o integralismo contava com um

Conselho Supremo, ligado diretamente a Salgado; a Câmara dos Quarenta, da qual Padilha fez parte a partir de 1935; Câmara dos Quatrocentos, também ligada diretamente a Salgado; as Secretarias; os Chefes Arquiprovinciais; os Chefes Provinciais; os Chefes Locais, além de numerosos conselhos que tinham a finalidade de auxiliar as ações da chefia nacional e eram conhecidos como as cortes do integralismo.⁴⁹

O papel de Padilha no movimento começou a ser delineado logo após sua filiação na AIB, por manifestar grande interesse ao longo de sua vida pelo setor financeiro, era funcionário do Banco do Brasil no setor de câmbio. Padilha chegou a fazer parte da elite intelectual do integralismo, mantendo como objetivo disseminar a doutrina integralista através de vários meios de comunicação que obteve acesso, para alcançar principalmente a classe média e o operariado em organização⁵⁰.

Raymundo Padilha exerceu um papel-chave na estruturação do movimento integralista no estado do Rio de Janeiro. Ele foi um dos fundadores da seção integralista de Niterói da AIB ao lado de Thiers Martins Moreira, Lamego Filho e Ataliba Lapage, e articulou a fundação do

⁴⁹ SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*. Edição do Núcleo Municipal de Niterói, abril de 1937, p. 39.

⁵⁰ CRUZ, Natalia Reis. *Ação Integralista Brasileira. Um Subversivismo Reacionário no Contexto da Revolução Passiva de 1930 e da Modernização Conservadora*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GRAMSCI E OS MOVIMENTOS POPULARES, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010, p. 5.

núcleo integralista em Petrópolis, o qual também foi chefe e onde atuou ativamente durante toda a legalidade do movimento.⁵¹

A formação da AIB foi processada internamente a partir da confluência de vários grupos de extrema-direita e da influência do pensamento católico de cunho conservador entre os quais a AIPB, organização neomonarquista católica, que tinha entre os objetivos, restaurar a monarquia no Brasil.⁵² A situação de Petrópolis, nesse sentido, é peculiar. A história da cidade tem vínculo estreito com o período do império. Planejada para ser a sede de veraneio da família imperial, foi construída na fazenda do Córrego Seco, propriedade de D. Pedro II. Além do palácio, o plano de construção incluía a urbanização de uma vila imperial com quarteirões, a edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara, a construção de um cemitério, a cobrança de foros dos colonos moradores e a expulsão dos que estavam ocupando ilegalmente as terras da região⁵³. Neste aspecto,

a associação de Petrópolis à monarquia é imediata, uma vez que até hoje os eventos na cidade sempre utilizaram a imagem de D. Pedro II e da coroa como os símbolos maiores da cidade. Além disso, desde 1981, a cidade ostenta o título de “Cidade Imperial”, o que reforça ainda mais a ideia de uma cidade aristocrática e conservadora⁵⁴.

Esse vínculo com a monarquia e esse traço conservador de certo contribuiu para que o município fosse um dos mais expressivos núcleos integralistas na década de 1930. É de relevância a dimensão da atuação da Igreja Católica em Petrópolis no período que se dava principalmente através do intelectual e pensador católico Alceu Amoroso Lima. Tristão de Athayde, como era conhecido através de seu pseudônimo, morou em Petrópolis e foi diretor de uma fábrica de tecidos denominada Cometa durante a década de 1930. Figura fundamental no movimento de renovação católica, Alceu dirigiu o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica (LEC)⁵⁵.

⁵¹ COUTINHO, Amélia. *Raymundo Delmiriano Padilha*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/08/2013.

⁵² Cf. TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

⁵³ TAULOIS, Antonio Eugenio. *História de Petrópolis*. UCP/IHP. 2007. <www.petropolis.rj.gov.br> Acesso em: 01/08/2013.

⁵⁴ MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. 2005. 175f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p.78

⁵⁵ TRINDADE, Hégio. op. cit., p.111-122.

Fundado em 1922, o Centro Dom Vital surgiu em meio aos festejos de comemoração do Centenário da Independência do Brasil e em um momento que novas expectativas surgiam com o fim da Primeira Guerra Mundial. “Uma nova geração deixava-se dominar pelo espírito realista e assumia um combate ao ‘idealismo’ dos mentores da República. Esse realismo passava a ser uma marca comum de diversas correntes, tendo assumido alguns o combate ao ‘individualismo’ e outros ao ‘burguesismo’.”⁵⁶

O ano de 1922 ainda foi marcado como um ano importante para três setores específicos. No campo político com o início do movimento tenentista, no campo literário com a realização da Semana de Arte Moderna e no campo religioso e espiritual com a criação do Centro Dom Vital que surgiu pelo apelo de reaquecer a fé católica no Brasil feita por Dom Sebastião Leme.⁵⁷

Em suma, o Centro Dom Vital cumpriu o papel de aglutinador de forças que eram organizadas para em seguida serem redistribuídas de volta ao social, como ressalta a relação do Centro com os movimentos religiosos de massas e com os demais organismos. O Centro foi também o reelaborador das doutrinas orientadoras das atividades católicas, conforme os programas desenvolvidos para atingir diretamente os intelectuais. Submetido às orientações do episcopado, ele contribuiu decisivamente para a obra restauradora católica no Brasil.⁵⁸

Já a LEC criada em 1932, no Rio de Janeiro por Alceu Amoroso Lima e D. Sebastião Leme tinha como objetivos orientar os eleitores católicos. A Liga representou um fortalecimento da Igreja Católica e suas bases em âmbito nacional. D. Leme foi o responsável pela nova formulação dos ideais católicos que atendiam aos apelos do Vaticano no sentido de reestruturação das bases do pensamento católico.⁵⁹

O movimento integralista em Petrópolis, fundado no ano de 1933 contou, em um primeiro momento, com uma chefia no formato de um triunvirato encabeçada por Raymundo Padilha como chefe municipal, e dois outros membros do recém-formado núcleo da AIB na cidade, Flavio Maciel como secretário e Oldemar Finkennauer como tesoureiro. A seção de posse do triunvirato em Petrópolis ocorreu em um dos principais teatros da cidade na época, o Capitólio, no dia 7 de janeiro de 1934.⁶⁰ Em pouco tempo o movimento conquistou muitos adeptos, possibilitando, já no ano seguinte, a inauguração de outras unidades além no núcleo central. O

⁵⁶ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem*, A doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 89.

⁵⁷ *Ibidem.*, p. 91.

⁵⁸ *Ibidem.*, p. 92.

⁵⁹ *Ibidem.*, p. 96-99.

⁶⁰ O Integralismo em Petrópolis. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 11 jan. 1934.

primeiro subnúcleo foi inaugurado em 12 de junho de 1934, no Bairro Itamaraty. Dois meses depois, o segundo subnúcleo foi inaugurado dessa vez no bairro Cascatinha. Os dois bairros em questão não haviam sido escolhidos de forma aleatória, mas possuíam em comum o fato de serem locais que reuniam grandes concentrações de operários em função da Companhia Petropolitana, fábrica têxtil instalada naquela localidade.⁶¹

Os integralistas criaram também uma escola noturna, o que pode ser interpretado como uma tentativa de levar a doutrina da AIB para os alunos, que por ser noturna mantinha em grande parte discentes ligados à classe operária. A escola não colocava como exigência para a matrícula a filiação ao integralismo, medida que não restringia o público alvo e que poderia ser uma oportunidade de conquista de novos adeptos ao movimento. Os objetivos da AIB na cidade, naquele momento, era angariar adesões de todas as camadas sociais, inclusive das camadas com um grau considerável de escolaridade.⁶²

O núcleo de Petrópolis investia na formação dos componentes da direção dos diversos subnúcleos e Padilha era o responsável direto pelos cursos, além de ministrar aulas do módulo de noções sobre Economia Política e Sociologia para os futuros dirigentes.⁶³

Seguindo as orientações do núcleo nacional, o movimento em Petrópolis também manteve um veículo de comunicação próprio, o jornal *A Marcha*. O periódico foi um instrumento de divulgação de mensagens do núcleo nacional, doutrinação dos integralistas, publicação da prestação de contas e também de registro das atividades locais. A manutenção de uma publicação não é uma exclusividade dos integralistas petropolitanos, pelo contrário, insere-se como uma meta a ser realizada pelos núcleos locais, atendendo a um objetivo traçado pela direção nacional do movimento.

Os jornais e boletins tinham a função de atualização da doutrina por meio da propaganda de textos e reportagens que interpretavam a conjuntura política nacional e os problemas locais de acordo com a ideologia integralista. [...] Além de publicar os textos e manifestos das lideranças nacionais, as edições traziam notas e reportagens elaboradas por lideranças municipais, que tratavam da situação do movimento em municípios e distritos onde havia núcleo da AIB instalado.⁶⁴

⁶¹ Núcleo do Itamaraty. *A Marcha*, Petrópolis, p.3, 7 set. 1939.

⁶² O integralismo em Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 15 ago.1934.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ SANTANA, Emerson Nogueira. Camisas-verdes em marcha no solo mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, p. 82-93, 2006. p. 92.

Apesar de não ter uma periodicidade regular (ver tabela 1), a análise do movimento integralista em Petrópolis indica que o jornal teve papel de expressiva relevância na consolidação do movimento, considerando-se a rapidez com que outros núcleos, além do central, foram criados.⁶⁵

Tabela 1: Periodicidade do Jornal *A Marcha*

ANO/NÚMERO	DATA DE LANÇAMENTO
I/6	19 de maio de 1934
I/7	30 de maio de 1934
I/8	14 de junho de 1934
I/9	23 de junho de 1934
I/13	19 de julho de 1934
I/14	27 de julho de 1934
I/15	7 de setembro de 1934



Figura 2: Jornal *A Marcha*

Fonte: *A Marcha*, 25 de junho de 1934. Arquivo Histórico de Petrópolis

Ao lado podemos visualizar uma das capas do jornal *A Marcha* de 23 de junho de 1934. O número trazia informações sobre o núcleo Petrópolis como a instalação de novos subnúcleos além de outros serviços.

Embora possuíssem um veículo próprio, os integralistas também se utilizaram da imprensa local para divulgarem suas atividades. Durante todo o ano de

1934, a AIB publicou, ao menos uma vez por semana, notas no *Jornal de Petrópolis* e na *Tribuna*

⁶⁵ ALCÂNTARA, P. M. ; OLIVEIRA, A. L. . O jornal *A Marcha* e a estruturação da AIB em Petrópolis - RJ (1934). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. (Org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, v. 1, p. 287-304, 2011, p. 296.

de Petrópolis, de circulação diária e nos dois jornais distritais: *O Itamaraty* e *O Jornal de Cascatinha*, que representavam os dois bairros onde os integralistas instalaram seus primeiros subnúcleos.



Figura 3: Artigo de Padilha para a *Anauê*
Fonte: *Anauê* - janeiro de 1935, p. 21¹.

Também podemos encontrar publicações referentes à Petrópolis em outros meios de comunicação integralista, como a matéria ilustrada ao lado. O texto da revista *Anauê* é de autoria de Padilha e faz alusão a uma possível crise de autoridade em que o Brasil estaria passando, segundo o autor. É importante observar nesta publicação além do escrito de Padilha a foto de parte dos milicianos do núcleo de Petrópolis que indica já certa organização após um ano de efetiva fixação do integralismo na cidade.

Na esteira das determinações do núcleo nacional, também foi articulado em Petrópolis, um grupo de teatro. Como desejavam destaque no cenário nacional, em 15 de agosto de 1934, foi organizada pelo integralista Reynaldo Chaves uma peça teatral. O teatro era na época um meio muito eficaz de divulgação de cultura. O drama, intitulado *O Integralista*, retratava cenas do cotidiano como o operariado, o trabalho agrícola e nas indústrias, setores artísticos – todas com base no pensamento integralista. Nesta primeira representação, não foram utilizados apenas atores integralista, mas o objetivo do então formado Departamento de Cultura Artística era promover, no futuro, textos apenas atores integralistas.⁶⁶

Raymundo Padilha utilizava *A Marcha*, para publicar seus artigos e expor suas ideias. Em texto publicado no jornal do núcleo, intitulado *A voz do Esperado* de 16 de junho de 1934, Padilha expõem seus principais argumentos sobre a importância do integralista e chama a atenção para os principais interesses da AIB, que se caracterizavam por um grande espírito pelo plano nacional, combatendo qualquer ameaça que fosse contra a união nacional. Com isso, Padilha lançou ataques contra o sistema econômico liberal por julgá-lo artificial no tocante às relações sociais, pois entendia que o grande foco do liberalismo era o poder financeiro e não os valores morais. Nesse sentido, defendia o integralista como uma alternativa ao sistema liberal.

Movimento de massa, o Integralismo Brasileiro, por afirmar um novo conceito de vida, e também por admitir a necessidade da revolução permanente, aparece na história da Nação em consequência de fatores de ordem material – crise econômica, pauperismo, etc. – como de fatores da natureza espiritual – crise de cultura, anarquia dos espíritos, hipertrofia do individualismo.⁶⁷

O integralismo era, para Padilha, uma alternativa aos individualismos e a regionalização brasileira, sendo capaz de unir toda a nação sob a liderança única do “Chefe Supremo” da AIB, Plínio Salgado. Ao finalizar seu texto, justificava que o surgimento do integralista no Brasil se

⁶⁶ O Integralista. *A Marcha*, Petrópolis, p.4, 27 jul. 1934.

⁶⁷ PADILHA, Raymundo. *A voz do Esperado. A Marcha*, Petrópolis, p.2, 16 jun. 1934.

deve à figura de Salgado, um gênio que vem libertar o povo brasileiro de sua escravidão cultural e financeira, sendo ele, o esperado.⁶⁸

Também nas páginas do jornal *A Marcha*, podemos perceber a direção do pensamento de Padilha sobre a economia. Em outro artigo⁶⁹, criticava o pensamento liberal de Adam Smith e a liberdade de produção econômica. Para Padilha, o pensamento de Smith gerou a luta de classes e as disputas entre operários e patrões. Assim continua seu artigo, chamando a atenção do que ele denominou de *paradoxo da teoria liberal*, pois, segundo o autor, a promessa de liberdade financeira proposta pelo liberalismo, na verdade serve para manipular o homem nas mãos dos grandes capitalistas. Outro ponto importante é o seu posicionamento diante do latifúndio. Padilha defendia a divisão das terras em pequenas propriedades e se dizia contrário aos trustes, cartéis e grandes sindicatos que engolem esses pequenos produtores e acabam ajudando na formação de mais latifúndios. “Foi isso, no entanto, que fez o liberalismo. Ele evitou que o Estado interviesse na produção, mas acabou entregando as vítimas do sistema à ganância de um pequeno número de grandes especuladores.”⁷⁰

No Brasil, Padilha destacou que, embora em grande maioria, os pequenos produtores e pequenos industriais ainda possuíssem pouca voz no cenário econômico, sofrendo apenas os resultados das estratégias das grandes corporações. “Urge, pois, a reforma do sistema. É ele, o sistema, que não presta. Não sois vós. Sabemos bem que trabalhais muito, que ao vosso ofício das o último alento, numa constância que vos honra, mas não vos salva às vezes da falência.”⁷¹

Seu artigo destaca ainda que o sistema de crédito no Brasil era deficitário e não ajudava o pequeno produtor, o que para ele o liberalismo político e econômico nada mais é que um abandono dos problemas para que eles se resolvam sozinhos. Padilha propunha uma intervenção total do estado na economia no sentido de por ordem e disciplina. O sistema funcionaria como uma espécie de intervenção do estado na economia, e cada classe agiria dentro de um sistema de cooperação que seria estabelecido pelo estado.

Outra crítica de Padilha ainda constante neste artigo publicado é sobre o sistema de empréstimos dos bancos, que só liberava o dinheiro no momento da venda das mercadorias, o que não fazia sentido para o autor, já que o produtor necessitava do empréstimo na hora da compra de

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ PADILHA, Raymundo. Paradoxo da teoria liberal. *A Marcha*, Petrópolis, p.2, 19 mai. 1934.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

produtos para sua produção. A proposta de Padilha era que o estado deveria ter total controle sobre o sistema de créditos dos bancos no sentido de agente fiscalizador do crédito. Dessa forma, o integralismo surgia como o grande agente transformador da economia brasileira e como o porta-voz dos pequenos proprietários.

Integralismo quer dizer Estado Totalitário, Estado que soma todas as classes que produzem na atividade cultural, espiritual e econômica [...] Combatemos, assim, o liberalismo, por julgá-lo um anacronismo grosseiro, quase em atentado de lesa-pátria, porque, graças a esse regime que vicejou entra nós por espaço de 45 anos, o Brasil está empobrecido [...]⁷²

Raymundo Padilha surgiu como um membro ativo e de destaque para o movimento integralista. Suas atividades na produção intelectual no campo econômico em defesa dos ideais integralistas a seu combate ao liberalismo e ao comunismo fizeram com que chegasse à Câmara dos Quarenta um conselho consultivo de alta confiabilidade de Plínio Salgado. Outro fator



Figura 4: Imagem do Segundo Congresso Integralista – Petrópolis, 1935

Fonte: Petrópolis no século XX: http://petropolisnoseculoxx.zip.net/arc_h2006-11-01_2006-1130.html

importante é a visibilidade do núcleo de Petrópolis no cenário nacional. A cidade foi escolhida para sediar o Segundo Congresso Nacional Integralista e isso se deve à organização que o movimento conquistou em pouco tempo de fundação.⁷³

O Segundo Congresso Integralista realizado em Petrópolis, no ano de 1935, mobilizou a cidade. Petrópolis contava naquele momento com uma população média de 88 mil habitantes e recebeu durante os três dias de congresso cerca de 5 mil integralistas, e contou também com a presença de Plínio Salgado e Gustavo Barroso.⁷⁴

Durante o evento que pode ser ilustrado pela imagem ao lado, foram estruturados os estatutos do movimento o qual transformou a AIB em partido político tendo como foco principal

⁷² Idem.

⁷³ OLIVEIRA, Alexandre Luís. *O Movimento Integralista em Petrópolis – 1933/1938*. 2010. 59f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. p. 31-34.

⁷⁴ O Congresso Intetralista. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 8 mar. 1935.

as eleições presidenciais de 1938.⁷⁵ No evento, Padilha foi convidado a integrar a Câmara dos Quarenta e foi nomeado chefe do movimento e do partido no estado do Rio de Janeiro, deixando a chefia do núcleo municipal de Petrópolis a cargo do Tenente Melchíades Rodrigues Montes. A escolha não foi aleatória, Melchíades era conhecido de Plínio Salgado desde 1918, quando o tenente foi designado como instrutor do Tiro n° 535 em São Bento do Sapucaí, tendo Salgado como seu aluno já na primeira turma.⁷⁶

1.1 ALIANCISTAS EM PETRÓPOLIS: CONFLITOS

No ano de 1935, ocorreram muitas transformações na cidade e os integralistas estiveram presentes em grande parte dessas modificações, inicialmente com a realização do Segundo Congresso Integralista que ocorreu na cidade de Petrópolis, sendo que após esse encontro a cidade sofreu com seus desdobramentos, resultando em conflitos diretos com Aliança Nacional Libertadora (ANL) e uma greve geral durante vários dias na cidade.

No segundo semestre de 1934, intensificaram-se os movimentos contrários a práticas autoritárias. Nesse contexto, passou a figurar no cenário nacional a ANL que defendia o cancelamento de dívidas externas, liberdade plena e direito de manifestação popular, reforma agrária e anulação total das dívidas agrícolas. Integravam o diretório nacional provisório Hercolino Casardo (presidente), Amorety Osório (vice-presidente) e Roberto Faller Sisson (secretário).⁷⁷ Luiz Carlos Prestes, liderança comunista, foi aclamado presidente de honra da ANL.

A curta existência da ANL, de maio a julho de 1935, caracterizou-se pelo crescimento expressivo de inscrições pela participação da classe média. A ANL logo ficou conhecida e ganhou milhares de adeptos em diversos pontos do Brasil. Nos primeiros três meses de existência, mais de 1500 núcleos aliancista foram criados.⁷⁸

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Crianças do sertão: a história de vida dos jaguncinhos da guerra de Canudos*. 2011. 143 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 93.

⁷⁷ CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: as formações das tradições. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 463.

⁷⁸ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 163.

Em Petrópolis, o núcleo chegou a reunir 2.500 filiados, o que chamou atenção das lideranças nacionais da ANL, já que se tratava de uma cidade de médio porte⁷⁹. Embora não tivesse o mesmo espaço que a AIB nas páginas dos jornais, percebe-se, por meio das críticas constantes, que o núcleo aliancista incomodava os integralistas petropolitanos.

Esse partido que surgiu há pouco com o nome de Aliança não sei de que, se não obedece à orientação de Moscou, está em campo sem uma doutrina sólida que oriente seus adeptos. É uma coisa assim, como os partidinhos liberalóides, que há mais de quarenta anos vem degradando o Brasil. Aliás, nós, integralistas, também lemos a carta do “Cavaleiro da Esperança”, o sr. Luiz Carlos Prestes, que foi arvorado chefe dos Aliancistas. Com franqueza, teria sido preferível que os brasileiros seus amigos continuassem na ilusão, esperando... esperando... pois o citado documento é um adendo da mais escassa pobreza de inteligência⁸⁰.

No período relacionado “entre os meses de abril, maio e junho de 1935, ou se era aliancista ou integralista”.⁸¹ Bem como no restante do país, esse embate não faltou ganhar as ruas da cidade. Enquanto disputas eram acirradas entre grupos de caráter autoritário e os defensores das liberdades democráticas, os conflitos no interior das fábricas foram agravados, delineando um alinhamento entre a luta contra a exploração capitalista e a luta contra a extrema-direita na cidade. Em março de 1935, durante o Segundo Congresso Nacional Integralista, operários da Companhia Petropolitana fizeram um protesto paralisando as atividades e protestando contra o evento realizado pelos camisas-verdes na cidade.⁸² Naquele mês, antes do lançamento oficial da ANL no Rio, diversas comissões aliancistas foram estabelecidas em Petrópolis. Da subcomissão executiva da ANL petropolitana participaram o professor Sussekind de Mendonça, o presidente do sindicato dos ferroviários, Jorge Leal, além de Álvaro de Cenas Telles e Francisco de Andrade. A subcomissão de propaganda e publicidade contou com Nereu Rangel Pestana, Jacob Scoralick e Belmiro Rodrigues. Germano Cury, Fridolino Latscher, José Dias de Almeida e João Pedro Marques eram os responsáveis pela subcomissão de finanças⁸³.

Entre abril e maio, a ANL instalou vários subdiretórios em Petrópolis, atuando nos bairros do Itamarati, Correias, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Vale do Rio Preto. Em Cascatinha, o

⁷⁹ PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Leituras cotidianas*, n° 135. set. 2005. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm>. Acesso em 1º ago. 2013.

⁸⁰ O Integralismo em Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 26 mai. 1935.

⁸¹ VIANNA, Marly. op. cit., p.162.

⁸² MACHADO, Paulo Henrique. op. cit., p.98

⁸³ *Ibidem*, p.99.

subdiretório foi inaugurado em 16 de abril de 1935, provocando reações dos integralistas. Deste subdiretório participou o dono do *Jornal de Cascatinha*, João Dias Carneiro. O jornalista havia trabalhando na Companhia Petropolitana como operário e deixou a fábrica para se dedicar ao jornal. Antes do surgimento da ANL, a linha do periódico era pautada na defesa dos trabalhadores. Dias Carneiro tinha se candidatado, em 1934, a deputado pela Frente Única Operária, sem sucesso.⁸⁴

Os jornais *Gazeta de Petrópolis* e *Brasil Liberto* também se engajaram na ANL. O primeiro, de propriedade de Vicente de Paulo A. Rodrigues, combatia o nazismo e o integralismo na cidade. Durante o mês de maio de 1935, a ANL realizou comícios em vários pontos do país. Em Petrópolis, membros do Diretório Nacional sempre estavam presentes, em especial, Roberto Sisson, que participou da organização de subdiretórios aliancistas na cidade.⁸⁵

A presença de dirigentes nacionais e figuras conhecidas da ANL, como Carlos Lacerda e Ivan Pedro Martins, revela a importância da cidade na estratégia aliancista de combate ao integralismo. Dentre as manifestações realizadas no mês de maio em Petrópolis, destacam-se dois comícios. O primeiro, realizado no dia 1º de maio, para comemorar o Dia do Trabalho, teve a participação de 2 mil pessoas e contou com a presença de Roberto Sisson; o segundo comício foi realizado no domingo, dia 12 de maio, e foi convocado para comemorar o Dia da Abolição. A comemoração revela a preocupação dos militantes da ANL em combater a discriminação racial. Nessa comemoração, realizada na Praça da Liberdade, compareceram cerca de 3 mil pessoas que ouviram entusiasmadas os discursos de Cabanas e Lacerda [...].⁸⁶

Na medida em que crescia a mobilização aliancista em Petrópolis, as greves multiplicavam-se. Em 17 de maio, a fábrica Aurora localizada no bairro Morin entrou em greve. Os trabalhadores reivindicavam melhorias salariais. Recebiam por quinzena 40\$000 e eram os mais mal pagos da categoria na cidade⁸⁷. Em 31 de maio, o intelectual católico e diretor da Fábrica Cometa, Alceu Amoroso Lima, foi criticado pelo jornal aliancista *A Manhã*, publicado no Rio de Janeiro. Os trabalhadores da fábrica reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento salarial. A mesma edição criticou também o Centro Dom Vital. Para a ANL, integralismo e conservadorismo católico andavam juntos⁸⁸.

A AIB que já havia se consolidado em Petrópolis e em março declarou o município como *cidade verde* ao ver que a ANL rapidamente ganhava centenas de adeptos, passou a fazer

⁸⁴ Ibidem, p.100.

⁸⁵ Ibidem, p. 100-101

⁸⁶ Ibidem, p.102.

⁸⁷ O Integralismo em Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 17 mai. 1935.

⁸⁸ MACHADO, Paulo Henrique. op. cit., p. 103.

ameaças, que os aliancistas não levavam a sério⁸⁹. No dia 9 de junho, após anunciado o comício monstro da ANL e da Confederação Sindical Unitária em Petrópolis, houve um choque armado entre militantes camisas-verdes. Um grupo de aliancistas colava cartazes de divulgação do comício nos arredores da praça D. Pedro II, quando se depararam com militantes integralistas, que também estavam afixando cartazes no local. O integralista Matheus Hang, de 17 anos, foi esfaqueado e o aliancista João Becker também foi ferido.⁹⁰ Esse incidente só veio a se juntar com o clima de tensão em que viva a cidade e o país. Além disso, no dia 8 de junho, véspera do comício, a ANL lançou um manifesto à nação, avisando que caso houvesse um golpe fascista, a Aliança, junto com o apoio do povo, implantaria um governo popular.⁹¹

O comício da ANL em Petrópolis reuniu mais de 5 mil pessoas. Foi realizado na praça D. Pedro II e após o evento foi feito um cortejo em direção à fachada da sede dos integralistas. Ali, Roberto Sisson discursou, mas logo após o término de sua explanação tiros de fuzil e granadas de mão foram disparados da sede da AIB contra os aliancistas, deixando dezenas de feridos e um morto, o operário da companhia Santa Isabel, Leonardo Candú⁹².

Os aliancistas se dispersaram e rapidamente deram início a uma mobilização. Cartazes foram confeccionados à mão, convocando os militantes para uma assembleia na sede do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecido ainda naquela noite. Segundo reportagem do jornal aliancista *A Manhã*, mais de 2 mil pessoas de diversas categorias profissionais compareceram e votaram por uma greve geral⁹³. Sisson foi aclamado para presidir os trabalhadores. No dia seguinte ao confronto, trabalhadores do setor têxtil organizaram uma comissão e articularam a paralisação de fábricas e do comércio da cidade. Ao todo, trabalhadores de 28 fábricas aderiram à greve, além de ferroviários da companhia Leopoldina e padeiros da cidade. Funcionários responsáveis pelo serviço de distribuição de energia elétrica também quiseram participar da greve, porém a comissão deliberou que estes deveriam continuar a realizar suas funções, para que a população não fosse prejudicada pela suspensão do serviço⁹⁴.

⁸⁹ Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 11 jun.1935.

⁹⁰ Idem.; A situação em Petrópolis. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, p,2, 15 jun. 1935. A greve geral. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 11 jun. 1935. A greve. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 11 jun. 1935.

⁹¹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. op. cit., p. 170.

⁹² *Ibidem*, p. 171.

⁹³ Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 11 jun.1935.

⁹⁴ Idem.

O clima era de insegurança e medo. A cidade recebeu reforço policial de Niterói, que enviou dois contingentes. No mesmo dia, em comício na sede da ANL, ficou decidida a greve dos operários⁹⁵. As reivindicações dos grevistas foram as seguintes:

- 1 – Dissolução dos grupos armados de integralistas
- 2 – Aumento geral dos salários
- 3 – Cumprimento integral das leis sociais
- 4 – Imediata solução honrosa do caso dos operários da Fábrica Aurora
- 5 – Vitória da causa dos padeiros
- 6 – Respeito à lei das oito horas⁹⁶

Os aliancistas se revoltaram contra as investigações do conflito. Sisson afirmou que no dia do comício pediu ao delegado de Petrópolis que fizesse uma vistoria ao núcleo central da AIB, porque suspeitava que os integralistas mantivessem ali armamentos ilegais. Além de não atender ao pedido de Sisson, no dia seguinte ao conflito, a sede integralista funcionou normalmente. Raymundo Padilha prestou depoimento afirmando que não atirou em ninguém. Alegou que não andava armado e que no momento dos tiros estava numa sala aos fundos da sede e nada tinha observado⁹⁷.

O prefeito José de Carvalho Júnior procurou mediar uma solução entre operários e industriais, porém, sem êxito⁹⁸. O *Jornal de Petrópolis* manifestou-se contrário à greve e, ainda que não de forma explícita, à atuação da ANL em editorial publicado em 11 de junho.

Pensamos não ser com uma greve, fonte dos mais sérios prejuízos à comunidade, que o nosso operariado conseguirá a reivindicação dos seus direitos. Se os meios legais não lhe dão ensejo para tal, é mais viável o entendimento recíproco que concilie os interesses de empregados e empregadores. Nada, neste momento, justifica uma greve. Os trabalhadores não se iludam com as insinuações malévolas de elementos estranhos à sua classe. O operariado petropolitano é cordato e ordeiro. O seu passado de trabalho e de civismo é um índice seguro da nobreza dos seus sentimentos. Não é o operariado petropolitano que virá quebrar o ritmo costumeiro de Petrópolis. Ele é parte integrante desta população pacata e boa. Ele não fará guerra de extermínio à indústria de sua terra que é o grande fator do seu progresso. Ele volverá ao labor cotidiano para que não falte o pão a seus filhos⁹⁹.

⁹⁵ A greve geral. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 11 jun. 1935.

⁹⁶ A greve geral. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 12 jun. 1935.

⁹⁷ Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 11 jun.1935.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ A greve. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, p.1, 11 jun. 1935.

Tentou-se com esse editorial imprimir uma imagem de operariado petropolitano que não correspondia com a categoria naquele momento. A repercussão do choque entre aliancistas e integralistas em Petrópolis ganhou dimensão nacional. Em nota, Fernando Mangaratiba afirmou:

O nosso povo não pode mais continuar sob a constante ameaça dos bandos de “camisas-verdes”. E para extinguir essa ameaça, a comissão executiva nacional da ANL ontem reunida apela para todo o povo brasileiro, no sentido de acompanhar o exemplo da população petropolitana, de reforçar a luta antifascista, até desarmarem e dissolverem os bandos de Plínio Salgado¹⁰⁰.

Na Câmara dos Deputados, o assunto foi destaque entre os parlamentares. Abdar Bastos, representante da ANL solicitou ao Ministério da Justiça que apurasse o posicionamento da polícia do município e do estado com relação ao conflito, pois mesmo advertida da existência de armamentos na sede integralista não tomou nenhuma providência para evitar o tiroteio. O deputado Eduardo Duvivier saiu em defesa dos integralistas. Afirmou que a sede da AIB foi atacada por “extremistas estrangeiros”, referindo-se a Sisson e a Cascardo, classificando-os como elementos de fora do operariado petropolitano. Afirmou que a doutrina integralista estava de acordo com a orientação do Brasil e que as milícias dos camisas-verdes eram importantes em cidades do interior, onde os destacamentos policiais eram pouco numerosos. Duvivier foi criticado pelo jornal *A Manhã*. Segundo o periódico, durante a seção o deputado confessou que estava em São Paulo no momento do confronto e que um de seus filhos, que fazia parte da AIB em Petrópolis, relatou a ele os acontecimentos¹⁰¹.

No dia 13 de junho, o vereador Frederico Trotta, do Distrito Federal, apresentou à Câmara Municipal um pedido para homenagear o operário Leonardo Candú, dando seu nome a uma das ruas da capital. Os vereadores Ruy Almeida e Titto Lívio votaram a favor, porém a maioria da câmara foi contrária à proposta¹⁰².

Com a repercussão do incidente de Petrópolis, a imprensa preocupou-se com a possibilidade de um novo choque, desta vez em São Paulo, no comício integralista previsto para ser realizado no domingo seguinte ao conflito, data marcada para um comício da ANL.

Anunciada a concentração integralista de domingo vindouro, no campo da Associação Atlética São Bento, e o comício da Aliança Nacional Libertadora, estão envoltos em

¹⁰⁰ Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 11 jun.1935.

¹⁰¹ Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 12 jun. 1935.

¹⁰² Os graves acontecimentos de Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 14 jun. 1935.

grande expectativa. Como se sabe, ao mesmo tempo em que se noticia essa manifestação dos adeptos do sigma, noticia-se também um movimento de protesto por parte dos filiados à “Frente Comum Anti-integralista” em que se congregam filiados de sindicatos de classe e da Aliança Nacional Libertadora. Esta situação de expectativa sensivelmente aumentada após os sucessos de Petrópolis, noticiado com abundância de detalhes, determinou intenso movimento da polícia desta capital, empenhada em assegurar a ordem pública.¹⁰³

Agravou-se ainda mais a tensão após um novo conflito, desta vez no Rio de Janeiro. No dia 14, integralistas e aliancistas da Penha se envolveram em um tiroteio.¹⁰⁴ Na edição seguinte, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem em que Marcel da Silva Teles, chefe da província integralista de São Paulo, anunciou a suspensão do comício. Teles justificou o adiamento alegando não concordar com as diretrizes dadas pela polícia. O secretário da Frente Única Antifascista (FUA), em entrevista na mesma reportagem, afirmava que o evento aliancista estava mantido.

Os acontecimentos de Petrópolis e outros sucessos anteriores demonstraram à sociedade que esse grupo político [integralistas] tem quase como finalidade a prática de atos despropositados. E o despropósito e a violência não podem constituir bandeira de ninguém. Daí a deserção e o abandono em massa de suas fileiras. Esse fenômeno me foi dado observar em todas as cidades do interior por onde andei, notando-se hostilidades em todas as camadas da população e suas atitudes, pois os recentes sucessos da cidade serrana tiveram profunda e dolorosa repercussão. Como já disse, no interior, verifiquei que era grande a atenção de ânimo do povo contra a projetada concentração política da Ação Integralista Brasileira, isso principalmente porque ela prometia dar golpes contra a organização proletária e popular, com o fito manifesto de destruir a democracia.¹⁰⁵

Na manhã do dia 17, um grupo de cinco pessoas atirou contra o carro de Paulo Gouveia, diretor da Fábrica Santa Helena, e contra os investigadores da polícia do estado do Rio, que estavam em serviço nas proximidades da fábrica, no bairro Morin. O investigador José Leopoldo Tinoco de Azeredo morreu em consequência dos disparos.¹⁰⁶ Os acusados do crime foram o jornalista José Antunes de Almeida, redator do jornal *Avante*, e Martinho Duarte, operário da fábrica Dona Isabel. Os aliancistas denunciaram ligações de Azeredo com os integralistas, o que “foi comprovado pelas honrarias integralistas em seu sepultamento”.¹⁰⁷

¹⁰³ Em Petrópolis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.16, 14 jun. 1935.

¹⁰⁴ Em Petrópolis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.17, 15 jun. 1935.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.7.

¹⁰⁶ Em Petrópolis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.11. 18 jun, 1935.

¹⁰⁷ MACHADO, Paulo Henrique. op. cit., p.112

No dia seguinte, a sede do sindicato dos têxteis foi invadida, vários objetos da entidade foram destruídos e o dinheiro arrecadado para a viúva de Leonardo Candú foi roubado.¹⁰⁸ Uma comissão de operários de Petrópolis procurou Yêddo Fiúza, ex-interventor da cidade de Petrópolis, solicitando sua mediação no conflito.

O dr. Fiúza, a princípio, quis esquivar-se da missão. Entretanto, instado, tomou aos seus ombros a tarefa, uma vez que lhe foram dados amplos poderes para um entendimento com os diretores dos estabelecimentos industriais, ficando assentado que seria aceita, fosse qual fosse, a solução a que chegasse. Depois de ouvir, de cada operário de que se compunha a comissão, a sua palavra, na própria sede do Sindicato, onde compareceu o dr. Fiúza, retirou-se em meio das maiores manifestações de simpatia, dirigindo-se imediatamente aos industriais, aos quais convocou para uma reunião, que se realizou às 22 horas. Dessa reunião partiu o acordo entre os patrões e os operários, sem a audiência dos instigadores da “parede”, e que se vem consolidando debaixo de todos os princípios de direito.¹⁰⁹

Portanto a negociação coordenada por Yeddo Fiúza tirou a direção nacional da ANL da frente do conflito. Roberto Sisson, inicialmente, foi chamado para coordenar o movimento e no momento em que Fiúza assume os trabalhos de mediação, o aliancista foi deixando de fora do processo. Fiúza contou com o auxílio de Luiz Mazavilla e Júlio Muller, ambos do Ministério do Trabalho.

O jornal *A Manhã* demonstrou a insatisfação da direção da ANL com relação à presença de Mezavilla na cidade, afirmando que este era um agente da repressão ao movimento.

Já agora as perseguições aos operários são movidas sob o controle de um representante do ministério do trabalho, de nome Luiz Mezzavilla que aqui se encontra, sob o pretexto de promover a solução da greve. Essa solução o enviado ministerial pretende forçar, servindo do trabalho para humilhar os trabalhadores, contando para isso com o auxílio dos integralistas¹¹⁰.

A prisão de José Antunes de Almeida e a ação da polícia foi duramente criticada pelo jornal *A Manhã*. Exigiam que o interventor de Petrópolis naquele momento, Ari Parreiras tomasse providências contra os integralistas no caso da morte de Leonardo Candú. Para eles, Parreiras parecia: “preferir a comodidade das boas graças governamentais, esperançoso receber

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Em Petrópolis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.13. 20 jun. 1935.

¹¹⁰ A situação em Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 19 jun. 1935.

um dia, no lugar competente, um competente pontapé que lhe dará o Sr. Getúlio Vargas quando ele não mais servir de cabeça de turco para as manobras políticas no Rio de Janeiro”.¹¹¹

As negociações tiveram êxito e, em 21 de junho, os trabalhadores voltaram às atividades. No caso mais grave, o da Fábrica de Tecidos Aurora, os operários obtiveram um aumento salarial de 15% e a garantia de que nenhum operário seria dispensado em função da greve.

Valendo-se da Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril de 1935, Vargas assinou decreto em julho de 1935, determinando o fechamento da ANL, sob a justificativa de se tratar de um instrumento a serviço do “comunismo internacional”.¹¹² A ANL, na verdade, constituía um perigo para o governo de Vargas, pois como estava atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes, a Aliança poderia transformar-se em uma força capaz de ameaçar a estabilidade do regime.¹¹³

Mesmo na ilegalidade, dirigentes da ANL, motivados com a força dos aliancistas em Petrópolis, apostavam em uma greve geral, dessa vez em uma escala nacional. Entretanto, não havia preparação para a desejada paralisação, tampouco havia mobilização das massas para garantir a resistência à repressão policial. Luiz Carlos Prestes reconheceu que “lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de umas vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa”¹¹⁴. Comunistas, que apoiavam a ANL, acreditavam estar diante de uma situação “revolucionária”, em que o governo de Vargas já se apresentava esgotado. Apostaram que estavam diante do momento propício para a execução de uma insurreição popular. Então, em novembro daquele ano, realizaram levantes em Natal, Recife e no Rio de Janeiro. Esses levantes foram reprimidos e sufocados¹¹⁵.

Após os graves problemas ocorridos no ano de 1935, o núcleo municipal deslocou seu foco para as eleições municipais de 1936. A AIB lançou a candidatura de alguns membros do núcleo local para disputar os cargos de prefeito e vereador. A eleição ocorreu no dia 5 de julho, tendo como vencedor para exercer o cargo de prefeito o antigo interventor da cidade, Yeddo Fiúza, com 4.292 votos, 66% do total. O candidato integralista Rodolpho Figueira de Mello, membro ativo do movimento em Petrópolis que obteve 783 votos. Embora o integralismo não

¹¹¹ A situação em Petrópolis. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 22 jun. 1935.

¹¹² MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. op. cit., p.82. PRESTES, Anita Leocádia. op. cit., p.10.

¹¹³ PRESTES, Anita Leocádia. op. cit., p.13.

¹¹⁴ *Ibidem*. p.12

¹¹⁵ MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. P.96-97. PRESTES, Anita Leocádia. op. cit., p.10.

tenha conseguido eleger seu candidato a prefeito, obteve êxito na Câmara Municipal, elegendo dois vereadores, como demonstra a seguinte tabela:

Tabela 2: Resultado da eleição municipal de 1936 – Petrópolis – Vereadores eleitos

CANDIDATO		VOTOS
Carlos Magalhães Bastos	União Petropolitana	451
Alcindo Sodré	Frente Popular	446
Werneck	União Petropolitana	438
Sebastião de Oliveira Melo	União Petropolitana	385
Francisco Silva	União Petropolitana	330
Carlos Canedo	União Petropolitana	319
Álvaro Bastos	União Petropolitana	291
Oswaldo Queiroz Teixeira	União Petropolitana	275
Alberto Becker	União Petropolitana	270
Alynthor Werneck	União Petropolitana	251
Paulo Barros Franco	Frente Popular	244
Hermogêneo Soares	União Petropolitana	230
Pedro Hees	Integralismo	208
João Monsa	Integralismo	169
Osório Teixeira da Silva	Frente Popular	124

Pedro Hees e João Monsa foram os dois integralistas eleitos a vereadores em Petrópolis. É importante ressaltar que os dois candidatos não obtiveram um número elevado de votos, juntos somaram 377 votos, um número baixo se levarmos em conta que o primeiro colocado obteve sozinho 451 votos. Podemos também observar que de certa forma o integralismo estava conseguindo levantar sua bandeira na cidade ou mesmo estava conseguindo cooptar lideranças, visto a eleição de dois dos seus membros, levando em conta também o fato de que o integralismo existia como partido a cerca de um ano antes das eleições municipais.

1.2 ILEGALIDADE E RAYMUNDO PADILHA: O ESTADO NOVO E A AIB

Vê-se como elemento de fundamental importância, as repercussões do Estado Novo para o movimento integralista e como Raymundo Padilha enfrentou este novo momento de sua vida como camisa-verde que culminou com a desarticulação do integralismo brasileiro. Através da análise, entende-se que é necessário identificar os efeitos das transformações na vida de Padilha e o conseqüente levante contra o governo de Vargas.

O Estado Novo surgiu no cenário brasileiro como um ponto final com relação às articulações políticas em torno das eleições previstas para 1938 que ocorriam a todo o vapor, e as forças políticas regionais que se arregimentaram em torno de duas candidaturas: de um lado, a do paulista Armando de Sales Oliveira, que tinha o apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo, do governador gaúcho Flores da Cunha e das facções oposicionistas da Bahia e de Pernambuco, que formaram a União Democrática Brasileira. De outro lado, o paraibano José Américo de Almeida, que recebeu o apoio do situacionismo mineiro, paraibano e baiano, bem como das facções oposicionistas do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Libertador (PL) rio-grandense. Plínio Salgado também entrou para a disputa mobilizando todo o movimento integralista em torno do esperado pleito.¹¹⁶

Getúlio Vargas envolveu-se indiretamente no processo e estimulou o lançamento de José Américo, sem, no entanto, apoiar oficialmente qualquer um dos candidatos; advertiu para a possibilidade de a atmosfera da campanha eleitoral reacender agitações de rua, enquanto cultivava o apoio dos camisas-verdes. Também consolidou lealdades pessoais em plano regional e no interior do aparelho de Estado. No entanto, a eleição não aconteceu. A etapa seguinte incluiu a articulação do golpe no nível dos governadores, a consolidação do esquema militar e a espera do momento oportuno para a ação. Este surgiu sob a forma da “descoberta” do Plano Cohen, solenemente anunciada pelo general Dutra à nação a 30 de setembro. O Plano Cohen consistiu em uma tentativa de alguns integralistas em forjar um suposto plano conspiratório comunista justificando assim a implantação do Estado Novo e certa aproximação entre o governo Vargas e os integralistas.¹¹⁷ No dia seguinte o Congresso votou a suspensão das garantias constitucionais e,

¹¹⁶ MARTINS, Luciano. Estado Novo. ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

¹¹⁷ GONÇALVES, 2012, op. cit., p. 281.

duas semanas depois, o controle pelo Exército da milícia do Rio Grande do Sul e a fuga do governador Flores da Cunha para o Uruguai liquidaram a última base de sustentação da candidatura Armando Sales. Benedito Valadares (então governador de Minas Gerais e articulador político de Vargas) diria mais tarde em suas memórias, resumindo certa concepção política, típica de toda uma época: “É interessante observar ser possível fazer-se uma revolução [...] às claras, sem o povo desconfiar.”¹¹⁸ Sem provocar maiores resistências, a 10 de novembro de 1937 foi fechado o Congresso, outorgada a nova Constituição e proclamado o Estado Novo.¹¹⁹

O golpe de 1937 significou o desfecho das tensões que caracterizaram o Brasil na década de 1930 e que tinham natureza nas questões regionais e no papel central que os estados desempenhavam na política nacional, conforme a lógica do regime vigente.¹²⁰

Os projetos alternativos ao modelo corporativo vitorioso revelaram, no decorrer deste processo, fraca consistência, e os atores com eles comprometidos foram pouco a pouco eliminados no entrechoque das forças políticas, para o que muito contribuíram suas próprias contradições internas.

Fica evidente, portanto que a derrubada da República Velha não se consumou com a Revolução de 1930, mas apenas iniciou-se então, com a tomada de poder pelas oligarquias dissidentes em aliança com uma jovem oficialidade modernizante, constituída principalmente de tenentes. Após um processo marcado por várias etapas, o golpe de 1937 representou uma acomodação forçada, obtida através do controle crescente das classes dirigentes sobre os diferentes segmentos da sociedade, e sobretudo, pela triagem dos quadros políticos.¹²¹

O sistema de interventorias pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados, nem era esse seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do estado, mas sim ao beneplácito do Executivo federal. Removia-se assim boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se através do interventor uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito aberto com elas ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses econômicos. Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e o mínimo possível de mudança:

¹¹⁸ MARTINS, Luciano. op. cit.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ CAMARGO, Aspásia. op. cit., p. 249.

¹²¹ Idem.

configurava-se a ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modelo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir certo grau de autonomia ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período.¹²²

O Departamento Administrativo de Serviços Públicos (DASP), criado em 1938, tinha como objetivo a realização de um estudo global do país, para então instituir mudanças administrativas e econômicas. Esse departamento ramificava-se em órgãos estaduais, chamados *daspinhos*, que operavam como legislativos estaduais, como corpo supervisor para os interventores e para o Ministério da Justiça. Os decretos e leis estaduais só tinham validade quando sancionados pelo presidente do *daspinho*, assim como os interventores municipais que tinham que se submeter diretamente ao presidente de seu estado. Por fim, os institutos, autarquias e grupos técnicos funcionavam como instrumentos de intervenção e controle da economia.¹²³

A partir do golpe de 1937, consolidou-se a formação de uma nova classe política no Brasil composta por elementos que possuíam laços pessoais de lealdade com o governo de Getúlio Vargas e que aderiram aos pactos que então se constituíram. Deu-se assim um rearranjo nas diretrizes políticas.¹²⁴ Através do decreto federal de 2 de dezembro de 1937, o governo Vargas, após instaurar o Estado Novo, determinou o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros, e com isso, a AIB entrou na ilegalidade.¹²⁵

As atividades do núcleo em Petrópolis continuaram de modo clandestino até o mês de fevereiro de 1938, quando após uma suspeita de que o núcleo local estava adquirindo armamento pesado, a polícia conseguiu apreender várias armas que supostamente haviam sido enviadas aos integralistas. Estas armas foram encontradas em duas caixas que estavam guardadas no posto local do Departamento Nacional do Café (DNC). Ao encontrarem as caixas foi verificado naquele momento que também havia munição de vários calibres, facas e punhais, além de uma grande quantidade de documentos integralistas. Isso acarretou a prisão do chefe dos fiscais de contrabando do DNC, Fazardo, que ao ser questionado pela equipe de reportagem do *Jornal de Petrópolis*, no momento de sua prisão, declarou-se integralista.¹²⁶ Após esse fato, a perseguição

¹²² SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estados e Partidos Políticos no Brasil. (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 89.

¹²³ *Ibidem*, 96 - 99

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *op.cit.*, p. 111.

¹²⁶ Levante integralista. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, p.1 14 fev. 1938.

aos membros do núcleo local se intensificou, levando a polícia a invadir a sede do movimento na cidade apreendendo os arquivos e as armas que estavam no local.¹²⁷

Diligências posteriores, levadas a efeito pela madrugada em fora, pelo ilustre Sr. Anuar Farah e seus auxiliares, tiveram o mais absoluto êxito, coroados que foram com a apreensão do restante do arquivo dos camisas-verdes. Com a presença do ex-“chefe municipal” do integralismo extinção, Dr. Rodolpho Figueira de Mello, foram varejadas as sedes municipal e provincial, à Avenida 15 de Novembro e Rua Paulo Barbosa, respectivamente. Essas diligências foram à chave de ouro com que o operoso e digno Sr. Anaur Farah, cerrou a repressão às arremetidas criminosas, seus idealismos, do credo “que foi” do Sr. Plínio Salgado. Pela madrugada, quase o dia nascendo, encontrava-se no cartório da Delegacia da 6ª Região, todo o arquivo e a famigerada e odiosa “lista-negra” do defunto integralismo.¹²⁸

A reportagem relata que as duas sedes, tanto a do núcleo municipal de Petrópolis quanto a sede da província fluminense, que estava funcionando na cidade, foram totalmente vasculhadas e todo o material integralista foi apreendido.

Após as apreensões, um fato foi muito discutido naquele momento foi à chamada *lista negra do movimento integralista*, uma espécie de banco de dados sobre a vida de pessoas que mantinham certo destaque social, mas que não eram filiadas ao movimento integralista. Esta lista continha nomes de comerciantes, industriais e membros da sociedade petropolitana, dando destaque aos que faziam parte da maçonaria. Políticos fluminenses também somam seus nomes na lista negra. Nos documentos pesquisados, pode-se identificar como o núcleo municipal começou a ter dificuldades externas a partir de setembro de 1937, quando não conseguiam mais encontrar meios de comunicação que quisessem divulgar as matérias integralistas, como destaca *o Jornal de Petrópolis* em sua publicação de 14 de fevereiro de 1938, quando expõem alguns documentos que constavam nos arquivos integralistas, tratando-se de uma correspondência do chefe municipal para o chefe provincial. Nesta correspondência, chefe local aponta estar encontrando dificuldades para conseguir vincular notas integralistas nos principais jornais da cidade. De acordo com a nota, *o Jornal de Petrópolis* era identificado pelo seu dono na época, o Deputado Federal Eduardo Duvivier, como um jornal com fortes traços maçons e de estar ligado a elementos esquerdistas; outro jornal de grande circulação, *Tribuna de Petrópolis*, também foi analisado pelo núcleo local e caracterizado por fazer parte da União Democrática Brasileira (UDB). O jornal alegava não aceitar publicar notas integralistas por motivo de contrato. O jornal

¹²⁷ ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *Petrópolis, 1935: Greve e conflitos na Cidade Imperial*. 2009. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009, p. 45.

¹²⁸ Levante integralista. *Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, p.1 14 fev. 1938.

Pequena Ilustração era visto como um meio de comunicação em que o movimento ainda conseguia vincular suas notas, isso se deve pelo fato de o jornal não possuir naquele momento preferência partidária. O *Jornal de Cascatinha*, de acordo com os integralistas pertencia a um comunista, com isso impossível de publicar notas integralistas. Existiam outros meios de divulgação do movimento, como em a *Voz Marianna* e *Vozes de Petrópolis*, ambos católicos, mas o segundo com simpatia aos alemães prejudicando a imagem do integralismo. Esse fato mostra a dificuldade do movimento integralista divulgar seu material ainda no ano de 1937, o que demonstra que sua popularidade já estava em crise.

Com o fechamento dos núcleos integralistas situados em Petrópolis, Raymundo Padilha que exercia na cidade o cargo de chefe da província do Rio de Janeiro fugiu, tornando-se um procurado pela polícia, pois com o fechamento da sede municipal e provincial, foi decretada a prisão dos principais líderes.¹²⁹ A partir deste momento, a fuga de Padilha tornou-se manchete recorrente ao longo daquela semana nos jornais da cidade.

Em reportagem intitulada *Fugiu o chefe Padilha – pedida a sua prisão à polícia carioca*, o *Jornal de Petrópolis* deixou transparecer o clima de tensão na cidade. Após esse momento a vida de Padilha foi totalmente alterada.

Logo que tiveram início as diligências nos núcleos integralistas da cidade, foi anunciada a fuga, para o Rio, do ex-chefe provincial do Estado do Rio, Sr. Raymundo Padilha, funcionário de categoria do Banco do Brasil, servindo na agência local. Mas tarde foi comprovada esta notícia e, pela polícia local, pedida a sua colega do Rio a prisão do fúgitivo.¹³⁰

Não aceitando as leis impostas pelo Estado Novo que levaram ao fechamento a AIB e colocaram fim nas pretensões eleitorais de Plínio Salgado, membros do movimento articularam um golpe para tirar Vargas do poder. A tentativa de golpe por parte dos integralistas deu-se pela frustração dos membros com os rumos que Vargas tomou após a aplicação do Estado Novo. Alguns meses antes a implantação do regime, os integralistas estavam tentando se aproximar cada vez mais ao governo de Vargas, o que levou Plínio Salgado a pensar que as primeiras medidas articuladas por Vargas após o golpe tinham base ideológica nas ações propostas pelo integralismo e seria o momento em que o movimento seria chamado para fazer parte do então governo de Vargas. Mas isso não ocorreu e a frustração tomou conta do movimento dias após o

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

golpe quando as políticas incorporadas pelo Estado Novo eram cada vez mais repressivas e o cerco com relação aos movimentos políticos eram mais intensos a cada dia que se passava. Com medo de uma desarticulação total, a AIB deixou de ser um partido político e transformou-se em Associação Brasileira de Cultura (ABC), essa foi uma forma encontrada por Plínio Salgado para burlar a perseguição imposta aos partidos políticos e de certa forma continuar articulando as políticas integralistas.¹³¹

Após as várias notícias de núcleos sendo fechados, a tentativa de dar um golpe em Vargas estava cada vez mais presente no ideário dos membros. Ocorreu então uma primeira tentativa de golpe em 11 de março de 1938, mas a missão foi abortada. Uma nova tentativa sucedeu em 11 de maio de 1938. Neste momento o grupo que articulava o golpe era composto por membros integralistas e liberais. Os ataques geraram apenas alguns danos ao palácio da Guanabara. Alguns membros da AIB que estavam foragidos são presos entre eles Raymundo Padilha.¹³²

A atuação de Raymundo Padilha frente ao movimento não teve fim neste episódio. Com a ilegalidade, Plínio Salgado foi para Portugal, onde ficou exilado até 1946. O líder integralista, ao chegar a Portugal passou a estabelecer articulações com membros da sociedade lusitana, na tentativa de manter relevância como líder político, promovendo relações com membros do integralismo brasileiro visando, assim, o não enfraquecimento do movimento político. Nesse contexto Padilha foi indicado por Salgado para rearticular os membros do integralismo durante o período em que o movimento esteve na clandestinidade, dessa forma, o líder petropolitano passou a ser utilizado por Plínio como seu informante no Brasil enquanto permaneceu ausente do Brasil. O papel desempenhado por Padilha esteve centrado no sentido de uma tentativa em rearticular o movimento integralista no Brasil e o resultado disso foi à criação do Partido de Representação Popular (PRP) em setembro de 1945.¹³³

1.2.1 Exílio de Salgado e a amizade com a família Padilha: correspondências (1938-1945).

O ano de 1939 foi turbulento tanto para Raymundo Padilha quanto para Plínio Salgado. O ano foi marcado por períodos de profunda instabilidade em suas vidas e momento de prisão.

¹³¹ CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus*, Juiz de Fora. v. 16, p. 65-86, 2010.

¹³² COUTINHO, Amélia. op. cit., p. 4.

¹³³ Idem.

Padilha passou um período preso ainda em setembro de 1938.¹³⁴ Já Plínio, antes de seguir para o exílio em Portugal, foi enviado como preso político para a fortaleza de Santa Cruz em Niterói, em 30 de Maio de 1939. Após a prisão, Plínio partiu no dia 22 de julho para Portugal.¹³⁵ Durante o exílio, Plínio morou basicamente em Lisboa, transferindo-se para o interior de Portugal por recomendação médica, durante tratamento em outubro de 1940. A primeira parada de Plínio é em uma casa de repouso em Abrunhosa, onde ficou até 3 de novembro de 1940 com o fechamento da casa, Plínio continua seguindo as orientações médicas e se instalou em Mangualde. Retornou a Lisboa em 24 de dezembro de 1941.

Ao chegar a Lisboa, Plínio tentou reativar sua antiga rede de amizade no local. O ambiente de certa forma era propício para a sua permanência, principalmente por contar com um governo de política autoritária representado por António de Oliveira Salazar.¹³⁶ Com a intenção de uma ação discreta, principalmente devido ao clima de instabilidade que ele se encontrava, Plínio buscou articulações junto aos intelectuais portugueses, especialmente os poetas.¹³⁷ Em carta enviada ao seu genro Loureiro, Plínio reflete com detalhes sobre sua chegada a Lisboa

O navio chegou no dia 8. Fui recebido no cais por D. Rosa e o marido, pela família Duarte, por um grupo de moços da nova geração portuguesa e muitos jornalistas. [...] Todos os jornais noticiaram carinhosamente a minha chegada. Tenho travado relações com distintos intelectuais e pessoas de projeção no país, encanta-me a maneira com que são tratados o Brasil e os brasileiros. [...] Hoje, telefonou-me a Viscondessa de Carnaxide, convidando-nos para uma recepção em casa dela, depois de amanhã. Trata-se de uma reunião de intelectuais e artistas a qual comparecerão figuras de grande destaque da sociedade portuguesa.¹³⁸

Logo após sua chegada a Portugal, Plínio foi fichado pelo governo português, especificamente pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)¹³⁹ e pela Legião

¹³⁴ Correspondência anônima, 10 set. 1938 (APMRC Pi 38.09.10/1 - 1939_09_0011).

¹³⁵ GONÇALVES, 2012, op. cit., p. 305 - 309.

¹³⁶ Foi Ministro das Finanças entre 1928 e 1932 e instituiu o Estado Novo (1933-1974), dirigindo o regime como presidente do Ministério, entre 1932 e 1933, e como Presidente do Conselho de Ministros, entre 1933 e 1968. Cf. GONÇALVES, 2012, op. cit., p. 482.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 323 – 325.

¹³⁸ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro e Filha, 08 set. 1939 (APMRC Pi 39.09.08/2 - 1939_07_0014).

¹³⁹ Segundo Leandro Pereira Gonçalves: “o prontuário de Plínio Salgado é limitado há apenas uma folha. Três aberturas foram feitas, mas duas (1909 e 960/44) tiveram a investigação anulada. Percebe-se que a abertura do processo, não foi aberta evidentemente pelas ações de Salgado, mas sim por quem buscou ter contatos, Rolão Preto, que era colocado como opositor direto do regime salazarista. No relatório da PVDE sobre estrangeiros existentes em Portugal (1940-1945), o nome de Plínio Salgado não foi citado. GONÇALVES, 2012, op.cit., p. 326.

Portuguesa¹⁴⁰, e começou a ser observado de perto com relação aos seu círculo de amizade, isso porque pouco tempo após sua fixação em Lisboa, começou a se articular com lideranças políticas que eram identificadas como inimigas do regime salazarista, como Rolão Preto, líder do Movimento Nacional-Sindicalismo¹⁴¹, os camisas-azuis, que se caracterizavam com um discurso tipicamente fascista. Além dessas relações, Plínio Salgado estabeleceu ao lado de seu secretário particular, Hermes Malta Lins e Albuquerque, diversas ações clandestinas, como a tentativa de um acordo com os nazistas alemães, visando o poder no Brasil em caso de vitória do Eixo.¹⁴²

Ao observar a circularidade política existente em torno de Plínio Salgado, verifica-se que o contato foi estabelecido com os grupos conservadores lusitanos, tanto os ligados ao governo de Salazar quanto aos opositores. Esse evento teve como motivo o fato de Plínio não ter ciência do tempo que passaria no exílio, com isso necessitava consolidar uma grande rede de amizade.¹⁴³ Foi justamente nessa conjuntura que Plínio se aproximou de grupos nazistas sediados em Portugal. A aproximação e a relação que possuía com várias correntes políticas direitistas lhe custaram uma suspeita de alinhamento ao nazismo. Embora essa aproximação tenha realmente ocorrido,¹⁴⁴ Plínio se esforçou ao máximo para desvincular sua imagem ao movimento de Adolf Hitler e em maio de 1945 publicou uma carta aberta à nação brasileira afirmando que não manteve participação alguma em articulações nazistas. Em apoio à afirmação, a carta foi assinada por inúmeras lideranças da extinta ação integralista, entre elas Raymundo Padilha.¹⁴⁵

Não deixando de lado sua influência sobre as elites brasileiras que pertenceram à AIB, agora na ilegalidade, Plínio trocou várias correspondências com inúmeras pessoas no Brasil, além de Raymundo Padilha. Pode-se destacar sua filha Maria Amélia, seu genro Loureiro Junior, a irmã de Padilha, Marina, Gustavo Barroso, seu sobrinho “Genesinho”, Irene irmã de Plínio, entre

¹⁴⁰ Gonçalves afirma que a Legião Portuguesa foi uma “organização nacional, que se constituía como uma milícia e estabelecia ações investigativas de forma extremamente organizada.” GONÇALVES, 2012, op.cit., p. 328. Ainda segundo Leandro Gonçalves, “percebe-se uma maior atenção da Legião Portuguesa com Plínio Salgado do que a PVDE que possui apenas um registro do líder integralista em Portugal. Em anotação de despacho, constam que todos os documentos da Legião foram remetidos ao Arquivo da PVDE. A Legião abriu cinco averiguações em nome de Plínio Salgado nas seguintes datas: 27 fev. 1941 – 11 maio 1941 – 04 abr. 1942 – 13 jun. 1944 – 04 jun. 1964. E ainda outro registro em nome do secretário particular de Salgado, Hermes Malta Lins e Albuquerque em 03 nov. 1948.” GONÇALVES, 2012, op.cit., p. 328.

¹⁴¹ Cf. PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹⁴² GONÇALVES, 2012, op.cit., p. 348-361.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 326-333.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 356-357.

¹⁴⁵ Carta aberta à nação brasileira: a extinta Ação Integralista Brasileira no tribunal da opinião pública. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1945.

outros. Com medo de enviar cartas mais detalhadas sobre a situação política em que se encontrava o Brasil naquele momento, foram adotados codinomes para preservar os correspondentes de Plínio. Com isso, grande parte das cartas de Loureiro Junior a Plínio são assinadas como Juca, seu apelido¹⁴⁶. Ao analisar as correspondências e o conteúdo exposto, observa-se que Plínio adotou os codinomes Tio Pedro ou apenas Pedro ou Petrus. Já Padilha adotou o codinome Rodolfo.

As cartas surgem como uma grande aliada para se entender as relações Brasil - Portugal durante o exílio de Plínio Salgado. Entre os anos de 1938 a 1946 pode-se encontrar no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro uma grande parte do acervo de Plínio Salgado, cerca de 11.432 cartas, entre elas, cartas trocadas entre Salgado e Padilha.¹⁴⁷ Essa troca de cartas fica mais intensa após janeiro de 1940 quando Raymundo Padilha consegue reestabelecer contato com o líder integralista.

A amizade e confiança entre Padilha e Plínio se consolidaram a cada ano que se passava. Essa amizade não ficou restrita apenas aos dois, as duas famílias mantinham um bom relacionamento, principalmente entre a mãe, esposa e irmã de Padilha com a família de Carmela, que também trocaram cartas com Plínio e Dona Carmela, esposa de Plínio, durante seu exílio.

Mamãe e Iracy, cada vez que escrevo, pedem sempre lhes dê muitas lembranças, que lhes diga de nossa saudade e todos os sentimentos de verdadeiro afeto. Dos meninos, os maiores já estão em Petrópolis, estudando, e os três menores em nossa companhia – Luciano e Rosária, com o primeiro filho Antônio Plínio, estão radiantes. O menino é uma beleza e uma graça esplendidos. Imagine que estão casados há mais de 10 anos e só agora cooperem para o crescimento da família e da pátria.¹⁴⁸

Marina Padilha era encarregada de receber as cartas de Plínio para Padilha em seu endereço e as repassar a seu irmão, também enviou algumas cartas para Portugal dando conta dos familiares de Dona Carmela. A carta descreve também uma reunião em que as duas famílias estiveram unidas em uma confraternização.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Câmara dos Deputados, Departamento De Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Entrevista com o Sr. Gerardo Mello Mourão - Realizada Em 14/11/2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/gerardo-mello-mourao/texto>>. Acesso em: 01 set. 2013.

¹⁴⁷ Arquivo Público Municipal de Rio Claro. Cronograma de contagem manuscritos de Plínio Salgado.

¹⁴⁸ Correspondência de Marina Padilha a Plínio Salgado, 7 mar. 1940. (APMRC Pi 40.03.07/2 - 1940_03_0012).

¹⁴⁹ Correspondência de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 25 jul. 1940 (APMRC Pi 40.07.25/6 - 1940_07_0070).

Não tive notícias de Taquaritinga e de todos os parentes de D. Carmela. A não ser de que estão de boa saúde, nada mais soubemos. A distância é grande e a vida, cada vez mais intensa. Daí esta separação, felizmente, só no plano material, pois nunca esqueço as cortesias de que fomos objetos na visita feita em Maio do ano passado.¹⁵⁰

Após algumas colocações, uma pergunta surge de forma importante para esclarecer os rumos que levaram Padilha a ser escolhido representante do integralismo no lugar de Plínio Salgado. Já existia uma grande amizade entre Plínio e Padilha que explicasse tal nomeação ou foi a papel desempenhado por Padilha durante o início do Estado Novo que chamou a atenção de Plínio a ponto de escolher Padilha seu representante? Não há uma resposta simples para este questionamento, uma simples amizade não levaria a essa indicação, outros membros mais próximos de Plínio poderiam desempenhar este papel, e mesmo a amizade entre Plínio e Padilha, torna-se difícil situar o momento específico em que ocorre a aproximação entre os dois em função das poucas fontes disponíveis. Em pesquisa feita em dois acervos de correspondências integralistas¹⁵¹, não há cartas trocadas entre Padilha e Salgado até o ano de 1938. A partir do ano em questão, as cartas entre os dois se multiplicam. É importante também salientar que as correspondências constituem importantes espaços de sociabilidades para os indivíduos. Através das cartas os indivíduos se expressam e revelam seus afetos, projetos e trajetórias.¹⁵² Desta maneira, mesmo sem os contornos bem definidos de uma delimitação temporal, as cartas revelam a proximidade entre Padilha e Plínio e também entre suas famílias no período de exílio de Salgado.

As primeiras cartas encontradas entre Padilha para Salgado tratam dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Mas já nessas primeiras correspondências analisadas pode-se perceber que a reação de Padilha perante as perseguições sofridas na defesa do integralismo impressiona Salgado. Para começar a delinear a trajetória que levou Padilha a assumir o lugar de Plínio é importante analisar uma passagem em uma das primeiras cartas trocadas entre os dois, escrita em dezembro de 1938, cujo conteúdo básico dá conta da atuação de Padilha na tentativa de libertar alguns integralistas presos durante o Estado Novo: “[...] depois de absolvido pelo juiz Lemos Bastos, V. sofre pela situação de companheiros, vítimas de equívocos, e luta por isenta-los da

¹⁵⁰ Correspondência de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 7 mar. 1940 (APMRC Pi 40.03.07/2 - 1940_03_0012).

¹⁵¹ Arquivo Público Municipal de Rio Claro e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

¹⁵² GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 8.

culpa que lhes é atribuída.”¹⁵³ Nesse momento podemos perceber o papel desempenhado por Padilha no sentido de apoio a Plínio e de seus amigos presos.

Para analisar melhor essa aproximação entre Plínio e Padilha podemos citar um trecho de uma carta escrita pelo líder integralista durante sua permanência na Fazenda Santa Helena em resposta a carta enviada por Padilha. Ela deixa transparecer um pouco da forma como eles estavam vivendo como foragidos. Ajuda também a entender de certa forma, alguns efeitos na vida familiar de Padilha que surgiram como resultado de sua vinculação ao integralismo.

Mas, o que mais me satisfaz, recebendo sua carta, foi verificar que, após tão longos meses de prisão, precedidos de todo o dismantelo de sua vida particular, da desorganização de sua família, do sofrimento de sua heroica esposa e de seus numerosos filhinhos, das angustias de sua mãe e irmãos, depois de absoluta carência de notícias de minha parte, sem nenhuma orientação ou informe acerca do que eu poderia estar pensando, você comparece, por intermédio de sua carta, à minha presença, como um companheiro impecável, um amigo leal, um interpretador exato do que se passa em meu espírito nestes dias.¹⁵⁴

A partir desta citação pode-se perceber que Padilha se coloca inteiramente a disposição de Plínio e dos interesses do integralismo, assumindo os riscos de ser preso novamente ou mesmo perder o seu emprego no Banco do Brasil. Em uma outra correspondência enviada por Plínio a Padilha, em 27 de junho de 1941, o líder integralista relembra o momento exato em que Raymundo Padilha assumiu a direção do movimento a seu pedido. A data foi 22 de junho de 1939, e o líder dos integralistas deixou evidente que embora os dois já tivessem tido contato, sua amizade começava a ser mais intensa, ao ponto de Plínio escolher Padilha como seu representante no Brasil, entre a publicação do Manifesto de maio de 1939 e seu exílio.¹⁵⁵

O ano de 1939 se apresenta no que se refere à troca de cartas entre Plínio e Padilha como um ano de poucas correspondências entre os dois. Mas é importante analisarmos os bilhetes trocados entre os dois utilizando seus codinomes. Estes bilhetes correspondem a pequenos escritos que chegavam ao destinatário pelas mãos de alguém que estava no trânsito Brasil/Portugal, não eram trocados via correio. Plínio iniciou a trocas de bilhetes. “Rogo avisar minha filha dando endereço dizendo desde cheguei não recebi nenhuma carta. Confirme urgente recebimento esta afim iniciarmos conversações regulares sobre matéria nossos interesses. Anauê.

¹⁵³ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 10 dez. 1938. (CPDOC – GV confid. 38.12.10).

¹⁵⁴ Idem

¹⁵⁵ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 9 set. 1941. (APMRC Pi 41.09.07/2 - 1941_09_0008).

Petrus.”¹⁵⁶ Os bilhetes também foram muito utilizados por Padilha. Em passagem citada abaixo Padilha envia alguns resultados preliminares de sua articulação com os membros do integralismo reforçando seu papel enquanto rearticulador da doutrina.

Mantive porem ligações nossos elementos. Bahia, Estado do Rio ótimos. S. Paulo, Paraná, S. Catarina, Rio Grande, Espírito Santo bons. Ceará, Pará melhorando; Minas bem. [...] Espírito sigma ótimo geral todo país. Nossa situação favorável meio militar [...]. Suas instruções serão cumpridas qualquer forma. Rodolfo.¹⁵⁷

Em outra carta destinada a Plínio, em 19 de janeiro de 1940, o próprio esclarece a dúvida sobre a verdadeira identidade das cartas assinadas como Rodolfo. Escreveu no cabeçalho da carta que esta havia sido enviada por Padilha.

As cartas revelam também suas leituras que eram originadas por sugestões vindas de Plínio Salgado, que atuou como uma espécie de orientador intelectual. Padilha costumava pedir conselhos para Plínio de leituras que explorou nesse período leituras no campo da psicologia da religião, e de escritores como Vitor Hugo e Werner Sombart.¹⁵⁸ Após ler os livros sugeridos, enviava resumos das obras, com a intenção de fazer uma troca literária com Salgado, algo típico em relação ao líder integralista que se vangloriava em possuir uma profunda intelectualidade. Alguns autores relatados em cartas, além dos dois já citados são: Henri de Man; Couto de Magalhães; Barbosa Rodrigues; Émile Durkheim; Gustave Le Bon; Tasso da Silveira; Miguel Reale; Carlos de Laet; Farias Brito. Em contrapartida Padilha lhe enviava a coleção de livros publicados pela Editora Brasileira.¹⁵⁹ Dentre os pensadores listados, há um destaque para Farias Brito. Conterrâneo de Padilha, Farias Brito foi um filósofo brasileiro que escreveu suas obras entre o final do século XIX e início do século XX, absorvendo em seus escritos todas as transformações culturais, políticas e econômicas em que o Brasil estava passando.¹⁶⁰ Padilha e Plínio possuíam um grande entusiasmo com as leituras de Farias Brito e trocavam informações das leituras realizadas.

¹⁵⁶ Coletânea de correspondências trocadas entre Pedro e Rodolfo entre jul 1939 a 30 dez. 1939 (APMRC Pi 39.07.000 - 1939_07_0046).

¹⁵⁷ Idem

¹⁵⁸ Correspondência de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 18 jan. 1940 (APMRC Pi 40.01.18/13 - 1940_01_0068).

¹⁵⁹ Várias cartas relatam essa troca de informação.

¹⁶⁰ BRITO, Raymundo de Farias. *A verdade como regra das ações*: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. LXIV + 156 (Edições do Senado Federal; v. 51)

A nossa filosofia! Por falar nela, lembro-me de que estou em dívida com você sobre a promessa de uns comentários em torno do Farias Brito.[...] Digo-lhe de antemão que o Farias trouxe ao mundo a tarefa de despertar as poderosas forças do nosso espiritualismo. Teremos nós, integralistas, compreendido bem a fundo, o que significa essa coisa de que tanto temos falado: o espiritualismo? A palavra espírito comporta duas concepções do mundo. É completamente diferente dizer-se: espírito da terra, espírito da raça, espírito nacional, espírito do tempo, e por outro lado dizer-se simplesmente o Espírito. Deverá este ser subordinado aqueles? Ou aqueles espíritos é que devem ser instrumentos deste Espírito? Se assim é, como podemos proceder? Vá meditando sobre essas coisas, meu caro Raymundo, enquanto aguarda a carta que eu escreverei logo que desbasta esta montanha de correspondências que se acumulou sobre minha mesa.¹⁶¹

Padilha já constituído de todos os poderes deixados para ser seu representante na direção do movimento integralista no Brasil. Plínio passou a enviar cartas com algumas diretrizes a serem implantadas por Padilha no sentido de conservar o movimento coeso e vivo. De acordo com o líder integralista, o momento em que vivia a Europa em pleno início de guerra não era oportuno fazer qualquer tipo de manifestação partidária no Brasil, nem mesmo alianças com os liberais, pois caso isso ocorresse, “seríamos apontados como agentes do nazismo, pois apesar da nossa completa dessemelhança doutrinária e prática em relação ao nazismo, os comunistas brasileiros sempre nos caluniaram apresentando-nos ao povo e às nações americanas como ligados ao eixo.”¹⁶² Salgado julgava o momento em que o brasileiro passava como impróprio para um levante, sugerindo um apoio mais presente ao governo de Vargas.¹⁶³

Algo importante também mencionado nas correspondências e que afirmam algumas atribuições dadas a Padilha no Brasil era no tocante a organização de um fundo de auxílio aos exilados e as famílias dos integralistas presos ou falecidos. Padilha organizou um fundo e enviava mensalmente dinheiro, principalmente para Plínio. Esse fundo foi organizado de forma que um grupo de doadores mensais remetiam valores para Padilha que redistribuía entre os necessitados.

Remetemos 80 mil escudos no valor de 70 contos tendo contribuído Rocha 20, Meggiolaro 10, Vivacqua 3, Custodio 2, Brito 10, Pisserchio 2, Pestana 5, Adalberto 5, Teles 1, Aurelio Rocha 2, Ernani Lomba 5, Paulo Lomba 5. Trata-se campanha iniciei algum tempo colaboração admirável companheiro Paulo Lomba incansável auxiliar que encontrei até hoje. Outras pequenas somas seguirão brevemente. Serviço Ilha 83 famílias e demais exilados mantidos regularmente.¹⁶⁴

¹⁶¹ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 16 fev. 1941 (APMRC Pi 41.02.16/5 - 1941_02_0028).

¹⁶² Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, jan. 1940 (APMRC Pi 40.01.00/1 - 1940_01_0144).

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Coletânea de correspondências trocadas entre Rodolfo e Pedro entre 15 fev. 1940 a 30 mar. 1941 (APMRC Pi 40.02.15/5 - 1940_02_0030).

A situação de Padilha no comando do integralismo no Brasil começou a ficar tensa a partir de 1941. Esse fato se deve a dois principais motivos. O primeiro é a dificuldade de manter correspondência direta entre o Brasil e Portugal devido ao aumento das tensões no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o envio de cartas via aérea ou marítima ficou cada vez mais irregular. O segundo ponto foi a vinda de Gustavo Barroso para o Brasil, que estava em Portugal, com a tarefa de articular as negociações entre o Governo de Getúlio Vargas e o retorno de Plínio Salgado para o exercício de alguma função no governo.

Barroso aderiu à AIB em 1933. Desenvolveu, então, intensa militância e foi designado, pelo Primeiro Congresso Nacional Integralista, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. Antissemita extremado, suas ideias se aproximavam mais do nazismo alemão do que fascismo italiano, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado. Tinha uma postura antissemita, chegando a ser considerado por lideranças latino-americanas como o *führer* do integralismo brasileiro. No período da legalidade da AIB chegou a disputar a liderança com Plínio Salgado. Discordando publicamente dos discursos antissemitas publicados na revista *Fon-Fon* de 24 de abril de 1934, Salgado apoiou o boicote a Barroso feito pelo jornal integralista, *A Ofensiva*. Superadas as divergências, Barroso foi escolhido, durante o Congresso de Petrópolis, para ocupar a secretaria nacional de educação moral e educação física da AIB. Essa secretaria substituiu a milícia integralista, então dissolvida por Plínio Salgado¹⁶⁵.

Barroso ainda insistiria em assumir a liderança da AIB. Em março de 1937, criticou Salgado publicamente, acusando o chefe integralista de condescendência com os judeus, a exemplo do industrial Horácio Lafer. Entretanto, no plebiscito interno da AIB realizado em maio de 1937 para a escolha do candidato integralista à presidência da República nas eleições previstas para janeiro de 1938, venceu Salgado com 846.554 votos contra 13.397 dados a Barroso e 164 a Miguel Reale.

¹⁶⁵ Barroso, no entanto, não abandonou o discurso antissemita, tampouco deixou de expressar suas teses publicamente. Em novembro e dezembro de 1935, Barroso atacou na primeira página de *A Ofensiva* o economista e empresário Roberto Simonsen, ao qual não deixava de atribuir o epíteto “judeu”. “Ainda em 1935, Gustavo Barroso lançou *O quarto império*, aprofundando suas teses antissemitas. No ano seguinte, editou *O integralismo e o mundo*, em que o movimento era definido como o único no Brasil capaz de derrotar os judeus e de restaurar a cristandade através da revolução espiritual interior. Para Barroso, embora fosse uma ideologia universal, em cada país o fascismo deveria ter características particulares, adequadas à formação social de cada povo. No Brasil, o fascismo seria multirracial, um amálgama das raças branca, negra e indígena”. Cf: COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/08/2013.

Durante o Estado Novo, em uma série de bilhetes enviados para Plínio, Padilha afirmava haver uma tensão entre ele e Gustavo Barroso. O problema estava no fato de que Padilha havia sido indicado por Plínio como seu representante no Brasil, mas isso não chegou e ser divulgado e ninguém possuía essa informação, somente os dois. Ao designar Barroso para as negociações no Brasil, Plínio lhe conferiu uma carta credencial, que atribuía poderes para negociar assuntos integralistas com o governo Vargas. Padilha se sentiu ameaçado e desmotivado com a situação, chegando ao ponto de solicitar a Plínio outra carta na qual lhe era conferido poderes superiores a Barroso. Em respostas as aflições de Padilha, Plínio comenta:

Significo que a atitude política dos amigos que obedecem a minha inspiração deve ser ditada por mim exclusivamente e eu o faço por intermédio de Você, e ninguém, e nem mesmo V., podem invadir os limites dessa minha peculiar atribuição. Já declarei muitas vezes, mas nunca é demais repetir, que sempre que eu haja de me dirigir aos meus amigos, coletivamente, eu o farei, como tenho feito, por intermédio de V.¹⁶⁶

Mas não foi apenas com Barroso que Padilha teve problema como representante de Plínio no Brasil, Miguel Reale também não enxergava autoridade em Padilha.

Convidado por Padilha para “receber instruções”, fui a Campinas, colocando as cartas na mesa: não concordava absolutamente com os poderes que lhe haviam sido conferidos, à revelia da ordem hierárquica que presidira a estrutura da Ação Integralista Brasileira. Igual atitude teve Gustavo Barroso, igualmente preterido.¹⁶⁷

Plínio Salgado por vezes anunciou que a não divulgação do nome de Padilha como seu representante no Brasil ocorreu pelo fato de tentar resguardar a integridade de Padilha e sua família, e também sua posição como funcionário do Banco do Brasil. A tensão entre Padilha e Barroso só diminuiu quando o Banco comunicou que seria transferido de sua agência de trabalho no Rio de Janeiro para Penedo, região do Médio Paraíba Fluminense, em Itatiaia. A tensão entre Padilha e o Banco do Brasil aumentou quando ele ameaçou pedir demissão não aceitando sua transferência. Esse problema só foi resolvido quando Barroso, de forma estratégica para criar um laço de dependência com Padilha, pediu ao próprio Getúlio Vargas para interferir no assunto. O caso se dá por encerrado e Padilha se entendeu com Barroso, permanecendo no Rio de Janeiro

¹⁶⁶ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 16 fev. 1941 (APMRC Pi 41.04.31/1 - 1941_05_0042).

¹⁶⁷ REALE, Miguel. *Memórias: Destinos cruzados*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, p. 143.

graças a uma determinação de Vargas ao gerente do Banco do Brasil, por intermédio de Gustavo Barroso, que passava a ter certo controle sobre Padilha a partir desse momento.¹⁶⁸

Permanecendo no então Distrito Federal, Padilha viu sua vida se reestruturar novamente. Barroso, que mantinha reservadas relações com elementos do governo, conseguiu, além da reintegração de Padilha, por fim às constantes investidas policiais contra o bancário e sua família¹⁶⁹. Em julho de 1942 ocorreu o nascimento de sua sétima filha, Regina Helena Padilha. Plínio foi convidado para ser padrinho da menina e prontamente tornaram-se compadres. Pelo fato de Plínio ainda se encontrar exilado no momento do batismo, ele foi representado na cerimônia pelo filho mais novo de Padilha, Raymundo Meireles Padilha, conhecido como Raimundinho, na ocasião com aproximadamente 20 anos de idade.¹⁷⁰ A partir deste momento as cartas não surgem mais com certa frequência, isso se deve ao acirramento do conflito na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, o que impossibilitou uma correspondência mais dinâmica devido à irregularidade do transporte aéreo e marítimo.

¹⁶⁸ Coletânea de correspondências trocadas entre Rodolfo e Pedro entre 28 mar. 1941 a 8 maio 1941 (APMRC Pi 41.03.28/1 – 1941.03.0056).

¹⁶⁹ Cf. COUTINHO, Amélia. *op. cit.*

¹⁷⁰ Correspondências trocadas entre Raymundo Padilha e Plínio Salgado, de 16 ago. 1942 a 5 fev. 1943 (APMRC Pi 42.08.16/2, 42.10.15/3, 05.02.43/3 - 1942_08_0021, 1942_10_0013, 1943_02_008).

CAPÍTULO II - O ENFRAQUECIMENTO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E O FIM DO ESTADO NOVO.

Neste capítulo será analisada a participação de Padilha na formação e articulação do Partido de Representação Popular. O ano de 1952 marcou a entrada de Padilha na vida parlamentar como representante do PRP na Câmara Federal. A partir deste momento, as reflexões feitas neste capítulo, procuram analisar as estratégias utilizadas por Padilha para se manter no jogo político brasileiro.

Com o enfraquecimento das forças nazifascistas no final da Segunda Guerra Mundial ocorreu também o esgotamento do sistema autoritário de governo. Com isso, ficou cada vez mais difícil para Vargas manter um governo centralizador, como era o caso do Estado Novo, e manter sua popularidade. Não se pode desprezar que até o início da Segunda Guerra Mundial o governo Vargas não havia decidido com qual dos lados entraria como aliado na Guerra. Isso gerou a visualização de certa simpatia de Getúlio Vargas com os governos de Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha.¹⁷¹

Internamente o governo varguista passava por período de forte pressão popular. Pelo fato do Brasil manter fortes laços econômicos tanto com a Inglaterra quanto com os Estados Unidos, setores da população buscavam juntos ao governo um apoio direto a estes países. Mas foi o ataque aos navios brasileiros, que foram atribuídos aos submarinos alemães, que levou grande parte da opinião pública brasileira a buscar uma definição rápida da posição do governo diante da Guerra.¹⁷² Outro ponto importante foi a crescente mobilização, tanto fora quanto dentro da sociedade brasileira, de grupos insatisfeitos com governos autoritários e centralizadores.¹⁷³

Algo que corroborou para a insatisfação de partes da população brasileiras com o governo Vargas foi o não cumprimento de alguns itens da Carta de 1937, como o artigo 187 que estabelecia a necessidade de um plebiscito para a renovação do mandato presidencial. O resultado do plebiscito sendo favorável à Constituição faria com que o governo tivesse o seu fim em 1943, no entanto, as eleições foram suspensas devido ao estado de guerra mundial que levou o governo

¹⁷¹ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *O Brasil Republicano*. v.3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.273-274

¹⁷² ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. op. cit., p.273-274

¹⁷³ FERREIRA. Jorge. op. cit., p. 16

a decretar estado de emergência no país. Como não havia previsão para o fim do Estado Novo, começaram os questionamentos sobre a legalidade do governo Vargas.¹⁷⁴

Um dos primeiros impasses com relação ao governo Vargas veio de forças internas que analisavam com cuidado a apropriação de Vargas do estado de guerra em que o país vivia para ganhar tempo na confecção de novas alianças pensando nas futuras eleições.

As classes dominantes rompiam o pacto corporativo que até então as unira a Vargas. Recebendo a adesão de personalidades paulistas influentes, chegava de Minas Gerais o documento que veio a ser conhecido como “Manifesto dos Mineiros”, em que reivindicava a convocação de uma assembleia constituinte. Conforme o manifesto, a liberdade de discussão para a reorientação institucional do país demandava “autoridades isentas, que inspirem confiança à opinião brasileira”¹⁷⁵.

As críticas contra o governo Vargas ganhavam vulto alcançando a grande mídia e por isso começou a ficar enfraquecido. Ataques foram deferidos até mesmo a legislação trabalhista, que foi apontada como um tipo de sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, o que aproximava ao modelo fascista. Na tentativa de acalmar os ânimos da oposição, Vargas decretou anistia aos presos políticos em abril de 1945, convocou eleições presidenciais e para representantes da Assembleia Constituinte para o fim de 1945.¹⁷⁶ Até 1944, o que se pode identificar são promessas vagas e sem muitas modificações para o cenário político brasileiro.

Não acatara nem mesmo sugestões partidas de ponderáveis setores governamentais – como Benedito Valadares, por exemplo, na época interventor no Estado de Minas Gerais – no sentido de atender algumas reivindicações oposicionistas. Não percebera, ou não quisera se convencer até aquele momento, de que o sistema autocrático imposto pelo golpe de 1937 não tinha mais as mínimas condições de sobrevivência. Mas depois das seguidas defecções de alguns de seus mais profundos colaboradores, bem como das notórias articulações políticas em torno da candidatura de Eduardo Gomes, e do início da formação da UDN – que no dizer de um analista do período, constituía uma frente onde se encontravam “... os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos...; os que fizeram e se desentenderam com o Presidente...; os que assinaram o ‘Manifesto dos Mineiros’; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37”¹⁷⁷. Getúlio não teve outra saída a não ser preparar o terreno político, tendo em conta a possibilidade de um jogo pluripartidário, e, até mesmo, sua continuidade no poder *in absentia*, ou seja, representado por um preposto¹⁷⁸.

¹⁷⁴ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.304.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p.66

¹⁷⁷ Cf. LIPPI, Maria Lúcia. *O partido Social Democrático*. São Paulo, 1972 (mimeo).

¹⁷⁸ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit., p.279-280

Foi nesse contexto que, em 7 de abril de 1945, foi lançada oficialmente a União Democrática Nacional (UDN), que congregava vários setores oposicionistas, inclusive militares. O nome do brigadeiro Eduardo Gomes surgiu como o preferido para compor a candidatura antigetulista. Já em 17 de julho foi realizada a primeira convenção do PSD e homologada a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. As origens do partido englobavam articulações entre interventores de várias esferas da administração estadonovista, desde as federais às municipais. Se, por um lado, rompiam, em certa maneira, com a burocracia do Estado Novo, contrária a qualquer estruturação política em bases partidárias, por outro lado, ao articularem as interventorias, máquinas administrativas do Estado Novo, procuraram preservar a parte política possível que suas lideranças vinham exercendo desde 1937. Embora Vargas não tivesse se filiado, reconhecia a importância de articular uma estrutura partidária que atuasse na preservação de sua influência sobre os resquícios da administração do Estado Novo, para que fosse utilizada em futuras jornadas políticas¹⁷⁹.

Em uma tentativa de garantir o apoio político dos trabalhadores, foi articulado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto o PSD tinha como base de sustentação setores das oligarquias agrárias e estaduais, o PTB buscou compor sua organização entre os trabalhadores ligados aos sindicatos e ao programa trabalhista de Vargas¹⁸⁰.

Nesse período, crescia a atuação do PCB no movimento sindical. Ao retornar à legalidade e operar mais expressivamente no movimento sindical, trabalhou na organização do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT)¹⁸¹. O movimento, fundado oficialmente em abril de 1945, atuava no sentido de elevar a atividade sindical a um âmbito político mais amplo em um contexto democrático¹⁸².

Após anos de grande desgaste que vinha sofrendo o governo de Getúlio Vargas foram fixadas as eleições presidenciais e de uma assembleia constituinte para dois de dezembro de 1945. Entre junho e julho, confiando nas possibilidades de continuar no poder, não se manifestou em apoio à candidatura de Dutra, seu ministro por longos anos¹⁸³.

¹⁷⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo. 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p.28.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 30-43.

¹⁸¹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. p.42-43

¹⁸² MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.61-62.

¹⁸³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *op. cit.*, p. 42

As instruções sobre o apoio dos integralistas na eleição presidencial de 1945 foram sugeridas por Plínio, que sinalizava a necessidade de apoio ao candidato do PSD, o general Eurico Gaspar Dutra. Essa posição se dá também pelo fato do brigadeiro Eduardo Gomes não aceitar o apoio do PRP.¹⁸⁴

É importante ressaltar que o ano de 1945 foi marcado pela queda do Estado Novo. Considerado um regime político extremamente autoritário e centralizador, foi a base que sustentou Vargas no poder por longos anos. Mas mesmo após a deposição em 29 de outubro de 1945 pelo Alto Comando do Exército e que nomeou José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, para assumir o lugar de Vargas até ser empossado o novo presidente, as manifestações de apoio ao governo não cessaram. O Presidente foi deposto de seu cargo após nomear seu irmão, Benjamim Vargas, como Chefe de Polícia do Distrito Federal. Isso criou preocupação nas camadas militares que temiam uma repressão por parte do governo para que não ocorressem as eleições já programadas para dezembro de 1945.¹⁸⁵

Vários atos contrários ao Estado Novo surgiram pelo Brasil, entre eles um grupo de estudantes universitários, filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto. Este grupo promoveu um comício na Praça da Sé, em São Paulo. Os estudantes davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo e de Vargas, mas, inesperadamente, o protesto foi invadido por pessoas que apoiavam Vargas.

No entanto, para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram à praça, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador [Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico] lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, cheio de coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, tornaram a bater nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo o PRP! Viva os trabalhadores! e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!”¹⁸⁶.

Manifestações como a ocorrida acima surgiram dias depois em outros locais, como a que aconteceu na capital mineira, quando populares presenciaram um comício da oposição e saíram

¹⁸⁴ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Junior, 04 maio 1946 (APMRC PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010).

¹⁸⁵ CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Queda de Vargas e fim do Estado Novo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

¹⁸⁶ FERREIRA, Jorge. op. cit., p.17.

em defesa de Getúlio¹⁸⁷. Esses grupos eram classificados pela grande imprensa como desordeiros, bêbados e arruaceiros. Os manifestantes temiam que com a saída de Vargas os benefícios da legislação social fossem suprimidos. O termo “queremos Getúlio”, nesse sentido, expressava o medo que o processo de redemocratização, que não contaria mais com Vargas à frente do governo, resultasse em uma ameaça aos benefícios da legislação social alcançada pelos trabalhadores ao longo dos 15 anos de governo¹⁸⁸, que incluía limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, além de férias, horas-extras, pensões, aposentadorias e a criação de uma Justiça do Trabalho entre outros aspectos¹⁸⁹.

Se em seu início as manifestações em apoio a Vargas não passavam de populares, com o tempo o quererismo tornou-se, a partir de julho de 1945, um movimento bem mais definido em termos de organização política, em especial, a partir da criação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, no Distrito Federal. Comícios da UDN eram interrompidos por manifestações de apoio a Getúlio. Em 30 de agosto, realizou-se o primeiro comício queremista, no Largo da Carioca, Distrito Federal. Milhares de pessoas compareceram pedindo a continuidade de Getúlio Vargas no governo¹⁹⁰. Até mesmo o Partido Comunista do Brasil - PCB, naquele momento defendeu também a “Constituinte com Getúlio”.

A posição do partido pode ser entendida não só a partir do movimento nacional interno, mas também das orientações externas vinculadas as política de frente ampla popular e democrática contra o fascismo, inspiradas pela então já dissolvida III Internacional. Assim, para o PCB, baseando-se na chamada política de “ordem e tranquilidade”, o caminho até a democracia sem percalços e perigos fascistas se daria pelo apoio a Vargas¹⁹¹.

Mas o apoio popular, no entanto, não foi o suficiente para que Vargas fosse mantido a frente do processo de democratização. Já suspeitando de possíveis estratégias de Getúlio para continuar no poder e interferir nas eleições, a UDN precipitou um golpe militar, forçando sua renúncia.¹⁹² Neste novo cenário político que começava a ser desenhado no Brasil é que pode-se encontrar o novo produto dos integralistas, o Partido de Representação Popular (PRP).

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Ver: SPINDEL, Arnaldo. *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980. p.61. Apud: FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 18

¹⁸⁹ FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 18

¹⁹⁰ Ibidem, p. 22-24

¹⁹¹ SANTANA, Marco Aurélio. op. cit., p.42-43.

¹⁹² Idem

2.2 A CRIAÇÃO DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR

Uma nova fase surge para os integralistas, a criação de um partido político nacional após anos de exílio. Era uma oportunidade única para tentar implantar novamente ideais antigos que foram aniquilados com o advento do Estado Novo getulista. Mas os tempos eram outros e muitas das diretrizes integralistas já não funcionariam nessa nova fase política. A melhor forma encontrada foi fundar o PRP que surgiu no cenário nacional com uma proposta de partido novo tentando se desvincular da AIB.

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Alguns integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maiores influências política eram, nesse período, praticamente nulas.¹⁹³

Neste contexto, Padilha, como já foi visto, manteve a opção de corresponder às expectativas de Plínio Salgado e continuar articulando o movimento na clandestinidade. Procurou manter sua vida da forma mais natural que pode, trabalhando no Banco do Brasil, residindo ao lado de sua família e se correspondendo com os ex-integralistas de forma a não se expor em demasia para não correr o risco de ser preso novamente.

Já em relação à criação do novo partido, não se pode concluir que o processo de sua criação foi algo tão simples e rápido. Plínio enfrentou problemas tanto entre os próprios integralistas quanto também do cenário mundial, o que dificultava a ascensão de ideologias vistas como autoritárias. No campo externo, deve-se “levar em conta a existência de imagens negativas que colocavam grande parcela da opinião pública contra o reaparecimento do integralismo.”¹⁹⁴ Já internamente e de acordo com o próprio Plínio, as articulações de como se estruturaria o futuro dos integralistas com as novas oportunidades estabelecidas com o fim do Estado Novo, foram debatidas, mas a palavra final que levou a fundação do PRP foi do próprio Plínio.

Como os integralistas deviam, como cidadãos brasileiros, exercer atividade política, julguei que o mais acertado seria a fundação de um partido, onde pudessem reunir-se

¹⁹³ BERTONHA, João Fábio. *Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). Diálogos*. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009. p. 8.

¹⁹⁴ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 85.

sem desdouro e nem mistura com homens que os não compreendem, nem consideram, senão como massa eleitoral. Esse partido poderia fazer o que o integralismo nunca poderia fazer: conversações, ligações, combinações, resguardada a integridade da agremiação para que os integralistas não se dissolvessem na massa dos partidos das duas candidaturas. Essa foi a razão pela qual, contra a opinião da maioria dos do Rio, que queriam uns lançar a própria Ação Integralista como partido, outros que queriam simplesmente a adesão a uma das candidaturas, eu de modo próprio, determinei a criação do PRP.¹⁹⁵

Como Salgado sinalizou, a criação do PRP não foi algo de comum acordo. Havia tendências que buscavam outras vias para este momento de reabertura. O reestabelecimento da AIB como partido político ou mesmo a adesão maciça de integralistas em um partido político já consolidado foi cogitada. Mas o chefe dos integralistas não desprezava a possibilidade de se tornar novamente chefe e presidente de um novo partido e ser aclamado pelas massas em eleições futuras. Por isso, mesmo ele tendo articulado toda a criação do novo partido ainda no exílio e para isso utilizou-se muito de Padilha, ao retornar para o Brasil, demonstrou não ter ciência plena do que estava ocorrendo dentro do PRP, chegando ao ponto de agir com surpresa na ocasião da 2º Convenção Nacional do Partido, realizada em 27 de outubro de 1946, quando em discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, “foi aclamado Presidente do Partido [...] mesmo contra a sua vontade.”¹⁹⁶ Mas a vinculação entre PRP e integralismo foi imediata e gerou prejuízos para o partido. Houve a necessidade de se distanciar o PRP dos integralistas.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia [...] e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o Integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de livros e documentos para ressaltar esses pontos e velhos livros e documentos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.¹⁹⁷

Neste contexto, para tentar calar as várias acusações que o PRP e os integralistas estavam sofrendo, foi divulgada na imprensa brasileira uma Carta Aberta à Nação Brasileira, escrita por Plínio Salgado e assinada por inúmeros integralistas, com a intenção de passar credibilidade ao público em geral. A Carta foi publicada em vários jornais com a esperança de chegar ao maior número de pessoas possível e começar a desfazer a ideia ruim formada contra os camisa-verde. No jornal *A Noite* de 07 de maio de 1945, a Carta foi publicada na íntegra e trazia como subtítulo:

¹⁹⁵ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Junior, 04 maio 1946 (APMRC PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010).

¹⁹⁶ GONÇALVES, Leandro Pereira. op.cit., p. 512

¹⁹⁷ BERTONHA, João Fábio. op. cit., p. 71

A extinta “Ação Integralista Brasileira” no tribunal da opinião pública. Em um pequeno fragmento da Carta, podemos perceber essa tentativa de aliviar as acusações feitas contra os integralistas em especial.¹⁹⁸

Os abaixo assinados – brasileiros tão dignos e patriotas quanto os que mais o sejam – membros da extinta “Ação Integralista Brasileira”, dissolvida em dezembro de 1937 pelo Governo Nacional, cumprem o imperioso dever de vir, perante a Nação, defender seu passado contra a obstinada e injusta campanha, sistematicamente feita no sentido de infamar aquele movimento e, em consequência, todos quantos, sincera e honestamente, dele participaram.¹⁹⁹

A Carta tocava em cinco pontos principais, os quais o Integralismo estava sendo acusado. Esses cinco pontos expostos como defesa por Plínio diziam respeito a denúncias de recebimento de financiamento estrangeiro por parte dos integralistas, recebimento de armas de outros países, ligações estreitas com potências estrangeiras, aproximação com ideias totalitárias como o Fascismo e o Nazismo e a questão da antiamericanidade integralista. Todos esses pontos foram rebatidos por Plínio na tentativa de enfraquecer os argumentos negativos relacionados ao integralismo. A Carta foi assinada por 103 homens ex-integralistas, entre eles, Raymundo Padilha. E na tentativa de desarticular as correntes opositoras, a Carta termina da seguinte forma:

Capituladas as principais acusações e respondidas com verdade, lealdade, serenidade e dignidade, ficam os signatários à espera de que se produzam provas documentais em contrário. Sua consciência está tranquila. O INTEGRALISMO É UM ACONTECIMENTO QUE HOJE PERTENCE AO DOMÍNIO DA HISTÓRIA. Ninguém afirma que fosse um movimento sem defeitos e sem erros, vez que o compunham homens de todas as condições. É lícito criticá-lo; mas é profundamente injusto querer, à força da repetição e da reedição de calúnias expô-lo à aversão nacional e infamar os que dele fizeram parte. PERANTE A NAÇÃO BRASILEIRA COMPARECEM OS ACUSADOS E OS ACUSADORES. TEM ESTES, AGORA, A PALAVRA PARA PRODUZIREM SUAS PROVAS.²⁰⁰

Os integralistas, de certa forma, expõem de forma direta seus erros e se justificam pelo seu passado, que ainda produz subsídios fortes para seus opositores. Outro ponto importante a ser analisado em relação a essa dinâmica integralista de autodefesa foi à publicação em 09 de setembro de 1945 do Manifesto-Diretiva, que estampou a página 10 do *jornal Correio da*

¹⁹⁸ Carta aberta a nação brasileira: A extinta “Ação Integralista Brasileira” no tribunal da opinião pública. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 mai. 1945,

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

Manhã.²⁰¹ O Manifesto foi um resgate dos objetivos integralistas de 1932, reafirmando seu compromisso com Deus, a Família e a Pátria brasileira. O texto faz um panorama histórico dos principais objetivos da AIB, expõem suas conquistas e faz projeções para o futuro visando às futuras eleições. Este manifesto ainda trazia um ponto importante sobre o papel de Padilha como representante de Plínio no Brasil. Citando diretamente seu nome como representante de Plínio, o mesmo sinalizava, em um de seus itens, que se ocorresse algum insucesso com o registro do novo partido político, que havia sido proposto por Plínio,

até o prazo legal para as inscrições de partidos, [...] o representante do fundador, Sr. Raymundo D. Padilha, providenciará livremente os meios que julgar mais adequados para que os integralistas possam exercer o voto sem quebra de sua dignidade política e de seus princípios doutrinários.²⁰²

Esse foi o primeiro documento oficial em larga escala que assinalava o nome de Padilha como representante de Salgado no Brasil e, de certa forma, transmitia poder a Raymundo Padilha para tomar decisões sem consulta prévia ao chefe caso o registro do partido não fosse possível. É evidente que Padilha não iria tomar nenhum tipo de decisão sem permissão prévia do chefe, visto o grande número de cartas trocadas entre os dois durante do exílio de Plínio, sem contar os bilhetes e as cartas não arquivadas. Padilha sempre agiu de forma adequada aos pedidos do chefe, obedecendo todas as suas ordens.

O manifesto também tocava no ponto referente a AIB. Como mais um instrumento utilizado por Plínio para tentar calar os ataques adversários, o manifesto aponta que:

A “Ação Integralista Brasileira” era um partido e foi fechada; mas o Integralismo é uma doutrina e ninguém o pode fechar. Não vamos pois, subordinar o permanente ao passageiro, o imutável ao mudável. Essa a razão por que vos indiquei neste Manifesto-Diretiva os meios de exercerdes o voto obrigatório, sem envolver, na transitoriedade da hora que passa, aquilo que pode amanhã representar a defesa mais decisiva da Nação brasileira, como hoje representa e resume a perenidade de um pensamento em cuja essência vive a própria alma da nossa Pátria.²⁰³

Nesse sentido, a AIB tornou-se uma ideologia política, oficialmente longe das disputas eleitorais, mas muito presente na mentalidade de seus seguidores. Havia agora o desafio de se

²⁰¹ SALGADO, Plínio. Manifesto-Diretiva. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 10

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

oficializar o novo partido, que a princípio seria livre, mas que, ao passar do tempo, seria a base eleitoral dos integralistas.

O registro do novo partido foi autorizado e a formação do Partido de Representação Popular em 1945 também representou um passo importante para a reestruturação das bases do integralista na década de 1940. Fundado oficialmente em setembro de 1945, o PRP surgiu com o objetivo de reunir antigos membros da Ação Integralista capitalizando forças para as futuras eleições.²⁰⁴ Raymundo Padilha participou ativamente desse processo, como um dos articuladores do seu registro junto aos órgãos eleitorais e posteriormente como candidato a Deputado Federal nas eleições de 1945.

Ainda sobre as circunstâncias que levaram Plínio a solicitar a criação de um partido político novo, desvinculado até mesmo da imagem da AIB, podemos perceber que seus reais motivos não eram apenas a relação AIB/Fascismo divulgada amplamente durante anos pela imprensa brasileira, mas o medo do fracasso eminente da AIB nas urnas. Em carta enviada a seu genro Loureiro Junior, Plínio esclarece os verdadeiros motivos que o levaram a solicitar a criação do PRP.

Você sabe que os integralistas nunca souberam exatamente quantos eram em todo o país. Viviam na ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros do nosso querido Pujol. Só falavam em milhão. Ora, se não se organizasse um partido, para por as coisas em pratos limpos, viveríamos sempre uma vida fantasiosa, falsa, que já nos custou derrotas. Era preciso que a realidade aparecesse ao vivo. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil e sabendo que não passamos disso, não incorreremos em erros perniciosos.²⁰⁵

A intenção da criação de um partido novo era justamente abrir o leque de possibilidades e estratégias que a AIB não poderia garantir. Lançar novamente a AIB como partido político, como já foi mencionado, seria um erro, devido a circunstâncias em torna de seu fechamento e os longos anos que sua doutrina e suas lideranças foram execradas pela imprensa. O PRP, de certa forma, estava livre do julgo integralista do passado. Estava livre para as alianças tanto em solicitar quando em ser solicitado. Outro ponto de destaque, e que consta na mesma carta citada acima, é quando Plínio expõem a Loureiro os números aproximados de filiados a AIB, muito longe dos milhões. Exemplificando como a AIB utilizava- se desses montantes fabulosos, a revista *Anauê!*

²⁰⁴ CALIL, Gilberto Grassi. Partido de Representação Popular. Estrutura interna e inserção eleitoral. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, jan.-jul. 2011. p. 351-382.

²⁰⁵ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Junior, 4 maio 1946 (APMRC PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010).

de Janeiro de 1936 apresenta em sua edição um gráfico com o crescimento da AIB em todo o Brasil que afirma: “A força eleitoral do integralismo acompanha o seu surto admirável - a progressão de seu crescimento é de 1 para 10. Pelos cálculos estatísticos em 1937 votarão na legenda “integralismo” 1.250.000 eleitores.”²⁰⁶ E não foi só no passado que os números conflitavam. Em entrevista concedida ao jornal *Diário Carioca*, em 08 de abril de 1945, Albiano de Melo ao ser questionado sobre o papel dos integralistas nas eleições de 1945 revela:

Bem, ainda é cedo para falar. Não posso afirmar se os antigos integralistas irão arrematados às eleições. Não vejo, porém, motivos para que não o façam. São bons brasileiros como quaisquer outros e não seria agora, no instante em que a pátria mais necessita da colaboração de todos os seus filhos, que cerca de dois milhões de adeptos de Sr. Plínio Salgado iriam cruzar os braços e se ausentassem do cenário nacional. [...] quase dois milhões de antigos integralistas esperam, por certo, uma diretriz quanto à sua atitude nos próximos meses.²⁰⁷

Podemos perceber a tentativa de manipular os números de inscritos para dar força ao integralismo. Mas eram números absurdos e conflitantes, tendo o próprio Plínio estabelecido da marca de 200 mil. De qualquer forma é um fato que chama a atenção, pois a manipulação destes números de inscritos pelos dirigentes da AIB gerou derrotas significantes.

Com essas informações, era imprescindível a tentativa de Plínio em diversificar seu campo de eleitores. A PRP poderia trazer novos votos aos integralistas e assim obter resultados mais expressivos. De qualquer forma é importante ressaltar que o Integralismo nunca alcançou um milhão de adeptos, nem mesmo um número próximo a esse, e Plínio sempre teve ciência desta situação. Com isso, era importantíssimo desvincular o PRP do integralismo. Podemos perceber que desde a fundação do PRP,

Plínio Salgado e seu representante no Brasil, Raymundo Padilha preocuparam-se em fazer parecer que o novo partido era fruto de uma iniciativa da qual os integralistas não tiveram qualquer participação em um primeiro momento, tendo aderido apenas depois da fundação do partido. [...] a adesão dos integralistas teria se dado em 9 de novembro, após a I Convenção Nacional do PRP, por iniciativa de Raymundo Padilha.²⁰⁸

A tentativa de distanciar o PRP do integralismo era evidente. Tanto Plínio quanto Padilha utilizaram o máximo que podiam da imprensa para construir uma credibilidade para o novo

²⁰⁶ Gráfico de crescimento da AIB. *Anauê!*, PÁGINA, 1ª quinzena fev. 1936.

²⁰⁷ Fala Albiano de Melo, antigo líder integralista – sobre o movimento nacional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.9, 8 abr. 1945.

²⁰⁸ CALIL, Gilberto Grassi. op. cit., p. 124-125.

partido, com novos horizontes e com novas diretrizes, nada atrelado aos conceitos conservadores da extinta AIB.

Para o jornal *Reação Brasileira*, o Major Jayme Ferreira da Silva, em nome dos integralistas, “mostrou a inocuidade de atacarem o PRP, ‘como capa de rearticulação do Integralismo’, uma vez que se os Integralistas houvessem desejado registrar-se no Tribunal Eleitoral um ‘Partido Integralista’, tê-lo-iam feito, com programas e estatutos próprios, os quais, havendo alguma impugnação poderiam ser corrigidos e alterados, como o fez o Partido Comunista, cujo registro está condicionado às modificações exigidas pelo Tribunal. Continuando, mostrou o ilustre militar que a adesão dos Integralistas ao Partido de Representação Popular havia sido feita – a 9 de novembro último – pelo Sr. Raymundo Padilha, em discurso público, sem máscaras e sem subterfúgios, pelo microfone da Rádio Mayrink Veiga.”²⁰⁹

A citação acima é mais um exemplo das articulações que Plínio e Padilha estavam desempenhando para distanciar o PRP do integralismo. Como já desenvolvido anteriormente, a opção pelo registro do integralismo como partido político estava fora de cogitação e o próprio Plínio havia negado qualquer tentativa de reestruturação da AIB, tanto que impôs aos próprios companheiros do Rio de Janeiro que haviam ventilado essa hipótese, que não iria permitir o lançamento do Partido Integralista. Outra questão surgiu e também foi utilizada pelos opositores do integralismo contra seus argumentos de que o PRP não era uma tentativa de rearticulação integralista. Os integralistas afirmavam que seu ingresso no PRP deu-se após o pronunciamento de Padilha na Rádio Mayrink Veiga em 9 de novembro de 1945, mas “O relato é desmentido pela presença de integralistas já na primeira comissão provisória do PRP. Da I Convenção Nacional, anterior a formal adesão de Padilha participaram diversos integralistas e estes compuseram a maior parte da Diretoria Nacional eleita.”²¹⁰

2.3 ADESÃO DE RAYMUNDO PADILHA AO PRP

Padilha fez sua primeira aparição pública ligada ao PRP em um discurso pronunciado na Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, em 09 de novembro de 1945, como mencionado anteriormente. Seu discurso foi direcionado principalmente aos integralistas e também manteve como interesse chegar a todos os brasileiros. Nesse discurso, Padilha sinalizou que o longo silêncio em que os integralistas passaram durante o Estado Novo, não foi algo consensual, mas

²⁰⁹ *Reação Brasileira*, 1 fev. 1946. In: CALIL, Gilberto Grassi. op. cit., p. 125.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 126.

sim, pelo fato de que a defesa do movimento ter sido suprimida de todos os meios de expressão de pensamento, e

uma só liberdade, parece, logrou perdurar: a de insultar e caluniar os integralistas numa campanha sistematicamente organizada, na qual se esmeram os processos de difamação a um tal requinte e tão avassaladoramente, que se nos tornou impraticável o mais leve movimento de defesa.²¹¹

Para Padilha, o silêncio integralista foi causado principalmente por seu distanciamento forçado dos meios de comunicação que não davam espaço para as mensagens integralistas. O discurso é basicamente dirigido na defesa do movimento integralista. E era o que se esperava, pois, o PRP já vinha sofrendo acusações de ter sido formado para ser o novo espaço político integralista. Essas acusações vinham sendo refutadas pelos próprios integralistas. O discurso de apoio integralista ao PRP proferido por Padilha poderia reavivar as antigas acusações dessa aproximação PRP/AIB e criar problemas sérios para as futuras tentativas políticas do PRP. Para isso, essa adesão pública feita por Padilha, trouxe também a tentativa de desfazer qualquer impressão ruim que ainda pudesse existir sobre o integralismo.

Empenhados em nossa própria defesa, compreende-se que até há pouco tenhamos figurado à margem dos últimos sucessos políticos, porquanto não nos parecia acertado lançar toda a nossa força e a responsabilidade dos nossos compromissos numa luta eleitoral antes de nos desanuviarmos da pesada atmosfera que nos oprimia, em resultado da injusta campanha que nos fora movida.²¹²

Padilha então demonstrou que o primeiro passo para a restauração de um novo partido seria dissipar toda a atmosfera pesada que estivesse sobre o integralismo e depois dessa empreitada a luta eleitoral começaria para os integralistas. Também aproveitou o discurso para fazer um panorama geral sobre sua visão da sociedade brasileiro no contexto de 1945. De acordo com ele,

Observávamos também o comunismo e os abundantes frutos de sua colheita em nossa desorganizada vida econômica e social. Víamos os sindicatos como instrumentos de agitação revolucionária e, salvo a Igreja e as Forças Armadas, todos os órgãos

²¹¹ PADILHA, Raymundo Delmiriano. O integralismo e o Partido de Representação Popular (discursos). Rio de Janeiro, 1946, p. 7-8.

²¹² Idem.

conservadores ou se tornavam colaboracionistas com o bolchevismo, ou se encolhiam transidos na expectativa temerosa dos dias apocalípticos que se avizinhavam.²¹³

Para Padilha, havia a necessidade do ressurgimento do integralismo. A sociedade não se estruturava mais de forma coerente. Nem mesmos os mais tradicionais estavam conseguindo manter sua força contra as forças de esquerda. As palavras de Padilha mostram quase uma necessidade básica para o Brasil naquele momento, o retorno de Plínio para resgatar o movimento de direita no Brasil.

De todos os setores da opinião brasileira, completamente estranhos ao nosso movimento, tem merecido a orientação de Plínio Salgado os mais irrestritos aplausos. Homens de partido ou de ciência, trabalhadores manuais ou intelectuais, figuras expressivas das classes conservadoras do país, brasileiros enfim das mais variadas condições, no meio civil ou militar, aprovaram-na entusiasticamente. E dentro das nossas fileiras, onde as deserções foram tão insignificantes que se diluíram na grandeza imensa dos elementos fiéis, a posição indicada veio plenamente corresponder a um estado de predisposição espiritual.²¹⁴

O povo brasileiro em sua mais variada esfera de poder esperava algo de Plínio com a reabertura política. Esse foi o tom do discurso de Padilha. Era como se, com o retorno da democracia, o ressurgimento da AIB deveria ser algo natural, algo já esperado. Outro fato que merece atenção diz respeito sobre as desfiliações. O integralismo havia sim perdido figuras-chave durante esses anos de clandestinidade, tais como Miguel Reale, grande pensador do movimento ao lado de Plínio, e Gustavo Barroso, que preferiu manter-se mais distante nessa nova fase integralista. Mas, de acordo com Padilha, e justamente para transmitir tranquilidade, o próprio afirmou que as baixas na AIB foram insignificantes e muito menores que a grandeza dos que permaneceram. É clara a tentativa de Padilha de passar ao leitor confiança, apontando um recomeço firme e sem muitos problemas, tentando apagar as marcas do passado e as vinculações que o movimento estava sendo acusado como, por exemplo, a base política nazifascista, o antipatriotismo e o autoritarismo. Padilha tenta esclarecer, em relação ao integralismo, que

Vinculá-lo superficialmente a modelos peremptos extra-nacionais ou internacionais é desnaturar-lhe o sentido profundo de afirmação nacional e de renovação social. [...] Logo, porém, que se ampliam os ângulos de observação em busca de um julgamento isento de preconceitos, o Integralismo ressalta na pureza de sua cidadania, duas vezes brasileira, porque nacional e cristã. Aos que ainda perseveram nas suas refutações,

²¹³ *Ibidem*, p. 9.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 9-10.

replicamos, com a mágoa dos que não sabem odiar, que a felicidade de nossa Pátria é a seiva de que se alimentam os nossos propósitos, a força incentivadora dos nossos atos, a bússola de nosso pensamento e a comunhão sentimental que nos revigora. Tudo isto, sob a inspiração superior de uma crença em Deus, que tanto mais se consolida em nossos corações quanto mais árduas são as provas a que submetemos as nossas próprias virtualidades.²¹⁵

Este discurso de Padilha foi mais uma tentativa de isentar os integralistas das acusações do passado. Não só transmitir ao público em geral que o silêncio perante as acusações no Estado Novo não foi algo proposital, mas sim imposto. Outro ponto fundamental foi a tentativa de desvincular os integralistas de todas as acusações. Foi uma tentativa de limpar o passado, para a partir daí, conseguir consolidar-se novamente como ideologia política. Após essa introdução focada em explicações dos motivos que levaram os integralistas a se calarem diante das acusações recebidas no Estado Novo, Padilha passa a discursar, segundo suas próprias conclusões, o motivo que levou os integralistas por sua livre e espontânea vontade, a se filiarem ao PRP.

Logramos, nós, integralistas, manter-nos equidistantes dos grupos em luta. Individualmente, os nossos companheiros manifestavam livremente suas simpatias por qualquer deles. Todos, porém, sempre estivemos acordes em que a nossa atitude, fosse qual fosse, teria o caráter coletivo e unânime, ainda mesmo para atuarmos no sentido de nossas preferências pessoais. Observada escrupulosamente esta linha de conduta, eis que é chegado o instante de nossa arregimentação política, para objetivação daquele propósito.²¹⁶

É chegada a hora de os integralistas, segundo Padilha, se unirem novamente, em prol de um propósito maior, escolher qual partido político acolheria com mais eficácia todos os propósitos integralistas. A citação deixa transparecer que, devido os fundamentos integralistas também serem vistos como fundamentos sociais, religiosos, políticos, familiares, todos os seus adeptos aguardaram de maneira passiva as ordens do chefe Plínio. Padilha de certa forma ignora, de forma consciente, toda a articulação realizada durante o exílio de Plínio para manter os integralistas unidos. Ignora também todas as grandes perdas para o movimento, sinalizando que as baixas foram irrisórias. Seu discurso deixa transparecer um integralista esperançoso com o novo cenário político brasileiro. Esperançoso com as novas diretrizes do chefe, que começou a se pronunciar na imprensa em 1945, Padilha deixa transparecer como se ele mesmo estivesse

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Ibidem, p. 12

esperado ansiosamente pelo retorno de seu chefe. Esse discurso é bem diferente do que foi visto até o momento, em relação à participação do mesmo Padilha como representante de Plínio no Brasil.

Mas porque não resgatar o integralismo enquanto partido nesse momento? A resposta é direta: “cumprira-nos ter em vista a recomendação contida no Manifesto-Diretiva de Plínio Salgado, com o qual estamos de pleno acordo, no sentido de que o integralismo jamais se constituísse em partido político.”²¹⁷

Como cidadãos, cumprira-nos, porém, atuar na vida pública através desta ou daquela agremiação já existente, a que daríamos explicitamente a nossa adesão. Óbvio era, porém, que a condicionássemos a uma expressa declaração de princípios fundamentais e a uma linha programática em plena harmonia com a tradição brasileira. Não a entendíamos, a essa adesão, como um compromisso unilateral, mas firme e correto entre as duas partes no sentido dessas ideias capitais, a nosso ver já incorporadas definitivamente à nossa cultura de povo e de nação. De outro lado, precisaríamos assegurar-nos pelo caráter dos homens que tomassem sobre os seus ombros a responsabilidade da agremiação em apreço e pela firmeza irrefragável de suas convicções, fosse inteiramente impossível qualquer desvio doutrinário no exercício da atividade política ou na própria conduta pessoal de cada um deles. De todas as organizações até hoje fundadas, é o PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR o que realizou, em toda a sua plenitude, as condições a que acabamos de nos referir.²¹⁸

Padilha apresenta o PRP como uma nascente alternativa e como algo distante a sua figura, sem em momento nenhum deixar transparecer que ele mesmo foi um dos articuladores e participou da criação do partido em questão.²¹⁹ Com seu discurso, conclama a todos os integralistas a se filiarem ao PRP em suas regiões.

Eis, pois, Integralistas, o Partido a que damos nossa plena adesão, pelo qual nos definimos com aquela lealdade e entusiasmo que são as características de nossas manifestações na vida pública, entusiasmo e lealdade que, sedimentados em oito anos de incompreensão e amarguras de toda sorte, saberemos mais uma vez aplicar no benefício exclusivo e desinteressado de nossa Pátria. [...] Onde quer que se constitua uma sede daquela instituição partidária para ela devem acorrer os Integralistas, levando-lhes o concurso abnegado de sua inteligência e de suas disponibilidades matérias.²²⁰

Mas Padilha teve uma tarefa complicada em seu discurso. Ele deveria conclamar os integralistas para o PRP, mas, por outro lado, não poderia em nenhum momento relacionar o

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Ibidem, p. 13

²¹⁹ BRILL, Paulo. op. cit., p. 52

²²⁰ PADILHA, Raymundo Delmiriano. op. cit., p. 13.

partido com a AIB. Esse é um ponto importante e que irá se alongar por muito tempo, pois como já foi mencionado, a PRP, desde sua fundação, recebeu essa prerrogativa de ser o resultado das rearticulações integralistas.

O Partido não é, pois, Integralista. Dele participam elementos integralistas, o que é bem diferente. Se desejássemos uma organização nossa, com todas as letras e a substância do nosso pensamento, fá-lo-íamos desassombradamente, e como os juízes de 1945 são tão dignos como os de 1934, a nossa agremiação, com o título e pensamento integralistas, seria fatalmente registrada, porque, em forma e substância rigorosamente fiel à tradição democrática e cristã de nossa terra. “O Integralismo – disse-o Plínio Salgado – superou a fase partidária, a vida sempre efêmera de todos os partidos, na história de todos os povos. É agora um inspirador político, um gerador de forças de opinião”.²²¹

Mais uma vez Padilha usou o argumento de que se os integralistas decidissem realmente rearticular algo próprio, algo destinado aos integralistas, eles não teriam problema algum em rearticular a AIB. E isso é um fato que já foi desarticulado. O próprio Plínio sinalizou o motivo para o não ressurgimento da AIB, como já foi visto em sua carta ao seu genro Loureiro. Recuperar a AIB era fazer ressurgir todas as acusações, todos os conflitos, toda sua ideologia, todas as suas marcas boas ou ruins. A opção por um partido novo não era algo simples, mas sim uma necessidade. Padilha termina seu discurso com a promessa de apoio as escolhas do PRP.

Com estas palavras, dirigidas particularmente aos Integralistas, quero reafirmar a nossa existência e o alto sentido da coparticipação que vamos oferecer a todos os homens bem intencionados deste país, relativamente às graves questões que a todos nos preocupam. Espero em Deus sejamos compreendidos. E a nada mais aspiramos.²²²

Com este discurso, Padilha conclamou a todos os integralistas a se filiarem ao PRP. Seguindo as diretrizes de Plínio, Padilha estava fazendo sua parte como articulador das ideias do chefe integralista no Brasil. Em 24 de novembro de 1945, continuando sua maratona de apoio ao PRP, Padilha pronunciou um discurso em Petrópolis, no Tênis-Clube, que marcou sua participação nas eleições daquele ano. O evento simbolizou a passagem da “Bandeira Raymundo Padilha” na cidade. Padilha retornou a Petrópolis, cidade que por anos chefiou o núcleo integralista, para realizar sua campanha eleitoral.

²²¹ Ibidem, p. 14.

²²² Ibidem, p. 18

Decorridos oito longos anos, durante os quais aos brasileiros fora vedado o acesso à tribuna política, e, portanto, silenciosas permaneceram as vozes dos que mantiveram as consciências livres, nada mais pulsava em nossos corações que o desejo de oportunidades iguais a esta. Afinal, restaurados hoje as liberdades públicas, com as garantias asseguradas a todos os brasileiros de debaterem abertamente suas opiniões políticas ou ideológicas, encontro-me eu aqui, face a face com o povo petropolitano, quase ao termo da atual e febricitante campanha, para uma proclamação de atitudes, a qual exprime também um ato coletivo de consciência partidária.²²³

O início do discurso exposto demonstra o pensamento de Padilha em relação a nova conjuntura política estabelecida no Brasil. Um momento de novas oportunidades, de reaquecimento dos ideais políticos em um período histórico, já que se referia a primeira eleição direta realizada após o fim do Estado Novo. Mas o discurso de Petrópolis não foi algo simples. Padilha retornava à cidade que assistiu aos incidentes de 1938, quando os núcleos da AIB foram completamente devastados por acusação de possível recebimento clandestino de armamento pesado e também local de início de sua perseguição policial, onde foi expedido mandato de prisão contra ele.

Já me conheceis suficientemente para que me ache na obrigação de apresentar-vos carteira de identidade política. Aqui convivi no espaço de tempo compreendido entre os anos de 1933 a 1938. Sou familiar de muitos lares petropolitanos. Nenhum recanto deste admirável município me é estranho. Percorri-o de ponta a ponta e nenhum de seus maravilhosos aspectos físicos me escapou, nem minha retentiva deixou de registrá-los para sempre. Entre seu diligente operariado muitos são os amigos que conquistei e que se habituaram à minha convivência em meio a todas as tempestades que me saltaram. Das vossas classes conservadoras tenho o direito de afirmar, de público, que soube compreendê-las e que nenhum de seus representantes legítimos poderia senão atestar-vos a maneira por que me conduzi, em mais de uma circunstância, em prol de seus autênticos direitos. E quando à luta de partidos, timbrei em alteá-la a um nível de compreensiva transigência em relação aos homens, para exclusivamente orientá-la no terreno puro dos princípios, em que formei a minha cultura política. Nada de retaliações pessoais. Nada de recriminações insensatas. Odiando o mal, poderia dizer com Rui Barbosa que os maus em si mesmos não comportam ódios, senão a complacência que um homem de mediana educação espiritual deve observar em relação aos seus semelhantes, cujo convívio em sociedade se lhe mostra inevitável. E nessa atitude se pode sintetizar todo o sentido superior de uma política, a qual não mais há de ser em nosso país uma aventura de irresponsáveis, mas em prélio severamente dirigido por homens de caráter.²²⁴

Em suas palavras há um tom de insegurança que representa o momento em que viveu durante seu discurso em Petrópolis. Tentando buscar confiança em velhos amigos e nas lembranças de sua passagem pela cidade, pede: “Nada de retaliações pessoais. Nada de

²²³ Ibidem, p. 19.

²²⁴ Ibidem, p. 19-20.

recriminações insensatas.” Este início de discurso foi carregado de nostalgia, na tentativa de fazer uma conexão com o passado e desviar as acusações feitas a ele no período em que a AIB esteve na clandestinidade.

De acordo com esta elevada orientação, sejam as minhas palavras iniciais de respeitosa homenagem ao nosso eminente candidato, general Eurico Gaspar Dutra, como de seu ilustre competidor Major-brigadeiro Eduardo Gomes, brasileiros insignes as quais a Nação deve assinalados serviços nos postos mais árduos de sua própria defesa.²²⁵

A escolha do nome do general Eurico Gaspar Dutra como candidato à presidência da República indicado aos eleitores do PRP também não foi algo definido facilmente. Em carta enviada de Plínio para seu genro, Loureiro, posterior ao processo eleitoral, Plínio esclarece como chegou ao nome de Dutra.

Quanto às candidaturas, confesso que inicialmente ambos os candidatos me eram indiferentes. O Brigadeiro sempre foi nosso inimigo declarado, mas o General muito me perseguiu, foi o autor de minha prisão, foi o signatário do boletim reservado cujo original impresso está em meu poder. Mas contra nenhum dos dois eu tinha má vontade. O fato de serem meus inimigos não significa que não sejam bons brasileiros e qualquer dos dois constituíam certamente equívocos a meu respeito; nenhum brasileiro é obrigado a nascer sabendo e a adivinhar o íntimo da minha alma; portanto, não tenho raiva de nenhum deles [...] Nestas condições, determinei que mandasse cartas iguais a ambos os candidatos, afim de vermos qual dos dois nos perseguiria menos. Aqui, em Lisboa, todos nós tínhamos mais simpatia pelo Brigadeiro, mas este, apesar de ser bonito e solteiro, não ganhou o concorrente nas cartas; a carta do General estava mais bonitinha e eu compreendi que o escolhesse.²²⁶

A carta enviada pelo PRP aos dois principais candidatos à Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra e o major-brigadeiro Eduardo Gomes, eram cartas simples e diretas, que deixavam claro a pesquisa que o PRP estava fazendo para um possível apoio. As cartas enviadas datam de 13 de novembro de 1945 e estão assinadas por Fernando Cochrane como Presidente do Partido e Aducto d’Alencar Fernandes como 1º Vice-Presidente. A carta informa que a decisão da escolha do candidato à presidência será feita pela Diretoria e Conselho Nacionais do PRP. “Antes de tomarmos a nossa deliberação, julgamos de absoluta necessidade ouvir a opinião de V. Exa. acerca de nosso programa partidário e dos elementos políticos que

²²⁵ Idem.

²²⁶ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Junior, 04 maio 1946 (APMRC PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010).

apóiam esta organização”.²²⁷ O argumento do envio da carta era justamente deixar os dois candidatos interessados pelo apoio do PRP, que após julgar qual a opção lhe favorecesse mais, daria total suporte. “Para o esclarecimento de V. Exa. remetemos, anexos, um exemplar do referido programa bem como do discurso pronunciado a 9 do corrente pelo Sr. Raymundo D. Padilha, proclamando o apoio dos integralistas ao nosso Partido.”²²⁸ A mensagem é simples e sem rodeios, não há questionamentos maiores. Foram enviados aos candidatos os fundamentos do PRP e o discurso de Padilha. Como já foi visto, Padilha conclama os membros da AIB a aderirem ao PRP, mas o que é citado no trecho acima é uma afirmação de que Padilha proclamou o apoio dos integralistas ao Partido. Essa contradição seria para dar mais credibilidade à carta do PRP.

O primeiro a responder a solicitação do PRP foi o General Dutra, que sinalizou seu interesse pelo apoio.

É para mim motivo de real satisfação declarar-vos, em resposta, que reconheço em vosso programa elevados princípios dos quais nada tenho a dissentir. [...] Pessoalmente, sou de opinião que tão elevados princípios em nada colidem com os do Partido Social Democrático, a que me acho filiado, e manifesto a convicção de que tais princípios, pelo seu conteúdo ideológico, poderiam ser inscritos em qualquer partido de feição verdadeiramente democrática e cristã. Respeito aos elementos políticos que integram e apoiam o vosso partido, cabe-se declarar-vos que, no Brasil de hoje, restituído a sua mais ampla liberdade democrática, todos os brasileiros que se mantenham dentro das melhores tradições democráticas e cristãs de nossa terra, como vos propondes fazer, são dignos de todo o meu apreço e minha maior admiração.²²⁹

A carta é assinada pelo próprio General Dutra que apresentou certo entusiasmo em relação à proposta. Já a resposta do Brigadeiro foi mais superficial, sem muito entusiasmo e menos direta.

Tenho em mãos a carta em que VV. SS., na qualidade de Presidente e de 1º Vice-Presidente do Partido de Representação Popular, me fizeram presentes os estatutos da mesma entidade e o discurso pronunciado pelo Sr. Raymundo D. Padilha, e solicitaram minha apreciação acerca do programa anexo aos referidos estatutos e dos elementos políticos que apoiam esse programa. [...] Entendo que é dever das autoridades e do povo impedirem que, sob qualquer pretexto, os adversários das liberdades e garantias individuais e do governo representativo, com base no sufrágio universal e secreto, se valham dos meios legais, que o regime democrático proporciona, para conspirar a sua perda. E foi dentro dessa ordem de ideias que aos partidos impôs a lei vigente, como condição de existência, a inserção, nos programas, de alguns daqueles postulados, para

²²⁷ Coletânea de Correspondências oficiais do PRP relativas as eleições de 1945 (APMRC Pprp 02.12.45) - 1945_12_0002.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

que todos quantos declaram, nesta hora, a sua lealdade à República e às instituições políticas, indispensáveis à sua grandeza, atendam aos deveres que essa mesma lealdade exige, a bem da tranquilidade interna, fundada numa ordem estável, que torna sagrados os mais altos direitos da personalidade humana.²³⁰

O Brigadeiro Eduardo Gomes de forma bem menos explicita expõe o seu desinteresse sobre a proposta do PRP. O partido então decidiu apoiar o General Dutra porque, como o próprio Plínio relatara a seu genro, a escolha deveria ser pelo candidato que menos atacasse a PRP.

Retornando ao discurso de Padilha em Petrópolis, o mesmo dá sua versão quanto a escolha do candidato. “o nosso Partido não agiu, nesse episódio da escolha de seu candidato, sem a consideração de elementos objetivos de maior importância, os quais foram examinados sem paixão e equacionados devidamente para a decisão a tomar.”²³¹ É uma visão bem diferente das exposta por Plínio que declarou sua determinação aos membros do partido para o envio de cartas a fim de verificar quem iria atacar menos o partido, como já foi exposto anteriormente. De qualquer forma, Padilha menciona em seu discurso como o PRP chegou ao nome do General Dutra.

Reconhecida lisamente a inconveniência de uma atitude neutra em relação ao magno problema, e, como consequência, patenteada a orientação inevitável no sentido de um dos dois candidatos militares já registrados, cumpria ao Partido eleger um método de apreciação das duas candidaturas, tomando como base os seguintes elementos: a) os programas partidários; b) os elementos políticos integrantes de cada um dos vários partidos; c) atitudes dos dois candidatos em relação aos nossos postulados devidamente programados e aos elementos políticos componentes de nossa organização. [...] sob esse aspecto, não poderia escapar-nos a circunstância de que a União Democrática Nacional, que tem em seu bojo representantes os mais categorizados das classes conservadoras, foi compelida a admitir na sua íntima organização, sob um rotulação puramente convencional, os elementos mais destacados do internacionalismo comunista, precisamente aqueles que se desviam dos chamadas “linhas justas” dos partidos oficiais de extrema esquerda, em consequência da rigidez de sua ortodoxia marxista-leninista. [...] E jornais daquele partido, lamentando a súbita apresentação de um candidato comunista, responsabilizam os bolchevistas pelo desvio de votos que, dizem, bem poderiam ser canalizados para o candidato da U.D.N.²³²

Para Padilha, a causa principal de não escolha do brigadeiro como candidato a ser apoiado pelo PRP foi pelo simples fato de a UDN manter em sua estrutura partidária, elementos denominados pelos integralistas, marxistas. Padilha utilizou, para embasar sua afirmação, possíveis jornais da UDN que lamentavam o lançamento da candidatura de Yeddo Fiúza à

²³⁰ Idem.

²³¹ PADILHA, Raymundo Delmiriano. op. cit., p. 21

²³² Ibidem, p. 22 – 23.

presidência da República pelo PCB²³³. Essa candidatura, pelo que sinalizava Padilha, poderia enfraquecer a candidatura do Brigadeiro.

Estabelecido, pois, o confronto das duas posições e atitudes, impôs-se naturalmente ao Diretório e ao Conselho Nacional o caminho a seguir nesta conjuntura política. E assim foi unanimemente deliberado, a 16 do corrente, o nosso irrestrito apoio à candidatura do Exmo. Sr. general Eurico Dutra. Nenhum partido talvez tenha demorado tanto na solução de um problema político nestes últimos dias. Entretanto, penso que nenhum, ao escolhê-la, tenha agido com maior rapidez e eficiência.²³⁴

Embora a resposta das cartas enviadas aos candidatos tenha sido respectivamente, Dutra respondeu no mesmo dia do envio, 13 de novembro, e Eduardo Gomes tenha respondido dia 14 de novembro, e a escolha do PRP tenha sido deliberada dia 16 de novembro, Padilha afirmou que para se chegar a um nome, o partido passou por um processo de escolha demorada e muito bem estudada.

Questionado pelo jornal *Diário da Noite* sobre a escolha de Dutra como candidato à presidência Padilha responde:

Essa pergunta obriga ao esclarecimento dum ponto sobre que se tem feito um pouco de confusão, nem sempre isenta de malícia. A candidatura do General Eurico Dutra não é apoiada pelo integralismo, pois este não é um partido e sim uma doutrina política, e por isso mesmo paira acima das lutas partidárias, sendo o seu maior objetivo a união nacional sob os princípios gerais que hão de dar uma harmonia essencial à democracia brasileira. Quem apoia a candidatura Dutra é o Partido de Representação Popular, ao qual sem dúvida os integralistas emprestam o seu total e decidido concurso.

Esse foi um grande problema para os integralistas, conseguir separar o que era integralismo e o que era PRP. Era lógico que, se o PRP apoiava Dutra como candidato e os integralistas estavam em massa aderindo ao PRP, essa associação fosse feita. Por vezes os integralistas tiveram que explicar perante a imprensa essas associações, que não eram bem aceitas pelos integralistas.

²³³ ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yeddo Fiúza*. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. p. 185.

²³⁴ PADILHA, Raymundo Delmiriano. op. cit., p. 23- 24.

2.4 AÇÕES PARTIDÁRIAS DE RAYMUNDO PADILHA

A passagem de Padilha por Petrópolis e seu discurso também tiveram outro propósito, o de levar a Bandeira Raymundo Padilha aos mais variados locais do Estado do Rio de Janeiro em prol de sua candidatura a Deputado Estadual pelo PRP. Essa prática de utilização de Bandeiras remonta à época do integralismo, quando “Os intelectuais da AIB, objetivando a divulgação das ideias do movimento, formaram as "bandeiras integralistas" percorrendo várias regiões do país em sua campanha doutrinária.”²³⁵

Exemplo prodigioso é o da Bandeira que promove o empolgante comício desta noite. Partindo da Capital Federal, [...] a Bandeira traz, em poucos dias de propaganda iniciada pelo Sul do Estado, uma bagagem de sucessivos triunfos, obtidos pela eloquência e sinceridade de convicção de seus oradores.²³⁶

Esse foi o momento do retorno de Padilha à cidade de Petrópolis no intuito de ali conseguir bases para se eleger Deputado Federal. Retornar à cidade que por anos ficou a frente dos integralistas, que articulou a construção de vários subnúcleos, que trabalhou e viveu com sua família. Era um retorno incerto que poderia trazer frutos positivos para sua campanha ou mesmo poderia arruiná-la. Mas Padilha possivelmente já possuía certa noção de como seria recebida a sua candidatura pelo povo em geral.

Não foram outras as razões – embora menores existam – que determinaram a inclusão de meu nome na lista dos candidatos a deputado federal pelo Estado do Rio. Era mister uma mobilização de energias, tendo como centro de convergência os princípios que acabo de defender, de intransigente proteção às tradições nacionais. E, com tal objetivo, lembrou-se o Partido de que em torno de minha pessoa se achavam essas energias agrupadas e aptas a desenvolver, por meu intermédio, trabalho salutar junto a homens de alto saber e patriotismo dos demais partidos, para que eles e nós organizássemos um plano uniforme de ação parlamentar, tendo como base aqueles referidos princípios. [...] Quanto a mim, que palmilhei o Estado do Rio em todas as direções, que lhe auscultei diuturnamente as necessidades, que acompanho cheio de cuidados a arritmia de sua evolução econômica, desde a monocultura até o presente surto industrial, que lhe conhece a história social e política em todos os ciclos de seu desenvolvimento – prefiro dizer como o último dos Martim Francisco, ao empossar-se na Câmara Federal, arremessando-lhe com a eloquência concisa desta frase rebelde: “Prometo, senhores, cumprir o meu dever!” [...] Este é o meu primeiro contato com o povo fluminense, em seguida a um longo hiato de quase um decênio.²³⁷

²³⁵ BARBOSA, J. R. A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6. p. 67-81, 2006.

²³⁶ PADILHA, Raymundo Delmiriano. op. cit., p. 23-24.

²³⁷ *Ibidem*, p. 25-26.

A passagem de Padilha por Petrópolis foi positiva. Mesmo sem dados precisos sobre o resultado das eleições, uma prévia das urnas petropolitanas publicada no *Jornal do Brasil* de 16 de dezembro de 1945 aponta que Padilha recebeu 934 votos, sendo o candidato do PRP mais notado na cidade. A legenda PRP recebeu na cidade cerca de 997 votos no total²³⁸. Padilha não obteve votos suficientes para se tornar Deputado Federal pelo PRP.

A relação entre Plínio, ainda exilado, e Padilha, seu representante no Brasil, continuava ativa. Como já foi citado anteriormente, Padilha assumiu a responsabilidade de representante de Plínio no Brasil durante o seu exílio. Não foi uma tarefa tranquila e por algumas vezes, podemos encontrar cartas que sinalizam uma possível desistência de Padilha do papel assumido. Padilha por não ter sido exposto formalmente pelo chefe como seu representante, que julgava importante o sigilo sob o pretexto de salvaguardar sua integridade e sua família, sofreu com as atitudes de alguns integralistas, entre eles Gustavo Barroso que não aceitava as ordens da Padilha. Essa tentativa de deixar a representação de Plínio no Brasil perpassou como assunto de algumas cartas ao longo de todo o período em que Plínio esteve exilado.

Em carta resposta enviada por Plínio para Padilha em seu exílio, datada de 20-02-1946, Plínio revela mais uma pedido de desligamento de Padilha como seu representante no Brasil e responde:

... o que se refere ao que você me diz sobre a sua substituição na administração dos negócios da firma. Quero dizer-lhe, uma vez por todas, que você continua a ser, como sempre foi, como será sempre, o homem da minha absoluta confiança. Quando o escolhi foi porque o conhecia, foi porque sabia, como sei, da sua firmeza de caráter, qualidade fundamental, que supera a todas as outras que você possui. Essa fidelidade aos princípios e aos compromissos vale tudo para mim e sobre ela repousa a disciplina da família e a segurança da sua direção. Podemos até divergir em pontos secundários de caráter prático, posso mesmo aborrecer-me por pequenos detalhes e até manifestar descontentamento por esta ou aquela pequena lacuna, mas posso assegurar que a clarividência, a prudência, a firmeza da sua orientação são cada vez mais apreciadas por mim. [...] Portanto, não me fale mais em substituições; deixe os intelectuais cujas atitudes o aborrecem; criaremos outros; toque para frente e não olha nem para trás nem para os lados.²³⁹

Mais uma vez Plínio expõe sua confiança em Padilha e reafirma a missão deixada a ele de rearticular os membros do integralismo. É importante ressaltar que no dia 13 de fevereiro de

²³⁸ Resultado Geral de Petrópolis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.17, 16 dez. 1945.

²³⁹ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo, 20 fev. 1946. (APMRC L 20.02.40 -1946_02_0024).

1946, alguns dias antes da confecção da carta de Plínio, o *Jornal do Brasil* publicou artigo intitulado *Terrível libelo contra o governo argentino apresenta o departamento de estado norte-americano*. Este artigo relatava os resultados de investigações feitas por agências secretas dos Estados Unidos da América que expunham uma possível aproximação entre militares argentinos e agentes nazifascistas no ano de 1945. O nome de Raymundo Padilha foi citado, pois, a aproximação desses supostos nazistas com os militares argentinos contou com a presença de integralistas exilados na Argentina que, enviando cartas para Padilha, davam conta das articulações que estavam ocorrendo na Argentina e solicitavam seu parecer sobre o caso.²⁴⁰ As investigações relatavam uma possível articulação nazista na América do Sul que possuiu como objetivo reestruturar o regime nazista, derrotado naquele mesmo ano, com o fim da Segunda Guerra Mundial.²⁴¹ Sobre essa acusação, Padilha foi obrigado a pedir desligamento do Banco do Brasil, local onde desempenhava a tarefa de Inspetor de Câmbio. Acusado de conspirar contra o Brasil e de manter relações com os Nazistas, não poderia desempenhar o trabalho que vinha realizando no Banco do Brasil, pois existia o receio de Padilha enviar informações privilegiadas a países vizinhos.²⁴²

É importante notar que a partir deste momento a relação entre Padilha e Plínio sofre uma modificação. Padilha começou a assinar suas cartas enviadas a Plínio utilizando o nome Celso. Para não criar problemas maiores às articulações do integralismo. Padilha e Plínio recorrem a um método já utilizado em anos anteriores, assinar com nomes fictícios. Analisando algumas cartas assinadas como Celso e endereçadas a Plínio podemos notar traços que justificam a afirmação de que Padilha utilizou-se desse nome fictício. Em carta enviada em 16 de maio de 1946, assinada como Celso e destinada ao compadre, segue o seguinte fragmento: “Neste mesmo correio, estou remetendo fotografias de sua afilhada Regina Helena, quase a completar 4 anos de idade no próximo dia 8 de julho. Já conhece o padrinho, aponta-o nas fotografias e menciona-o com todas as letras muito explicitas, quando interrogada.”²⁴³ Esse fragmento menciona Regina Helena Padilha, a filha mais nova de Raymundo Padilha a qual é afilhada de Plínio. Esse fato justifica o argumento de que Padilha, após ser acusado de alinhamento com nazista na Argentina pelas autoridades estadunidenses, passa a assinar suas cartas com nome fictício.

²⁴⁰ Terrível libelo contra o governo argentino apresenta o departamento de estado norte-americano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.17, 13 fev. 1946.

²⁴¹ Blue Book on Argentina. Memorandum of the United States Government. Washington, D.C., February 1946.

²⁴² BRILL, Paulo. op. cit., p. 23.

²⁴³ Correspondência de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 16 maio 1946. (APMRC Pi 16.05.46 - 1946_05_0039)

Ponto importante nesse momento é o retorno de Plínio ao Brasil. Mesmo após o anúncio oficial de anistia política por parte do governo brasileiro, Plínio permaneceu por mais alguns meses em Portugal, participando de longe das acirradas disputas eleitorais de 1945.

Com a aproximação do fim do Estado Novo getulista, Plínio Salgado teve, como consequência natural, o regresso ao Brasil e o ano de 1945 foi de duplo sentido para o autor. Havia a necessidade de manter a base organizacional do cristianismo e o estabelecimento de uma versão “Plínio pós-guerra”. Dessa forma, caminhou em três ações: a manutenção das ações para o fortalecimento como intelectual católico; a consolidação de uma nova composição metodológica através da Democracia Cristã; e as articulações políticas que precisavam ser construídas para um bom regresso para o seu estabelecimento no Brasil, além da consolidação do Partido de Representação Popular (PRP).²⁴⁴

Plínio só retornou ao Brasil em agosto de 1946, mesmo a anistia sendo dada no último ano do Estado Novo. Plínio já vinha articulando seu retorno desde 1945 e sabia que para recuperar seu prestígio anterior, o momento de sua chegada ao Brasil deveria ser marcado de ansiedade, de entusiasmo, de uma necessidade súbita de seus seguidores pelo retorno do chefe. Em entrevista concedida ao jornal *Diário da Noite* de 08 de dezembro de 1945, Padilha foi questionado sobre o retorno de Plínio. O jornal perguntou a Padilha, “Quando regressará ao Brasil o Sr. Plínio Salgado e que papel está desempenhando no exterior com relação aos acontecimentos políticos nacionais?”²⁴⁵ Padilha respondeu:

O sr. Plínio Salgado é um cidadão livre do Brasil. Permanecerá no estrangeiro até a conclusão de um trabalho de investigação histórica que está realizando para edição de um grande livro que publicará dentro dos próximos meses. Antes de concluída esta investigação, que ele julga indispensável ao esclarecimento de certas questões relevantes de ordem histórica e sociológica, de interesse profundamente brasileiro, penso que retardará de algum tempo o seu regresso à Pátria. Posso adiantar-lhe ser o papel que está desempenhando no exterior o de um brasileiro amante e saudoso da sua terra e da gente, e que não traz no espírito outra preocupação senão a de auxiliar a conduzir o Brasil para grandes destinos.²⁴⁶

Padilha realça a importância de Plínio como líder, quando destaca a preocupação de Plínio em auxiliar a condução do Brasil para os grandes destinos. Plínio surge como um homem capaz

²⁴⁴ GONÇALVES, Leandro Pereira. op. cit., p. 478

²⁴⁵ PADILHA, Raymundo Delmiriano. op. cit., p. 51.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 59.

de renovar o país, pois, após anos de exílio, sua figura simboliza o retorno do novo, o retorno do escolhido que possui uma missão crucial para o desenvolvimento do futuro brasileiro.

Expectativa e ansiedade rondavam os integralistas com o seu possível retorno. Fato que demorou, pois o líder terminou seu exílio somente em agosto de 1946, no entanto as articulações foram intensificadas em 1945. Havia uma probabilidade de que o líder dos integralistas fundasse no Brasil um novo partido, pensavam no Partido Social Cristão, devido à devoção de Plínio nos últimos anos. A relação católica era expressa em todos os sentidos para caracterizar o novo político que foi formado em Portugal [...] Havia um voto de confiança dos integralistas nele que enxergavam no líder, não só uma força política, mas também uma liderança religiosa, notadamente após a formação doutrinária e catequética em Portugal²⁴⁷

Retornar ao Brasil com as mesmas bases ideológicas que levaram ao seu exílio não era mais possível. Como já exposto anteriormente, pensamentos autoritários estavam em decadência no pós-guerra. Plínio precisou se reinventar e utilizou-se do catolicismo para isso. Plínio teve tempo para redefinir os seus conceitos durante o exílio e manteve como espelho para essa sua nova fase o governo de Antonio Salazar.

Com uma proposta nacionalista e basicamente católica, Salazar inspirou Plínio que passou a defender os interesses lusitanos no Brasil, inclusive em relação às particularidades do país, como nas guerras coloniais. O integralismo do pós-guerra no PRP buscou a criação de uma política democrata cristã inspirada na mensagem natalina do Papa Pio XII que discursou contra o fascismo e o comunismo; passando, assim, a defender uma organização basicamente espiritual para a sociedade.²⁴⁸

Com esse pensamento, Plínio poderia continuar com o discurso anticomunismo e também poderia afastar as acusações de os integralistas serem próximos do fascismo, fato que foi levantado logo após a adesão dos integralistas ao PRP e que exigiu muitas explicações por parte do partido. Com isso podemos perceber um novo Plínio desembarcando no Brasil em agosto de 1946. Tentando se libertar das amarras fascistas, tentando se distanciar das antigas ideias autoritárias do integralismo e disposto a assumir um papel novo na história política brasileira, levando consigo a base espiritual da Igreja e com isso aberto a novos contatos.

²⁴⁷ GONÇALVES, Leandro Pereira. op. cit., p. 498.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 30.

Ao retornar do exílio, o primeiro ato de expressão na vida de Plínio já estava vinculado à política. Durante a realização da 2ª Convenção Nacional do PRP em 27 de outubro de 1946, Plínio foi nomeado presidente do partido.²⁴⁹

Para as eleições de 1950, o PRP entrou em uma coligação com a União Democrática Nacional – UDN a qual lançou como candidato à presidência da República, o Brigadeiro Eduardo Gomes e como candidato a vice-presidência, Odilon Braga, presidente nacional da UDN.

A União Democrática Nacional voltaria a insistir, na campanha presidencial de 1950, na já uma vez fracassada candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, incapaz de aglutinar votos, tanto na área rural, quanto nos setores urbanos [...] Aliás, o Brigadeiro jamais poderia esperar votos da uma classe operária paulatinamente mais consciente, quando, como o fez em sua campanha, se manifestava contrário à lei do salário-mínimo e aceitava o apoio ostensivo dos remanescentes do integralismo, liderados por Plínio Salgado no Partido de Representação Popular.²⁵⁰

O PRP enfrentou neste momento duplo problema, sua própria rejeição por parte do eleitorado brasileiro por ser considerado integralista e o apoio a um candidato sem muita força política na medida em que teriam que enfrentar como adversário Getúlio Vargas, candidato à presidência pelo PTB.

A UDN parara no tempo e não conseguia identificar-se com as transformações que haviam deslocado o fulcro real dos debates políticos, da mera questão jurídico-institucional para as questões mais pertinentes ao âmbito socioeconômico, mantendo-se apegada ao liberalismo antipopular, que se constituiria em sua marca registrada e faria dela um partido antes de tudo golpista e conspiratório. Getúlio, ao contrário, encontrava aqui o terreno ideal para sua atuação política: a ressonância de sua campanha eminentemente nacionalista, antiplutocrática, baseada num apelo direto às massas trabalhadoras, seria muito ampla. [...] Obteve quase metade dos votos (48,70 %) contra 29,70% dados a Eduardo Gomes e 21,50% a Christiano Machado.²⁵¹

O PRP por mais uma vez ficou longe de fazer parte de um governo presidencial e ainda viu voltar ao poder seu antigo inquisidor. Longe da derrota presidencial, Padilha conseguiu chegar à suplência federal com a eleição de José Monteiro Soares Filho ao cargo de Deputado Federal pela UDN. Em 1952 com a morte de Soares Filho, Padilha assumiu seu primeiro mandato como Deputado Federal em 02 de junho de 1952. “[...] quis o destino, na sua inexorabilidade de

²⁴⁹ Ibidem, p. 513.

²⁵⁰ ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. [et al.]. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. v.10: sociedade e política. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 298.

²⁵¹ Idem

seus indecifráveis decretos, que se interrompesse, em pleno fastígio da vida pública, a admirável ação parlamentar de José Monteiro Soares Filho.”²⁵²

Em seu discurso de posse, Padilha fez um panorama da política brasileira levantando pontos sociais e falou sobre o seu compromisso perante a Câmara.

No caso brasileiro, o fenômeno de nosso extraordinário crescimento sociodemográfico, nesta última década, choca-se com a escandalosa demissão das elites, reduzidas em expressão numérica e qualitativa, sob o signo dos critérios tecnocráticos, erigidos em verdadeira ciência de governo. [...] Acima de tudo, um fato gravíssimo: a sistemática destruição da classe média, que é a força atuante na composição do equilíbrio social. Com ela engrossa-se o proletariado, enquanto na outra margem instalam as suas cabeças de ponte os seres privilegiados. São os dois extremismos que se defrontam inconciliáveis, como prelúdio inelutável de uma tempestade que pretende nada menos que tudo engolfar na sua eclosão ciclópica.

Neste discurso, Padilha expõem alguns pontos sobre sua visão do Brasil e sinaliza sobre seu ponto de vista com relação à classe média, ao proletariado e às classes dominantes. Para ele, mudanças ocorridas ao longo da história brasileira trouxeram marcas para a sociedade em que vivia.

Ao assumir esta cadeira, seja-me permitido expressar a maior de minhas aspirações como seu substituto: a de que nesta Casa possa eu encontrar e eu mesmo realizar, no confronto pacífico das opiniões mais antagônicas e das tendências mais irredutíveis, os dons supremos que Soares Filho traduzia em compreensão humana, elevação patriótica e espírito de fraternidade.²⁵³

É importante observar que em nenhum momento do discurso de Padilha, foi mencionado o PRP ou o integralismo, nem mesmo a figura de Plínio, seu chefe por longos anos. Esse silêncio em relação a esses assuntos pode sugerir cautela por parte de Padilha nessa nova etapa de sua vida, o que deu início a sua fase parlamentar.

²⁵² BRILL, Paulo. op. cit., p. 61.

²⁵³ *Ibidem*, p. 64.

CAPÍTULO III – RAYMUNDO PADILHA E A UDN

O objetivo deste capítulo é procurar entender uma nova fase que começava a ser delineada na vida política de Raymundo Padilha. Até então, a análise foi pautada nas articulações políticas, no plano das ideias e na esfera da vida pública. Neste momento como parlamentar, Padilha conseguiu chegar a um lugar jamais alcançado durante sua vida, o de representar os ideais do PRP e das pessoas que o apoiavam na Câmara Federal. Busca-se perceber as continuidades e transformações aplicadas durante essa jornada parlamentar que se estender até 1970, quando assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro.

O ano de 1952 foi marcado na vida de Padilha como o ano de seu ingresso na vida parlamentar brasileira. No cargo de Deputado Federal, alcançou um novo estágio e novas articulações foram necessárias para manter seu *status quo*. Mas algo lembrava seu passado como membro ativo da AIB, pois Getúlio Vargas retornou a Presidência da República em 31 de janeiro de 1951, após eleição direta. Mas, nem todos os setores políticos estavam satisfeitos com o reingresso da Presidência da República, a UDN havia se manifestado contra a candidatura de Vargas.

Apesar dos duros ataques da UDN, as eleições deram uma larga vitória a Getúlio Vargas, com 48,7% dos votos. Apesar de esperada, a nova derrota provoca um sentimento de frustração maior do que em 1945. Desta vez os “intransigentes” exigem uma tomada de posição contra a posse de Getúlio, dentre eles Carlos Lacerda. Inconformados, reviviam o velho discurso das elites autoritárias e conservadoras: assumir para si a arrumação da casa”.²⁵⁴

O incomodo udenista era justamente por ver seu candidato novamente derrotado. Em 1945, a UDN havia apoiado como candidato à Presidência o militar Eduardo Gomes, que perdeu o pleito para o também militar Eurico Gaspar Dutra. Nas eleições de 1950, novamente apoiando Eduardo Gomes, os udenistas viram frustradas suas expectativas quando Getúlio Vargas sai mais uma vez vitorioso das eleições para assumir mais um mandato como Presidente do Brasil. É importante identificar esse panorama político, pois, embora ainda pertencendo a bancada perrepista, Padilha se distanciava de Plínio Salgado à medida que se aproximava dos udenistas e de Carlos Lacerda. Essa aproximação teve início no ano seguinte de sua posse como Deputado

²⁵⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 – 1964)* 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2006. p. 80.

Federal, se filiando ao Clube da Lanterna. Fundado em agosto de 1953, o clube “reunindo a ala mais radical da oposição a Getúlio Vargas”²⁵⁵ desempenhou papel de combate ao novo governo. Para tanto, utilizou-se dos meios de comunicação, onde lançou severas críticas e acusações contra o presidente na tentativa de desarticular seu governo. Algumas fontes revelam que foi o próprio Lacerda quem idealizou o Clube. “Fundado em 28 de agosto de 1953 no Rio de Janeiro pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o Governo Vargas.”²⁵⁶ Mas de acordo com os escritos de Lacerda, o Clube não foi idealizado por ele,

Quando eu estava no exílio, de repente, o Amaral Neto, que foi integralista, fundou em meu nome um negócio chamado Clube da Lanterna, com o qual eu nunca jamais, tive nada que ver. E milhares de pessoas no Brasil se organizaram em torno do Clube da Lanterna; o Amaral Neto fazia comícios do Clube e quando cheguei ao Brasil verifiquei que estava se formando uma espécie de clube fascistoíde (não digo fascista, mas fascistoíde) cheio de gente com as melhores intenções, cheio de idealistas convencidos de que estavam seguindo a minha liderança.²⁵⁷

Embora tenha afirmado não ter qualquer participação com o Clube, pode-se, entretanto, encontrar registros em relação a Padilha que fez parte deste grupo desde suas fundações. Contribuindo com informações que pudessem retirar Vargas do poder, Padilha se utiliza do Clube para denunciar setores ligados ao governo.

O Clube da Lanterna [...] reunia diversos parlamentares, principalmente da UDN, todos interessados em desarticular o que classificavam de “a oligarquia de Getúlio”. Entre os que prontamente se integraram ao movimento e participaram da primeira reunião oficial, na Associação Brasileira de Imprensa (19 de maio de 1954), destacaram-se o senador Hamilton Nogueira e os deputados federais Raymundo Padilha, José Eduardo Prado Kelly, Olavo Bilac Pinto, Odilon Braga, Maurício Joppert e Heitor Beltrão (todos da UDN).²⁵⁸

O Clube assumiu uma postura de total distanciamento do novo governo Vargas e funcionava como um grupo opositor e combatente ao Governo Vargas. Padilha teve participação nesse processo ao denunciar um suposto esquema de “financiamento fraudulento ao

²⁵⁵ BRILL, 2006. Op. cit., p. 53

²⁵⁶ ARGOLO, José Amaral e FORTUNATO, Luiz Alberto. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 59.

²⁵⁷ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 59.

²⁵⁸ ARGOLO, FORTUNATO. 2004. Op. cit., p. 59.

jornal *Última Hora* e, também, o desvio de recursos do Banco do Brasil, que ficou conhecido como caso Cexim (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil).”²⁵⁹

Dessas acusações resultaram a condenação de Samuel Wainer, fundador do jornal *Última Hora*, a quinze dias de prisão. Em 1951, o jornal era visto como um aliado do governo Vargas²⁶⁰ e esse foi um dos principais motivos que levaram tanto Lacerda quanto Padilha a perseguirem o jornal e o próprio Wainer. “Um jornal fundado agora por um aventureiro, com dinheiro do Banco do Brasil, dizendo defender o povo, mas para melhor garantir os negócios do Sr. Ricardo Jafet e a demagogia do Sr. Getúlio Vargas.”²⁶¹ Também foi o caso Cexim, que deu maior visibilidade e força política a Padilha para concorrer às eleições de 1954. Padilha tornou-se “Homem Bomba”, e disposto a fazer o que estivesse ao seu alcance para permanecer em seu gabinete.

Integralistas, Comunistas, Libertadores, Socialistas nos pleitos de 54 e 55. Vamos hoje focalizar nesta reportagem os considerados “out-siders” da política nacional, ou seja, as pequenas correntes de opinião, as quais, embora numericamente fracas, possuem inegável conteúdo doutrinário que as marcam em pinceladas vivas na vida do país. Referimo-nos a integralistas, comunistas, socialistas e libertadores. Os homens do sigma. É fora de dúvida que os “out-siders” verdes formam, ao lado dos libertadores, o contingente mais coeso e que maior ressonância vem encontrando na opinião pública pelo bom trabalho de seus líderes. [...] A grande estrala do elenco é, todavia, a bomba Raymundo Padilha. O representante fluminense que fulminou o dr. Coriolano e promete levar a penitenciária os alegres rapazes da CEXIM, é o homem nº 2 do integralismo. Dotado de glamour pessoal e estrema combatividade e tenacidade, Padilha é hoje uma força popular autêntica. O sigma está portanto, forte no sismógrafo das massas.²⁶²

Padilha ficou conhecido como “Homem Bomba” após as denúncias feitas na Câmara do conhecido caso Cexim, o qual acusou o então diretor Coriolano Goés de cobrança de propina em indústrias e comércio para a liberação de licenças de importação e exportação. Padilha teve como aliado do jornal *Correio da Manhã* que publicou de forma constante os resultados das investigações feitas na Câmara sobre o caso em questão.

Provado agora: CEXIM, o maior escândalo deste País. O deputado Raymundo Padilha leva a Câmara denúncia formal – Propina de 20 milhões a funcionários da Carteira

²⁵⁹ BRILL, 2006. Op. cit., p. 53.

²⁶⁰ CALABRE, Lia. *Conspirações sonoras: A rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953-1954)*. In: BAUM, Ana. Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 37.

²⁶¹ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano*. São Paulo: Senac: 1998, p. 52.

²⁶² MACEDO, Nertan. Os quatro pequenos e a sucessão. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 dez. 1953, 1ª seção.

ligados ao Sr. Coriolano Goés – Envolvido na acusação o próprio filho do ex-diretor da CEXIM – A campanha do “Correio da Manhã” evitou o prosseguimento da extorsão.²⁶³

A reportagem do jornal ainda contava com uma carta recebida por Padilha, que denunciava o suposto esquema de propina da Cexim. A referida carta, escrita por Severino Taciano da Costa Barros, vice-presidente da firma Mc Coy Exportation Co. Inc., trazia denúncias de tentativa de cobrança de valores indevidos para a liberação de autorização para que tal firma pudesse trabalhar no eixo Brasil / Estados Unidos. Costa Barros denunciou que até mesmo o filho do Sr. Coriolano, Virgílio Goés, tentou negociar valores para a liberação da documentação necessária para a firma poder operar naquele eixo.²⁶⁴ O caso Cexim rendeu, por outro lado, grande força política a Padilha e a sua permanência na Câmara. Embora tenha tido problemas com o jornal *Última Hora*, os resultados das eleições, entretanto, demonstram as acusações contra Padilha não ganharam força, assim ele manteve a confiança popular.

Essa perseguição exercida contra o Banco do Brasil e a tentativa de manchar o Governo Vargas não trouxe bons resultados para a vida política de Padilha, que começou a ser atacado pelo jornal de Wainer. Em discurso realizado a 3 de fevereiro de 1954 na Câmara Federal, Padilha tenta se defender de acusações publicadas pelo jornal *Última Hora* que trazem novamente à tona fatos do passado, como a denúncia de espionagem contida no já citado Livro Azul. Sob a manchete “O espião Padilha recebe 11 mil cruzeiros” Padilha se viu novamente forçado a dar explicações de um possível envolvimento seu com lideranças nazistas sul-americanas.

Vamos examinar serenamente a acusação contida nesse título sumário. Eu teria traído minha Pátria por 11 mil cruzeiros. Quer dizer: consciência barata, inteligência de aluguel, moeda de curso inflacionário altamente depreciado na vida pública brasileira, ao ponto de se reder ao fascínio de 11 mil miserabilíssimos cruzeiros! [...] Mas, Sr. Presidente, devemos uma satisfação a alguns dos leitores desse jornal, aos 10 mil eleitores que me puseram nesta Casa e, possivelmente, àqueles outros milhares de eleitores que vão reconduzir-me ao meu lugar aqui na próxima legislatura.²⁶⁵

Padilha buscou sua defesa em vista das eleições futuras que ocorreriam em outubro. É importante ressaltar que o ano de 1954 foi ano de eleição e como Padilha pretendia pleitear novamente sua vaga na Assembleia, qualquer acusação poderia gerar graves problemas na sua

²⁶³ PROVADO agora: CEXIM, o maior escândalo deste País. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 dez. 1953.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ BRILL, 2006. Op. cit., p. 71.

campanha. De qualquer forma, Padilha não deu sinais de arrefecimento e continuou em seu discurso. Para tanto, lançou mais acusações em relação ao Banco do Brasil e ao jornal *Última Hora*.

E tudo isso por quê? Porque tomei uma posição contra a vergonha da *Última Hora*, sem manter relações sequer pessoais com o seu principal acusador, o Sr. Carlos Lacerda. Apenas senti, de um lado, a miserável extorsão que representou o predomínio desse tipo de imprensa em meu País e, de outro lado, a liquidação rápida do Banco do Brasil pelos mais indecorosos processos de financiamento aqui adotados. Nada tinha com aquele rufião que é o diretor da *Última Hora*; nada tenho com qualquer dos seus componentes pessoalmente; nada tenho com aquele menino chorão que aqui se apresentou semi-analfabeto, Sr. Bocaiúva; nada tenho com essa raça de gente. Apenas recebi um mandato e vou levá-lo a termo, pregando a verdade segundo a concepção e dentro da dignidade em que procuro inspirar todos os meus atos, no exercício desse mesmo mandato.²⁶⁶

Como ex-funcionário do Banco do Brasil, Padilha lançou suas acusações diretamente sobre uma possível articulação de empréstimos do Banco do Brasil e o jornal de Wainer que ainda sofria com as acusações de não poder ser dono do jornal na condição de estrangeiro. Assim, conforme Laurenza: “Wainer preso, por alguns meses, talvez não satisfizesse Lacerda. Sua intenção era provar que, sendo estrangeiro, não poderia ser dono de um jornal no Brasil, de acordo com nossa Constituição, levando ao fechamento do *Última Hora*.”²⁶⁷

Lacerda e Padilha pretendiam, além de desmoralizar Wainer, por fim em seu jornal e atacar o governo de Vargas devido a essa proximidade entre os seus adversários políticos. Lacerda, por sua vez, também não poupou esforços em seu ataque contra Wainer, mesmo porque possuía informações pessoais sobre ele. De acordo com o próprio Wainer, confissões feitas no passado entre os dois, viraram trunfos na mão de Lacerda. Wainer desabafou:

‘Eu morei com Lacerda. Conte para ele que uma das dificuldades que eu tenho na vida é não ter certidão de nascimento. Isso é sacanagem porque contei isso a ele numa intimidade de amigo.’ Wainer e Lacerda eram muito pobres, no começo de carreira, e moraram juntos quando trabalharam nos Diários Associados.²⁶⁸

De fato, Samuel Wainer não era brasileiro e seus registros haviam sido adulterados por seu irmão João Wainer, que alterou em quinze anos antes, de 1920 para 1905, a data da chegada da família judia que vinha da Romênia. Esse fato foi utilizado várias vezes por seus opositores.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ LAURENZA, 1998. Op. cit., p. 43.

²⁶⁸ Idem.

Padilha, embora não assumindo nenhum tipo de proximidade com Lacerda nesses ataques que objetivavam desarticular o governo de Vargas, comprou o discurso de Lacerda e ambos possuíam os mesmos inimigos e o mesmo propósito em relação ao presidente da República.

Pode-se observar um aumento da aproximação entre Padilha e Lacerda após sua posse na Câmara Federal. Sua filiação ao Clube da Lanterna, os objetivos de desmascarar um possível esquema entre o Banco do Brasil e o jornal *Última Hora*, além dos discursos de Padilha que apontavam Lacerda como uma pessoa isenta e trabalhando em prol do Brasil, como o ocorrido no discurso de 04 de fevereiro de 1954, quando Padilha novamente tentava se proteger de denúncias publicadas no jornal de Wainer. Em seu discurso, Padilha lamenta a falta de espaço para sua defesa nos meios de comunicação e agradece à *Tribuna da Imprensa* por ter lhe dado voz em meio a tal represália²⁶⁹. Justamente o jornal que pertencia a Lacerda foi o único a dar espaço a Padilha.²⁷⁰ Em seu discurso, ressaltou a necessidade de retornar a tribuna e explicar as acusações de ser um espião nazista, amplamente divulgada pelo *Última Hora*.

Hoje volto à tribuna para mais uma vez prestar homenagem a esta Casa, à opinião pública do meu País, à União Democrática Nacional, que me acolheu em sua legenda no Estado do Rio de Janeiro, aos meus amigos do Partido de Representação Popular, que me elegeram com seus votos, e, também, para mais uma vez, e talvez definitivamente, liquidar os últimos resquícios daquela protéria com que se procurou atingir um homem público, de quem se pode divergir do ponto de vista político no que respeita a sua compreensão e percepção dos fenômenos humanos, no que concerne ao seu conceito em relação aos graves problemas político-sociais, em relação a sua filosofia política, em relação a sua atitude, mas de quem se não pode divergir em matéria de pundonor, coisa que nos deve ser comum nesta Casa.²⁷¹

Nota-se que Padilha já se identifica como membro da UDN, embora ainda pertencendo ao PRP. Essa transição entre PRP e UDN só ocorreu em 1959, mas Padilha costumava se identificar como membro da UDN mesmo antes de 1959 como é possível identificar nos arquivos da Câmara Federal onde há um projeto de lei de autoria de Padilha no qual ele já é identificado como membro da UDN-RJ, isso quer dizer, ainda dentro do primeiro mandato de Padilha.²⁷²

²⁶⁹ BRILL, 2006. Op. cit., p. 78

²⁷⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. *E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/apresentacao>>. Acesso em: 07 mar. 2014

²⁷¹ BRILL, 2006. Op. cit., p. 77 – 78.

²⁷² BRASIL. Câmara Federal. *Ementa para concessão de PENSÃO ESPECIAL DE Cr\$ 6.000,00 A DONA ARACY CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, FILHA DO GENERAL BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, O FUNDADOR DA REPUBLICA*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=9349AFA77A48310C6A328C24BE81FFF3.node2?idProposicao=218447&ord=1&tp=completa>. Acesso em: 07 mar. 2014.

Além da *Tribuna da Imprensa*, que Padilha menciona como seu aliado na divulgação de sua defesa contra as acusações de espionagem nazista, Padilha também menciona a Rádio Globo como um canal aberto para poder expor sua defesa.²⁷³ É importante pensar que a mesma Rádio Globo, de acordo com Lacerda, estava interessada em ver o jornal *Última Hora* perder prestígio, pois este jornal estava superando as publicações do jornal *O Globo*.²⁷⁴

Esse início do mandato parlamentar foi, como se vê acima, bastante tumultuado e cheio de acusações. Padilha já era conhecido nos meios de comunicação fluminense e devido à sua carga histórica integralista, trazia consigo um pré-julgamento por parte de certos setores que ainda o viam como um agitador direitista. Contudo, esse primeiro mandato foi cercado de denúncias, tanto por parte de Padilha em relação a seus oponentes, quanto por partes deles sobre sua pessoa. Ele atribuiu essas provocações que vinha sofrendo por parte do jornal *Última Hora* como uma espécie de retaliação às denúncias feitas por ele no caso Cexim. Segundo Padilha:

Destruir a acusação, impossível. Vamos destruir o acusador. E assim iniciou-se, na cloaca *Última Hora*, a campanha contra Padilha. Era preciso destruir esse homem de qualquer maneira e a campanha trouxe a palavra de ordem: “Ele era integralista, deve ser nazista. Nazista é espião”. “Vamos prová-lo”.²⁷⁵

A suposta perseguição que Padilha vinha sofrendo teve início após as suas denúncias de fraude no Banco do Brasil. Seguindo em sua defesa, perante o plenário da Câmara, sobre as denúncias de ser um agente de espionagem nazista no Brasil, Padilha alegou em sua defesa os procedimentos que foram adotados durante seu julgamento na época de sua acusação e tentou, dessa forma, se resguardar, tal como se verifica abaixo:

Ouvido por Odílio Denis, prestei-lhe leal e francamente as informações do meu conhecimento. E foram tais essas informações e de tal natureza minha conduta que eu pensei ser preso, como se fazia neste País getuliano, neste País de Estado Novo, neste País de arbítrio. Éramos presos por quinze, vinte dias, um mês, e soltos sem saber por quê. Éramos presos por ser integralistas; éramos soltos também porque éramos integralistas; éramos soltos para viver ou para sermos presos novamente quando se queria pagar, ou quando era preciso, a uma ou outra autoridade mais ou menos corrupta.²⁷⁶

²⁷³ BRILL, 2006. Op. cit., p.79.

²⁷⁴ DELGADO, 2006. Op. cit., p. 56.

²⁷⁵ BRILL, 2006. Op. cit., p. 81.

²⁷⁶ BRILL, 2006. Op. cit., p.81.

Em sua defesa, Padilha tenta argumentar que a vida dos integralistas durante o Estado Novo não foi fácil e que esse impasse entre Vargas e Plínio transformou o Estado Novo para os integralistas em um momento de grandes surpresas, pois no mesmo tempo que ser integralista poderia lhes trazer alguns benefícios, também poderia ser motivo de perseguição. Não era raro os integralistas serem acusados de conspiração contra o Brasil ou de possíveis atos de espionagem, principalmente durante o Estado Novo, quando a AIB operava na ilegalidade. Na tentativa de se isentar definitivamente dos ataques que vinha sofrendo por parte do jornal *Última Hora*, Padilha reproduz em seu discurso um fragmento do jornal *Tribuna da Imprensa*, na qual Odílio Denis, então comandante da 1ª Divisão de Infantaria do Rio de Janeiro²⁷⁷, o mesmo que coleu seu depoimento na época das acusações, expõem seu parecer em relação a Padilha:

Acho curioso que tachem de criminosa uma testemunha! O Sr. Raymundo Padilha, na época, foi chamado à minha presença por se tratar do mais destacado elemento da Ação Integralista Brasileira, que, apesar de fora-da-lei, conserva intatos muitos de seus quadros. Chamei o Sr. Padilha por haver sabido que o ex- Capitão Túlio Régis do Nascimento o havia procurado, proponde-lhe fazer espionagem em favor dos nazistas e, por outro lado, saber que alguns elementos integralistas haviam aceitado propostas semelhantes. O Sr. Padilha não só me prestou todos os esclarecimentos necessários como, também, ajudou-nos, impedindo que muitos integralistas de espírito confundido caíssem nos braços da espionagem nazista.²⁷⁸

Padilha tentava se desvincular das acusações sobre seu passado, que, em ano de eleição, poderiam desestruturar totalmente as suas tentativas de pleitear novamente uma cadeira na Câmara dos Deputados.

3.1 – O LIVRO AZUL VOLTA À CENA

Essa publicação feita após longos anos de investigação por parte do Governo dos Estados Unidos serviu como trunfo nas mãos dos opositores de Padilha. As denúncias sobre uma possível participação com agentes nazistas em um processo de espionagem contra o Brasil pesava sobre sua vida parlamentar. Entretanto, como essas acusações surgiram em período eleitoral, Padilha não pode ignorá-las, e teve que buscar provas de sua inocência retornando o período em que era integralista. “imagina-se que a questão está morta, e, no dia imediato, revive a infâmia com a

²⁷⁷ *DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:< http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/odilio_denis>. Acesso em: 07 mar. 2014.

²⁷⁸ BRILL, 2006. Op. cit., p. 82/83.

mesma impunidade, com a mesma indecência, com a mesma característica de autêntica poluição moral! Isso foi o que vimos!”²⁷⁹ Para tentar se isentar deste suposto esquema de espionagem, Padilha utilizou, como já foi visto, as conclusões escritas pelo chefe de contraespionagem o General Denis de que nunca foram provadas nenhum tipo de ligação entre ele e os nazistas.²⁸⁰

Padilha explica a criação do Livro Azul como um ato político que tentou desarticular as pretensões políticas do argentino Juan Perón. De acordo com ele, tudo começou com uma viagem feita pelo Major Jaime Ferreira da Silva para tratamento de sua visão em Buenos Aires. Ao desembarcar no aeroporto, o Major ficou retido sendo liberado algumas horas depois de seu desembarque com uma incumbência, agradecer o pessoa que havia facilitado sua entrada no país, neste caso o Sr. Perón. De acordo com Padilha, o Major se reuniu com Perón e agradeceu a articulação feita pelo mesmo para facilitar sua entrada no país, e esse foi o gancho para a fabricação do Livro Azul, que de acordo com Padilha,

é documento tipicamente eleitoral, para impedir que o Sr. Juan Perón chegasse à Casa Rosada. Foi desencadeada essa campanha contra Perón e, por acréscimo, contra movimentos de direita, que se diziam ligados, pelo menos por simpatia, ao Sr. Juan Perón. [...] A partir de então, segundo o “Livro Azul”, estava estabelecida a ligação entre os integralistas e o regime argentino. Na realidade, porém, as afirmações envolviam gratuitamente o Sr. Jaime Ferreira da Silva e, além disso, continham as seguintes outras acusações: de “contratos de integralistas”, inclusive o orador que está falando perante esta Casa, com membros da embaixada argentina, “no sentido de criar um grande movimento antiamericanista”.²⁸¹

De acordo com Padilha, o documento foi uma tentativa por parte dos Estados Unidos para desarticular as pretensões eleitorais do Sr. Perón. Com isso, os integralistas entram nas acusações ingenuamente, pois não havia mais motivo para uma tentativa de rearticulação do Reich no Pós-Guerra. Ainda segundo Padilha, uma tentativa de rearticulação do Reich, primeiramente era necessário que os alemães de desculpassem com o povo brasileiro no caso do suposto afundamento dos navios brasileiros por parte dos alemães. Isso até então era motivo de distanciamento entre os dos países, e isso seria um grande entrave caso essa articulação fosse realmente contundente.²⁸²

²⁷⁹ BRILL, 2006. Op. cit., p.92;

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Ibidem, p. 95

²⁸² Ibidem, p. 96.

Na tentativa de por fim as acusações que vinha sofrendo e dando prosseguimento as suas explicações, Padilha propôs no plenário da Câmara ao então Deputado Danton Coelho que fazia parte do jornal *Última Hora* a levar provas contra ele. Em seu discurso, o Danton Coelho afirmou em plenário que o jornal apenas repassou as acusações feitas pelo Livro Azul, e que não poderia trazer mais nenhum fato novo, já que os autores do Livro não publicaram mais nenhuma denúncia. Padilha então declarou em seu discurso:

Vou ao Tribunal de Segurança Nacional. Fala o Tribunal de Segurança Nacional. Ele atesta: três processos contra o Sr. Raymundo Padilha. Três, no tempo do Estado Novo. Por quê? Acusado de querer derrubar o Sr. Getúlio. É crime de lesa-pátria querer derrubar o Sr. Getúlio Vargas? Arquivam um processo. Retirado da denúncia nos outros, o Sr. Raymundo Padilha não aparece em nenhum processo mais, no Tribunal de Segurança, nem se menciona o seu nome como denunciado em qualquer caso que diga respeito à segurança nacional. Salvo se o Sr. Getúlio Vargas é sinônimo de segurança nacional...²⁸³

Com esse discurso Padilha tentou por fim as acusações que vinha sofrendo e desarticular de forma definitiva essa possível articulação nazista sul americana. As acusações feitas pelo jornal *Última Hora* poderiam de alguma forma prejudicar suas pretensões eleitorais e com isso foi necessário resgatar todo esse assunto referente ao Livro Azul para por um ponto final nessas acusações e assim poder seguir com sua vida parlamentar.

3.2 - O FIM DO GOVERNO VARGAS E AS ELEIÇÕES DE 1955

Mesmo após toda a comoção nacional ocorrida com o suicídio de Vargas, Padilha não poupa esforços, e menos de um mês depois do ocorrido, ele sobe a tribuna da Câmara para dar sua versão sobre os motivos que levaram o Presidente da República a cometer esse ato extremo. Entretanto, Padilha lançou novas acusações relativas ao Banco do Brasil e que comprometeriam o já falecido presidente Vargas. O “Homem Bomba” não deixou que a comoção tomasse conta de seu discurso e teceu suas acusações: “Agora, é também a oportunidade de dizermos alguma coisa sobre o episódio de 24 de agosto. Desde o princípio, digo com a maior sinceridade, a mais íntima e mais profunda convicção...”²⁸⁴ Já no início de seu discurso, Padilha não contou com o silêncio e a satisfação de todos os parlamentares que estavam presentes na seção. Por diversas vezes ele

²⁸³ Ibidem, p. 106.

²⁸⁴ Ibidem, p. 135.

foi interrompido e solicitado a dar explicações mais contundentes sobre o que estava sendo exposto.

Retornando as acusações sobre o Banco do Brasil, Padilha chama a atenção da Câmara para as informações que ele iria revelar:

Já agora estou seguramente informado de que o Presidente da República não apenas tomou conhecimento de que havia Cr\$ 500.000,000 destinado a propaganda política do seu prestimoso auxiliar e lavador de banheiro, Sr. Roberto Alves. Não era só isso que ele sabia. Ele sabia mais que havia uma operação muito grande no Banco do Brasil de que deveriam ter saído esse quinhentos mil cruzeiros. Que sabia mais o ex-Presidente da República? Sabia que esta operação foi por Sua Excelência determinada no Banco do Brasil, por sua Excelência expressamente recomendada. A operação é da seguinte natureza: Matsubara, japonês, fazendeiro em Marília, que tem como seu procurador absoluto o assessor técnico do Presidente extinto, grande Economista Arquimedes Manhães, pessoa de prol, das mais íntimas, das mais capazes, dos conselheiros mais prestimosos e influentes do Palácio do Catete. Matsubara conseguiu, por intermédio de Manhães, que o Presidente da República mandasse abrir-lhe o crédito de dois milhões e oitocentos mil cruzeiros. Poderia ser esse crédito concedido? Não. Por que não poderia ser concedido? Porque Matsubara devia ao Banco do Brasil, entre capital e juros, treze milhões, inteiramente descobertos, títulos totalmente vencidos. Os funcionários do Banco do Brasil, sempre zelosos, sempre dignos, como sempre foram aqueles colegas com quem convivi durante vinte longos anos; funcionários do Banco do Brasil, revendo essas operações escandalosas daquele período quadrienal, puderam, então, denunciar essa irregularidade extrema, quando obtiveram do Sr. Marcos de Sousa Dantas que fossem protestados todos os títulos de Matsubara. É nessa ocasião que o Presidente da República interfere para obter uma operação de cinco milhões de cruzeiros, que acabou sendo reduzida, como disse, a 2.800 mil cruzeiros. Matsubara se viu acossado pelo banco e forçado a uma composição fiscal, com a entrega de todos os seus bens situados em Marília, bens móveis e imóveis. Nessa composição geral, o banco acrescente à dívida anterior estes 2.800 mil cruzeiros de achega. Mais não podia ser feita a operação. Somente por determinação superior. Assim, os 2.800 mil cruzeiros entraram na composição, e parte desse dinheiro ia servir na propaganda eleitoral do Sr. Roberto Alves, dinheiro esse que andou durante muito tempo pelos escaninhos da guarda pessoal do Presidente da República.²⁸⁵

Padilha foi interpelado por outros parlamentares, que estavam presentes na seção, para dar melhores explicações sobre a suposta participação da Vargas em um esquema de liberação rápida de verbas no Banco do Brasil. Em sua defesa citou:

‘Ordem do Presidente da República’, nada há escrito no Banco do Brasil a respeito, como não funcionou no caso da *Última Hora*, diretamente. São recomendações de oitiva que se fazem, e o presidente do Banco do Brasil se sente autorizado a realizar a operação pela co-responsabilidade mútua com o Chefe da Nação.²⁸⁶

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 139 – 140.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 145.

Fazendo um paralelo com as acusações feitas sobre um suposto esquema de beneficiamento entre o Banco do Brasil e o jornal *Última Hora*, tenta achar um paralelo para validar perante a Câmara e o povo brasileiro, que suas novas acusações são verdadeiras e que merecem ser analisadas com mais atenção. O discurso de Padilha causou acusações diretas por partes de deputados que não aceitavam as denúncias que estavam sendo feitas. Pedindo a palavra o deputado Augusto do Amaral Peixoto fez oposição ao discurso de Padilha, o que alterou os ânimos. Amaral Peixoto afirmou:

V. Exas, são de fato os responsáveis pelo assassinato do Sr. Getúlio Vargas. Vou provar, [...] que a União Democrática Nacional vem conspirando desde 1950, que a União Democrática Nacional não tinha outro objetivo senão a deposição do Chefe de Estado. V. Exas. são acusados, e o povo brasileiro reconhece em V. Exas. os assassinos do Sr. Getúlio Vargas!²⁸⁷

Amaral Peixoto apontou a UDN e Padilha como os principais responsáveis do suicídio de Vargas. Isso devido aos anos de oposição que este partido vinha realizando contra o governo e o apoio recebido quando Padilha tornou-se parlamentar em 1952. A culpa do suicídio, segundo Amaral Peixoto, era dos opositores de Vargas e dos anos que essas investidas vinham sendo feitas. Padilha retruca essa ideia.

O drama psicológico do Sr. Getúlio Vargas é muito mais profundo do que V. Exas. possam admitir. Aquele homem – faço-lhe grande justiça – não era um fracalhão que podia cair com um discurso meu, com um discurso do Sr. Bilac Pinto. Ele não iria suicidar-se por causa de um discurso que eu pronunciasse.²⁸⁸

Para Padilha, algo muito importante esteve atormentando as ideias de Vargas para chegar ao ponto de por fim à própria vida. Não seria um discurso ou até mesmo os anos que em que a oposição tinha se dedicado em seu embate contra o governo que levaria Vargas ao extremo. E com isso, baseia sua tese de que os empréstimos tenham lesado o Banco do Brasil, o que gerou um impasse moral em Vargas.

O Sr. Getúlio Vargas desmoronou-se diante do turbilhão tremendo, do turbilhão interno que não tinha qualquer ligação, nem direta, nem próxima, nem remota, com a atitude de seus adversários. É isso que a História vai dizer. De forma alguma, a História se vai

²⁸⁷ Ibidem, p. 150.

²⁸⁸ Ibidem, p. 151.

fazer com a calúnia, com os diz-que-diz e com o primarismo hediondo dessas acusações que se fazem cada dia!²⁸⁹

Percebe-se, acima, uma tentativa de isentar, ou mesmo minimizar, a ação dos grupos opositores ao seu governo. A própria História iria se incumbir de desfazer essa perspectiva oposicionista para levantar a bandeira do desespero.²⁹⁰

Foi nesse cenário que as eleições de 1955 começaram, de forma bem tumultuada e em meio a várias acusações sobre os verdadeiros motivos de levaram Vargas ao suicídio. Após a morte em agosto de 1954, João Café Filho foi imediatamente empossado como Presidente da República. Com sua posse, começam os preparativos para a sucessão presidencial que se daria em 1955. É importante salientar que os partidos naquele momento indicavam o nome do candidato à presidência como também o nome do vice. Os eleitores no ato de voto poderiam escolher candidatos de partidos diferentes e até opositores. Dentro deste contexto pós-Vargas, o primeiro partido a anunciar seu candidato para concorrer às eleições presidenciais foi o PSD, já no início de 1955, lançando Juscelino Kubistchek. Em uma aliança com o PTB a coligação propôs João Goulart como candidato a vice-presidente. Isso “foi importante para atrair os getulistas e capitalizar a memória varguista.”²⁹¹ Pelo PSP surgiu Adhemar de Barros que contava com o apoio de João Café Filho, o que gerou certa força ao candidato paulista. Como candidato a vice foi lançado Danton Coelho, dissidente do PTB que abandonou o partido pelo fato de ter denunciado supostas ligações entre petebistas e comunistas.²⁹² Pela UDN foi lançada a candidatura do general Juarez Távora que contou com uma Frente de Renovação Nacional composta por PDC, PSB e PL. O candidato à vice-presidente indicado com o também udenista Milton Campos. O PRP lançou Plínio Salgado como candidato a presidente e não indicou nenhum nome para vice, só mais próximo ao pleito que o PRP indicou o nome de João Goulart para vice-presidente.²⁹³

Juscelino Kubistchek e João Goulart foram os vencedores das eleições mais com um percentual baixo, o que fez ressurgir tendências golpistas e a tentativa de não validar as eleições. A posse de Kubistchek só foi legitimada em 31 de janeiro de 1956 com o apoio do General Lott,

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 158.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945 - 1955)* 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 282.

²⁹² *Idem*.

²⁹³ *Ibidem*, p. 283.

pois com o afastamento de Café Filho para presidência por motivos de saúde, assumiu o seu cargo Carlos Luz, que tentou desarticular as eleições.

Dias depois, em 21 de novembro, Café Filho, restabelecido, saiu do hospital e tentava reassumir o cargo, sendo, contudo, impedido pelas tropas militares, que cercaram o prédio onde ele morava. Confinado em seu apartamento, teve seu impedimento votado pelo congresso, no mesmo dia. Um dia antes da sua saída do hospital, ele recebera a visita do general Lott, que o procurara para que houvesse um compromisso para a garantia de posse dos candidatos eleitos, ao que Café Filho não se comprometeu. O país foi colocado em estado de sítio e Nereu Ramos continuou na presidência da República até janeiro do ano seguinte, quando Juscelino Kubistchek e João Goulart foram empossados.²⁹⁴

Nesse contexto de eleições Padilha decidiu não apoiar a candidatura de Plínio Salgado a Presidência da República. Fato importante de ser analisado devido à proximidade que Plínio e Padilha possuíam.

Desde quando se agitou entre nós o problema presidencial, defini, corajosa e lealmente, a minha posição política. Fi-lo em obediência àquela soma de compromissos que cada homem público assume com sua consciência e com sua Pátria, responsáveis que somos pela elaboração dos destinos nacionais. Dessa maneira, firmei uma posição política no sentido de não aceitar como solução idônea e conveniente aos interesses nacionais a candidatura do Sr. Plínio Salgado à Presidência da República.²⁹⁵

Esse rompimento começou ainda no início de 1955²⁹⁶ como podemos ver na nota publicada no *Jornal do Brasil* de autoria do diretório regional do PRP no Rio Grande do Sul, onde o assunto é tratado.

Encontram-se agitados os círculos integralistas do Rio Grande do Sul em consequência do caso surgido na direção nacional do PRP, com o virtual rompimento entre os Srs. Plínio Salgado e Raymundo Padilha, o propósito da sucessão presidencial. [...] Segundo colhemos em fontes perrepietas, será proposto na reunião que se envie um telegrama ao Diretório Nacional manifestando desaprovação à atitude do Deputado Raymundo Padilha. O Sr. Antonio Pires, secretário do Diretório Regional, dirigiu-se em caracter individual, ao Deputado Raymundo Padilha, condenando o que qualificou de “atitude espalhafatosa, descortez, acintosa e hostil, dando à publicidade documento pertencente à economia interna do PRP” e negando-lhe mesmo “autoridade moral e partidária para ditar normas.”²⁹⁷

²⁹⁴ Ibidem, p. 292.

²⁹⁵ BRILL, 2006. Op. cit., p. 185.

²⁹⁶ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)* 2010. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

²⁹⁷ VOLTA à baila o nome do Sr. Oswaldo Aranha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1955. Coisas da Política, p. 6.

Esse fragmento demonstra que esse rompimento não foi algo tão simples. Plínio era sem dúvida a liderança do integralismo e do PRP, mas Padilha também foi peça fundamental, tanto para a criação quanto para o desenvolvimento do partido. Embora bem mais próximo da UDN ainda mantinha vínculos fortes com o PRP, pois foi pela legenda perrepista que ele chegou ao legislativo fluminense. De qualquer forma, embora reeleito em 1954 como Deputado Federal, se distanciava cada vez mais do partido que ajudou a fundar, o PRP.²⁹⁸

A nota oficial.

A nota oficial do PRP é a seguinte: Do Gabinete da Presidência Nacional do Partido de Representação Popular recebemos o seguinte comunicado, cuja publicação nos é solicitada:

I – Não tem procedência a notícia veiculada na imprensa desta capital, segundo a qual a Convenção Nacional do PRP, entre outros assuntos, examinará a posição parlamentar do deputado Raymundo Padilha, podendo o caso resaltar em exclusão do partido daquele ilustre representante na Câmara Federal. A convenção somente tratará dos assuntos da sua agenda, excluindo qualquer matéria além dos objetivos da sua convocação.

II – O deputado Raymundo Padilha, segundo declarações ao Diretório Nacional do PRP, por intermédio do presidente deste, não é contrário, em princípio, à formação da Bancada do Partido na Câmara Federal, achando-se autorizado pelo mesmo presidente, a aguardar uma melhor oportunidade.

III – O deputado Raymundo Padilha, pelo seu passado, pela lealdade demonstrada no exercício de sua ação parlamentar como representante do PRP na Câmara Federal, continua a merecer do Presidente Nacional do Partido aquela mesma confiança por este manifestada no ofício que recentemente dirigiu àquele parlamentar e onde sobre o mesmo emitiu honrosos conceitos sobre a sua integridade moral e fidelidade de homem de partido.²⁹⁹

De acordo com a própria nota do PRP, Padilha não foi expulso do partido pelo fato de ter concordado a cooperar com a bancada perrepista na Câmara e também devido aos serviços prestados por ele junto ao partido.³⁰⁰ De certa forma, Padilha estava defendendo uma tendência política brasileira para um momento em que ele julgava necessário, a estratégia da “união nacional”, que, segundo Padilha, daria mais força a um candidato para combater seus opositores.

Diante do atual panorama político, qual será o pensamento do deputado Raymundo Padilha? Todos se lembram de que, quando o PRP resolveu apresentar candidato próprio, Padilha que é presidente do Diretório fluminense, divergiu, fazendo declarações formalmente contrária à decisão do partido. Achava ele que o momento era grave, era de “união nacional” e não comportava luta. Mas, como e esse tempo já estava lançada a candidatura Juscelino, o candidato da “união nacional” seria de combate. E,

²⁹⁸ A NOVA Câmara terá nova feição partidária. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1955, p. 03.

²⁹⁹ PLÍNIO é novamente candidato à presidência: PRP. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1955, p. 03.

³⁰⁰ Idem

naturalmente em base udenista. O PRP ouviu as razões de Padilha com o respeito e a deferência que lhe merece esse antigo e admirável companheiro, que na Câmara Federal tem sabido honrar as tradições do Parlamento brasileiro. Mas não acolhei a tese da “união nacional”. E, com espanto daqueles que negam ao integralismo sentido democrático, foi o PRP o primeiro a proclamar a necessidade, vital para o regime, de cada partido sustentar o seu programa e a sua bandeira, abandonando a tendência para o “união nacional”, fórmula comodista de se furtarem à luta, negando ao povo a faculdade de escolher visto que “união nacional” é quase sinônimo de candidato único. Os acontecimentos mostraram que Padilha, na melhor das intenções indicara caminho errado. Recusando aderir à “união nacional”, o PRP poupou-se aos dissabores que atormentam a UDN e livrou o ilustre correligionário do remorso de ter colocado o seu partido sob a superintendência política do homem do rato e da vassoura.³⁰¹

Pode-se perceber que o conflito entre Plínio e Padilha se deu mais no campo ideológico do que no campo pessoal. Padilha não aceitou o fato de Plínio querer ser candidato à presidência visto Juscelino já ter consolidado sua candidatura no início de 1955 e ser um candidato forte. Nesse sentido, achava mais prudente uma grande união partidária nacional no entorno de um só candidato e assim conseguir fazer frente a Juscelino. A proposta era o apoio à candidatura de Juarez Távora como o representante desta união nacional. Com isso se distanciou de certa forma do PRP e se aproximou definitivamente da UDN.

3.3 – RAYMUNDO PADILHA E O PARLAMENTARISMO

Após as tensões surgidas entorno das eleições presidenciais de 1955, seguindo uma tendência que ganhou vulto na década de 1950, Padilha começou a defender o parlamentarismo como a forma de governo mais apropriada para o Brasil. Havia uma corrente no Brasil que defendia esse tipo de governo. Em entrevista ao jornal *Diário Carioca*, Tristão da Cunha, Secretário de Finanças de Minas deixou claro sua opção pelo parlamentarismo,

Somos forçados a eleger governos por períodos longos e certos. Se acertamos na escolha, muito bem. Se contrário, temos que esperar que escoo o prazo de seu mandato – no nosso caso cinco anos – para se tentar “pescar melhor”. No entender o melhor sistema para o Brasil é o parlamentarismo.³⁰²

Essa tendência seguia a sugestão do Deputado Raul Pilla que em 1949 com o apoio de vários outros parlamentares propôs uma emenda constitucional a qual tornaria o sistema político

³⁰¹ ARAUJO, VALDIR. Líder nacional, o homem do rato e da vassoura... . *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1955. Opinião do Leitor, p. 2.

³⁰² TRISTÃO defende o parlamentarismo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1957, p. 1.

brasileiro parlamentarista. Essa discussão perpassou vários anos e ainda estava presente em 1957³⁰³, pois estava novamente em votação e havia sido rejeitada. Essa rejeição causou em Padilha a necessidade de expor seu ponto de vista sobre o assunto em discursos pronunciados na Câmara.

Datando de 13 de abril deste ano, volta a debate desta Casa o projeto de emenda constitucional que visa à adoção do regime parlamentarista. A Comissão Especial teve, para relatá-lo, o prazo regimental de sessenta dias e foi constituída dos eminentes colegas Deputado Gustavo Capanema, presidente; Monteiro de Barros, relator; Oliveira Brito, Fernando Ferrari e Guilherme Machado, concluindo seus trabalhos pela rejeição da emenda. A síntese da reforma seria, como se lê no projeto, a eleição indireta do Chefe do Estado; nomeação dos ministros e subsecretários pelo Presidente; governo de um conselho de ministros; o presidente do conselho, necessariamente, seria membro do Congresso; permanência do ministério, enquanto tivesse o voto da Câmara dos Deputados; demissão obrigatória, pela ocorrência de voto de desconfiança, por maioria absoluta da Câmara; dissolução desta, na hipótese de sucessivos votos de desconfiança; igualmente, quando a legislatura durasse dois anos e o presidente do conselho tivesse obtido dois votos de confiança; conselho provisório, enquanto não se recompõe a Câmara; recondução da Câmara antiga, na hipótese de não ter havido eleição dentro de sessenta dias. Finalmente, consagra-se o princípio da delegação de poderes.³⁰⁴

É importante observar que era essa a forma de governo proposta pelo Deputado Raul Pilla e que Padilha apoiava e via como viável e superior ao sistema presidencialista adotado no Brasil. A emenda não foi aceita naquele momento, mas Padilha teceu suas considerações sobre a proposta e reafirmou sua opção pela forma de governa proposta por Pilla.³⁰⁵ Cumpre mencionar que Padilha, estando cada vez mais próximo da UDN, esteve presente nas discussões sobre o parlamentarismo, como vinha sendo sugerido pelo partido que embora não sugerindo uma tendência nacional, solicitou aos seus correligionários que tomassem partido sobre o tema. O ano de 1959 tronou-se decisivo para a emenda quando o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, interferiu nas decisões e propôs o fim da emenda.

Instruída a maioria para rejeitar a emenda Pila

Por inspiração do presidente da República, o ministro da Justiça recomendou ontem de manhã ao líder Abelardo Jurema fizesse apelo pessoal a cada um dos deputados da maioria para que vote e rejeite a emenda parlamentarista, a fim de que o assunto seja definitivamente liquidado. O governo está empenhado assim, na derrota da emenda do Sr. Pila, não apenas por falta de quórum mas por votação da maioria contrariamente à

³⁰³ LEMOS, Renato. Raul Pilla. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 07/03/2014.

³⁰⁴ BRILL, 2006. Op. cit., p. 189.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 216.

iniciativa do Partido Liberal, considerada como permanente fator de inquietação política.³⁰⁶

A emenda proposta em 1949 por Raul Pila e que perpassou por vários anos na Câmara, estava novamente na pauta do dia. Mas de dez anos após sua proposta inicial, a emenda ganhou força e chegou a chamar a atenção do Presidente da República a ponto de solicitar seu fim imediato.

Em discurso realizado na Câmara em 14 de julho de 1959, Padilha voltou a reforçar sua defesa ao regime parlamentarista. Como a UDN havia solicitado aos seus correligionários que adotassem suas próprias opiniões em relação à emenda Pilla, não dispondo assim de uma opinião nacional, Padilha compara o sistema político brasileiro com outras nações na tentativa de expor a superioridade do sistema parlamentarista sobre o presidencialista segundo suas conclusões.

O problema da transformação de um regime constitucional envolve tantas e tão amplas questões de conveniência política e de oportunidade histórica que, ao focalizarmos, numa assembleia política como esta, as possibilidades de seu advento, nos sentimos sob o peso de grave responsabilidade, porquanto não estimaríamos cooperar um só instante para que questão como esta, que está a exigir reflexões, a exigir ponderações, pudesse ser desviada de seu curso normal para cair no vórtice dos debates cotidianos e daqueles assuntos secundários que soem dividir partidos e partidários. Por isso, o exame da emenda parlamentarista, a que nos devotamos nesta tarde, deve, sem dúvida, levar em conta várias das circunstâncias do momento político que atravessamos, conseqüentemente, da sua estrita oportunidade histórica.³⁰⁷

Padilha expõe a dificuldade de fazer mudanças políticas no Brasil e considera as dificuldades do que ele delimitou como sendo um período de crise brasileira. Padilha fez um panorama das principais formas de governo adotadas em alguns países selecionados por ele para exemplificar sua tese de que o regime presidencialista enfrentava uma hipertrofia. Padilha resalta os problemas que poderiam ser gerados no Brasil caso o Congresso se reduzisse a uma simples casa da chancelaria, anulando o Congresso estadunidense.³⁰⁸ Padilha analisou o que ele nomeou de “sistema francês de controle de finanças, desde o Exchequer and Audit Department Act, de 1866, sucessivamente emendado, criou o cargo de Controller General, com as mesmas vantagens e prerrogativas dos juizes, digamos, da Suprema Corte.”³⁰⁹ Para ele o que diferenciava

³⁰⁶ INSTRUÍDA a maioria para rejeitar a emenda Pila. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1949, p. 1.

³⁰⁷ BRILL, 2006. Op. cit., p. 224 – 225.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 226.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 227.

o sistema francês do estadunidense era justamente um órgão de fiscalização do executivo que, desenfreadamente, poderia sucumbir à nação.

Esse organismo tem o poder constitucional de proibir qualquer retirada de fundos públicos, trabalhando com um grupo de ingleses selecionados em número de quatrocentos ou quinhentos funcionários. É um sistema de controle legislativo, porque o órgão, exercendo a sua jurisdição sobre qualquer organismo, agência, repartição, nos vários graus da hierarquia administrativa, não apenas fiscalizava a aplicação, mas detém a circulação de fundos ao entrar imprevistamente nessa ou naquela repartição para fazer o teste *a priori*, o antiteste, como se diz, através dos seus peritos – os *auditors*. Esse organismo de maravilhosa flexibilidade, de extrema autoridade funcional e constitucional, foi que modelou outros organismos congêneres de outros países, particularmente os escandinavos [...]³¹⁰

A importância ressaltada neste fragmento é relativa à fiscalização. Padilha entende que o modelo presidencialista vigente não possuía qualquer tipo de fiscalização, deixando o executivo com poderes além do desejado. Citando o caso do sistema brasileiro, Padilha aponta que:

O sistema, evidentemente, é outro. Não é controle chamado legislativo, é aquela magistratura pela qual se bateu Rui Barbosa, nos primórdios da República, ao tentar reviver o Projeto Alves Branco, de 1840, objetivando a criação do tribunal de contas. Essa magistratura, ou seja, essa forma jurisdicional de apreciação e de análise das contas públicas, de inspiração francesa, teve, no Brasil, a experiência que todos conhecemos. O Tribunal de Contas apresenta o primeiro relatório, a este Câmara dos Deputados, quarenta e três anos depois de proclamada a República, apesar de ser ele um organismo criado em 1890; quarenta e três anos depois, apresenta-se com relativo atraso, o Tribunal de Contas, com relatório, a esta Câmara, para julgamento das contas presidenciais. E os próprios julgamentos *a priori*, ou seja, o juízo prévio das contas do Presidente da República, só recentemente estão aparecendo nesta Câmara em forma tecnicamente apreciável. [...] E esse controle, todavia, é somente a fotografia de uma desordem que o tribunal nos apresenta, em cada exercício, porque ele se limita a dizer que os gastos foram além do orçamento, que há número considerável de gastos não autorizados no orçamento, que há número não pequeno de gastos excedentes dos créditos devidamente aprovados por esta Câmara. Toda essa soma de irregularidades é apresentada à Câmara com sentido meramente estatístico, não de fixação de responsabilidades do Senhor Presidente da República.³¹¹

Como exposto em seu discurso, naquele momento o Brasil ainda estava longe de uma modelo político consistente e, segundo Padilha, estava ocorrendo à supremacia do executivo. As instituições de controle das contas públicas eram deficitárias e beneficiavam apenas as ações do Presidente. Continuando sua análise, Padilha expõe o sistema francês.

³¹⁰ Ibidem, p. 228.

³¹¹ Ibidem, p. 232.

É considerado funcionário do parlamento o *Controller General*. Quer dizer, esse alto funcionário, escolhido entre os homens de mais alta capacidade técnica e de maior idoneidade moral, escapa inteiramente ao controle do Poder Executivo. O próprio gabinete assegura a sua estabilidade, porque esse funcionário é nomeado por um longo espaço de tempo. E, mais ainda, ele tem ligações permanentes com a comissão respectiva da Câmara dos Comuns, ou seja, a *Public Accounting Committee*. É um organismo que examina as contas do país, é a Comissão de Orçamento da Câmara dos Comuns, a qual, vejam os srs. Deputados, é obrigatoriamente presidida por um representante da Oposição.³¹²

O que fica claro no discurso de Padilha é seu apoio em formas de governo que beneficiem o controle econômico do executivo que neste caso a melhor saída seria a implantação do parlamentarismo, com isso é visível que sua opção por essa forma de governo era fundamentada em argumentos que classificava como forte e consciente.

Após as eleições de 1954, e sua permanência no legislativo, Padilha já havia se registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, como membro da UDN.³¹³ Essa sua indefinição entre os dois partidos, o PRP e a UDN, criou estranheza de outros deputados: Pergunto a V. Exa. se vai correr agora pela legenda do seu partido – Partido de Representação Popular – ou se entrará em outra legenda partidária, como fez em 1950. Esse questionamento foi feito pelo Deputado Saulo Brand durante discurso de Padilha na Câmara por ocasião do suicídio de Vargas.³¹⁴ Essa indefinição de Padilha entre o PRP e a UDN só teve fim após 1955 quando apoiou Juarez Távora para Presidente negando seu apoio a Plínio.

Em seu mandato de 1954 a 1958, Padilha teve como foco principal traçar diretrizes que pudessem demonstrar que o sistema parlamentarista seria melhor para o Brasil do que o sistema presidencialista vinha promovendo ao longo dos anos. Como já foi descrito acima, defendeu o sistema parlamentarista por longos anos. Padilha conservou ainda seu mandato no pleito de 1962 pela UDN.

³¹² *Ibidem*, p. 229.

³¹³ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Candidatos Eleitos*: período de 1945 a 1990. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:2406833542454377::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S>. Acesso em: 07 mar. 2014.

³¹⁴ BRILL, 2006. *Op. cit.*, p. 138.

3.4 – RAYMUNDO PADILHA PERANTE O GOLPE MILITAR DE 1964: IMPRESSÕES FINAIS

Insatisfeitos com os rumos tomados pelo governo de João Goulart, que assumiu a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros em 1961,³¹⁵ setores da direita brasileira associados a algumas alas militares tomaram o governo a força e depuseram João Goulart do poder.³¹⁶

Afinal, por que surgiu esta Revolução? A meu ver, ela surgiu, sobretudo, das consequências ominosas de uma desfiguração da personalidade nacional. O Brasil começou a ser irreconhecível, irreconhecível primeiro, porque os quadros políticos que a dominaram por alguns instantes eram, evidentemente, os menos capacitados para fazê-lo. Os fotógrafos das realidades nacionais eram, simplesmente, amadores, e maus amadores.³¹⁷

Padilha já vinha manifestando sua desaprovação em relação ao governo Goulart. Identificava uma possível crise política no Brasil e isso seria fruto da ingerência ao governo Goulart, que de acordo com Padilha, havia perdido o domínio sobre a massa populacional brasileira.

Se o presidente não vivesse em coexistência pacífica com o agitador, quer dizer, se ele não fosse ao mesmo tempo Presidente da República e agitador sindical, chefe do governo e chefe de célula, Presidente da República e líder estudantil, ou, como disse um jornalista, o mais jovem dos octogenários brasileiros; se não fosse essa circunstância, se o governo não se servisse do microfone dos comícios em vez de usar a mesa redonda das reuniões ministeriais, evidentemente teríamos algo de respeitável, algo de grande apreço. Mas sucede que a crise não combina com o governo, porque a crise funciona de acordo com a música, e não vamos admitir que a música é que se adapta aos pés do dançarino. Por isso, na coexistência não pacífica que existe entre o Presidente e o agitador, nós temos na face da Nação brasileiro seu ríctus trágico e essa tragédia tentaremos interpretar nos poucos, escassos minutos que nos defere o Regimento e nos retifica a generosidade do plenário.³¹⁸

Padilha via em Goulart a imagem de um agitador popular, de um articulador sindical que, segundo ele, não condizia com o papel de Presidente da República, essa era sua principal crítica;

³¹⁵ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 348.

³¹⁶ FERREIRA, 2006. Op. cit., p. 349.

³¹⁷ BRILL, 2006. Op. cit., p. 394.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 353 – 354.

a falta de distância entre governo e movimentos sociais, e com isso o distanciamento do governo com o parlamento e os ministérios. Padilha vê no Golpe de 1964 um recomeço, um novo momento brasileiro que poderia por fim ao que ele identificava como uma crise política e restabelecer nova direção para a nação.

De modo que, apontando para a Revolução alguns rumos, desejando que ela escolha os seus rumos, pedir-lhe-ia que fosse mais orgânica, para não ser tão filosófica. Quer dizer, ela não precisa ficar muito no detalhe, na particularidade dos fenômenos, atuando aqui e ali na desigualdade dos processos. Ela precisa traçar-se um rumo, quer dizer, um sistema. [...] Essa revolução, para mim, é democrática e, sendo democrática, é cristã. Intensificamente solidarista, afasta-se igualmente de uma concepção individualista liberal, como se afasta, evidentemente, de uma concepção coletivista do socialismo. [...] Trace o Senhor Presidente Castelo Branco um rumo largo, franco, amplo, que seja abrangente da totalidade dos nossos problemas. Que esses fatos particulares, aqui e ali, não sejam senão adminículos ou subseções do grande planejamento nacional.³¹⁹

Podemos observar o que Padilha esperava sobre este Golpe, os rumos desejados para o país com a implantação de uma política mais social e com responsabilidade sobre as necessidades do povo em geral. É importante destacar que tanto Goulart quanto a maioria de seus aliados foram exilados como resultado do Golpe militar. Padilha embora já viesse demonstrando descontentamento com o governo de Goulart, tinha a percepção de que naquele momento era importante resguardar seu *status* parlamentar apoiando de certa forma o governo militar constituído. Os militares no poder representavam uma nova chance do governo no Brasil, distante do que vinha sendo feito durante o governo Goulart, mas é inegável que os militares não deixaram escolha para os parlamentares; acompanhavam o novo governo e apoiavam suas ações ou seriam tratados como os aliados de Goulart.

Após 1964, Padilha se identifica com o governo militar e com o passar do tempo começa a se aproximar mais de suas estruturas. Um ano depois do golpe, Padilha já estava participando das ações do governo militar.

Sr. Presidente, eminentes colegas, estou sendo chamado pela Revolução, na semana comemorativa do seu advento, para dizer do meu testemunho em relação aos episódios recém-vividos e a sua projeção possível, provável, na história política do nosso País. Uma revolução como processo é de difícil definição. A revolução vive quantas vezes na nossa subjetividade, na intimidade do nosso ser, como aspiração mais ou menos fugazes ou indefinidas, como um dado psicológico de natureza individual que se projeta por vezes socialmente.³²⁰

³¹⁹ *Ibidem*, p. 412.

³²⁰ *Ibidem*, p. 438.

Em seu discurso em comemoração à conquista da “Revolução”, Padilha chama a atenção dos demais deputados presentes no sentido de demonstrar seu ânimo com os rumos que os militares estavam levando o Brasil. Sem queixas ou discordâncias, Padilha observa que o momento em que o Brasil estava passando iria gerar bases suficientes para um futuro promissor. Seu entusiasmo com os militares ficou mais evidente no final de seu discurso:

Ao termo, a minha palavra final de otimismo:
 Creio no meu País, creio na sua grandeza. [...] Este País que, já na fase crucial e decisiva da interdependência internacional, comparece com um pensamento universalístico em política externa e, por conseguinte, presente a todos os fatos da vida de todos os povos, srs. Deputados, leva-me a afirmar, vamos dizer, as razões profundas do otimismo com que me despeço desta tribuna;³²¹

O otimismo de Padilha com o novo governo lhe gerou, por conseguinte, bons resultados. Padilha foi escolhido líder da maioria do governo na Câmara Federal no início do ano de 1966, durante o governo de Humberto Castelo Branco,³²² posição esse que foi ratificada em 1969 a pedido do então Presidente Emílio Garrastazu Médici.³²³

Padilha conseguiu verba federal para reparar os prejuízos de Petrópolis
 O líder do Governo na Câmara Federal, Deputado Raymundo Padilha, anunciou ontem, depois de entrevistar-se com o Presidente Castelo Branco no Palácio das Laranjeiras, que havia conseguido Cr\$ 1.800 milhões para a Prefeitura de Petrópolis, destinados a reparar os danos provocados pelas últimas enchentes. O Sr. Raymundo Padilha acrescentou que o Presidente ficara muito impressionado com o relato da situação na Cidade, onde 793 casas foram destruídas, deixando 5251 pessoas ao desabrigo. A verba obtida será para pelos Ministérios da Fazenda e da Coordenação dos Organismos Regionais.³²⁴

Petrópolis foi uma cidade que sempre rendeu votos para Padilha, como nas eleições de 1954 quando ele recebeu aproximadamente 1.886 votos só naquela cidade.³²⁵ Essa lembrança da cidade em meio à crise natural que vinha sofrendo foi sem dúvida pelo fato de Padilha ainda ter

³²¹ *Ibidem*, p. 446.

³²² ARENA aponta costa e silva como bom candidato. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1966. Coisas da Política, p. 1.

³²³ CARBONE, Antônio; CARNEIRO, Roberto; CASTRO, Bertoldo de; COUTTO, Francisco Pedro do. Do Ato 5 à Reabertura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1970, p. 14.

³²⁴ PADILHA conseguiu verba federal para reparar os prejuízos de Petrópolis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abril 1966. Primeiro Caderno, p. 14.

³²⁵ RESULTADOS parciais das eleições no interior de Minas e do Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1954, p. 3.

na cidade seu local de votação³²⁶ e também por suas expectativas para as eleições diretas que ocorreram em novembro de 1966, naquele momento Padilha já estava vinculado a ARENA. Padilha deixou a UDN em 1965 após a aplicação do AI-2, o qual extinguiu todos os partidos políticos existentes naqueles momentos e criou o bipartidarismo.

Os partidos somente seriam extintos em 1965, após uma crise política iniciada depois das eleições de governador, o que resultou na decretação do AI-2 (27/10/1965). Com o AC-4 (20/11/1965) determinava-se a criação de partidos cuja exigência crucial era o apoio de 1/3 dos senadores e 1/3 dos deputados. Configurou-se, assim, o sistema bipartidário compulsório com as formações partidárias da Arena e MDB agregando parlamentares oriundos dos partidos do antigo regime.³²⁷

Toda essa movimentação de Padilha no entorno do novo governo estabelecido pelos militares lhe rendeu grandes benefícios políticos. Em 30 de novembro de 1970, Padilha foi empossado Governador do Estado do Rio de Janeiro.³²⁸ A eleição ocorreu nas dependências da Assembleia Legislativa, cujo colégio eleitoral escolheu seu nome para ocupar o cargo.³²⁹

Deixo a Câmara depois de dezoito anos de um convívio que constitui para mim uma experiência singular. Aqui realizei a minha experiência maior de homem político. Aqui vim conhecer alguns dos mais eminentes brasileiros que formam a nossa elite política. Aqui aprendi consideravelmente. Aqui aprendi, de um lado, a exaltação do civismo; de outro, a moderação da compreensão; aqui pude verificar quão necessária é a fiscalização de uma opinião pública, quão indispensável é a presença de um parlamento, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que vivamos. De nossa parte, homem de governo em um terço apenas de nossa atividade parlamentar – pois os dois terços restantes foram dedicados à Oposição -, neste terço final de minha carreira, pude compreender também nem só as responsabilidades que tive de atuar como oposicionista, como compreender, seguramente, solidamente e sinceramente, os esforços aqui despendidos pela ilustre Oposição nesta Casa.³³⁰

Pode-se perceber que o discurso de Padilha mudou com o passar dos tempos. A necessidade de fiscalização da opinião pública são marcas dessa aproximação com o governo militar que, de forma autoritária, estava governando o Brasil. Mas também ainda podemos identificar permanências em seu discurso, como é o caso da exaltação do civismo e a formação de

³²⁶ OBSERVADORES veem a vitória do MDB em SP. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 nov.1966, p. 3.

³²⁷ BRAGA, Maria do Socorro Sousa; Bourdoukan, Adla. *Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público*. Perspectivas : Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impreso), v. 35, p. 117-148, 2009.

³²⁸ BRILL, 2006. Op. cit., p. 545.

³²⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições Anteriores*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores#21>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

³³⁰ BRILL, 2006. Op. cit., p. 545 – 546.

uma elite política com qualificações para governar adequadamente o país. Em seu discurso de despedida da Câmara de Deputados, ficou explícita a confiança de Padilha com os caminhos que a chegada dos militares ao governo estava dando para o país.

Cabe-nos a nós, parlamentares ou homens do Executivo, levar a termo a tarefa considerável de renovação nacional a que se propôs a Revolução de março de 1964. Ela chegará, sem dúvida, a transformações no campo institucional e até nos vários pontos ou nos vários rumos sentidos ou pressentidos pelos anelos da Oposição. Mas é indispensável, de outra parte, que tenhamos compreensão de que o Estado moderno, nas condições internacionais em que vive, não sofreu transformações puramente endógenas, mas de caráter exógeno, provindas das circunstâncias que para nós se tornaram inevitáveis e não poderiam deixar de influir, de certa maneira indireta, na condução da coisa pública em nosso próprio País. Se se busca o equilíbrio social, se se busca o progresso econômico, se temos mister de conciliar a disciplina social com os ideais supremos e inderrogáveis de liberdade, que são o cerne da formação política brasileira, é preciso tenhamos a necessária compreensão dos fatos e o sentido de oportunidade que deve surgir a cada momento, não em boa parte pelo determinismo das circunstâncias históricas, mas em boa parte pela nossa própria ação persuasiva, sobretudo dentro deste Parlamento.³³¹

Essas palavras encerram a atuação parlamentar de Raymundo Padilha. É evidente seu apoio ao regime político no qual o Brasil estava mergulhado. Padilha justifica a força e a forma do governo como sendo necessárias para fazer frente àquele momento político internacional, que era de caráter exógeno, na avaliação de Padilha. Para ele, o governo não poderia agir como resultado das transformações históricas, mas sim, de forma preventiva com sua própria ação persuasiva.

Sua atuação no cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro se deu até 15 de março de 1975 quando, pelo fato da fusão do Estado do Rio com o Estado da Guanabara, foi destituído do cargo não ocupando mais nenhum posto político.

Os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro deixarão de existir às 9h 30m de amanhã quando, na presença dos Governadores Chagas Freitas e Raymundo Padilha, e do Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, for lido, em voz alto, o termo de posse do Almirante Faria Lima no Governo do novo Estado do Rio de Janeiro.³³²

³³¹ *Ibidem*, p. 506.

³³² NOVO Estado começa a existir às 9h30 de amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1975. Primeiro Caderno, p. 16.

Padilha faleceu em 19 de setembro de 1988 no Rio de Janeiro.³³³ *O Jornal do Brasil* apenas vincula uma pequena nota de falecimento, seis dias após sua morte, não fazendo mais nenhum tipo de reportagem a respeito.

Como pode-se observar neste capítulo, Padilha ao longo de 23 anos de vida política passou por graves crises que quase ameaçaram sua permanência no governo. É importante perceber que Padilha foi um homem político totalmente inserido no jogo social, no sentido da tentativa de se preservar e permanecer como parlamentar. Não devemos vê-lo como uma figura descolada e acima do campo político, mas sim como um personagem fruto das articulações históricas. Podemos perceber que Padilha ao longo dos anos não alterou muito de seus conceitos iniciais, mas que ao passar dos tempos, ficou mais flexivo em suas alianças. Isso foi um ponto importante para que Padilha tenha chegado ao Executivo Fluminense, sua afeição pelo então Regime Militar vigente e seu diálogo como líder do governo na Câmara.

³³³ BRILL, 2006. Op. cit., p. 55 – 57.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo da trajetória de Padilha podemos penetrar em uma rede composta pelas principais lideranças integralistas e seus familiares e de um enfoque privilegiado, pode-se perceber estratégias e conflitos do grupo ao longo do período em que o integralismo esteve na clandestinidade e também foi possível analisar o processo em que essas lideranças articulam o reingresso do grupo no cenário político democrático de 1945.

As lideranças integralistas não deixaram de se articular mesmo durante o período de clandestinidade. Isso pode ser notado com o desenvolvimento da pesquisa quando é visível a intensa atuação da Padilha e outras lideranças como Gustavo Barroso, realizando reuniões, repassando aos integralistas em geral informações vindas de Lisboa, e com as publicações em jornais de cartas e manifestos enviados por Plínio. Ponto importante este, pois, embora o Estado Novo tenha freado as articulações políticas proibindo os partidos, os integralistas ainda continuaram com a esperança de serem incorporados ao novo governo. De certa forma, os integralistas viam no Estado Novo algo muito próximo ao que Plínio defendeu como forma de governo e com isso, mantiveram suas esperanças, o que serviu como inspiração para permanecerem na clandestinidade, mesmo com um ou outro integralista sofrendo com prisões ou mesmo exílio.

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar dados de extrema relevância, como na correspondência enviada por Plínio a seu genro Loureiro, em 04 de maio de 1946, quando o chefe integralista esclarece que o integralismo nunca ultrapassou um modesto número de filiados. Esse fato de extrema importância mereceu uma análise ampla, uma vez que a historiografia até então desconhecia a informação. As discussões sobre a formação do novo partido político integralista no pós-Estado Novo podem ser percebidas no conteúdo desta carta. Plínio relatou algo até então obscuro sobre a trajetória da militância da AIB. A manipulação dos números de associados justamente para dar força ao integralismo foi algo que marcou as pesquisas já que os números dos associados sempre foram imprecisos. Padilha participou da formação do novo partido, o PRP, que surgiu na política brasileira como algo novo, um projeto que iria além das bases integralistas, que poderia projetar Plínio no âmbito nacional. Como foi analisado, reestruturar a AIB naquele momento era ressuscitar um projeto que já poderia estar fadado a derrota. O PRP surgiu como um partido neutro, embora elaborado e dominado pelos

integralistas, ele foi uma proposta de aproximação da AIB com outras tendências da política brasileira. É importante observar que a tentativa de desassociar o PRP do integralismo era justamente para abrir o campo de negociação, abrir a leque de coligações e ampliar os horizontes da AIB.

Outro ponto fundamental foi o rompimento de Padilha e Plínio no contexto das eleições presidenciais. Embora escassas as fontes, as pesquisas apontam para um rompimento ideológico, uma intransigência entre pensamentos. Naquele momento já podemos identificar a figura de Padilha menos atrelada aos ideais do chefe, já formulando suas próprias opiniões e conceitos. Padilha não concordou com a indicação do PRP de lançar Plínio Salgado como candidato as eleições presidenciais de 1955. Para Padilha o momento era frágil e necessitava de uma articulação maior, formando um bloco entre vários partidos políticos para fazer frente à candidatura de Juscelino Kubitschek o que não foi acolhido com bons olhos por Plínio e isso gerou o afastamento entre os dois.

Com o desenvolvimento deste trabalho foi possível nortear alguns pontos que se tornaram chave para a pesquisa do tema proposto. Um dos principais interesses da presente dissertação era entender as estratégias utilizadas por Raymundo Padilha para se manter como um político de direita e também perceber qual foi sua trajetória até a chegada ao mais alto cargo do Executivo fluminense em 1970. Entender quais os pontos positivos e negativos que sua filiação ao integralismo poderia ter gerado para a sua vida política e também perceber como os integralistas conseguiram se rearticular no pós Estado Novo em torno do PRP. A essas perguntas alguns aspectos podem ser observados.

Após a elaboração da presente dissertação, foi possível identificar que as escolhas feitas por Padilha ainda nos seus primeiros passos rumo à política sempre estiveram presente em sua vida. O fato de Padilha ter feito parte da AIB serviu como trunfo nas mãos de seus opositores ao longo de toda a sua vida parlamentar. Embora Padilha nunca tenha sido privado de cargos políticos ou de funções parlamentares por motivo de suas heranças integralistas, ele teve que lidar com as associações constantes de ex-integralista até o final de sua trajetória política. A publicação do “Livro Azul” voltou ao cenário parlamentar por inúmeras vezes fazendo com que Padilha tivesse que se explicar sobre essas heranças integralistas. O resultado disso foi que, embora o integralismo não tenha sido empecilho para que Padilha se articulasse na política,

assuntos como o “Livro Azul” e AIB serviram sempre como temas polêmicos que a oposição utilizava na tentativa de desarticular suas pretensões políticas.

Podemos verificar que Raymundo Padilha ao longo de sua trajetória política perpassou por vários momentos da História Brasileira seguindo seus ideais e articulando sua permanência no cenário político. É importante observar a mudança na caminhada de Padilha para um amadurecimento político. Esse é um ponto importante dessa pesquisa, perceber que a figura de Padilha, que agia em nome do chefe Plínio Salgado, conseguiu de certa forma criar bases ideológicas e romper com seu maior mentor. Fazendo um paralelo com Plínio Salgado se percebe que as dificuldades ou vantagens que um ex-integralista poderia enfrentar no cenário político brasileiro na nova fase pós Vargas não era muito diferente. A vida parlamentar de Plínio durou 15 anos, de 1959 a 1974, ano em que se aposentou da política. Além da semelhança do tempo parlamentar entre os dois há também a obstinada oposição que estava sempre presente relembrando de fatos passados, sempre associando Padilha e Plínio as lembranças integralistas e fascistas.³³⁴ Embora isso tenha sido uma realidade na vida dessas duas figuras políticas, tanto Plínio quanto Padilha permaneceram na vida parlamentar por longos anos.

Dissertar sobre Padilha ajudou a perceber algumas informações sobre o integralismo ao mesmo sobre a sua trajetória que ainda se apresentavam de forma pouco detalhada. O estudo da trajetória permite entender certos fatos que estudados de forma isolada não podem ser vistos plenamente. Associar o indivíduo ao meio social que ele vive e entender como este indivíduo faz trocas com outros atores sociais não é algo simples. Mas esta forma de pesquisa nos ajuda a ir além do indivíduo, nos ajuda a entender vários mecanismos sociais.

³³⁴ Sobre a trajetória de Plínio Salgado, conferir: GONÇALVES, 2012, op. cit. pág. 521.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVOS

- Arquivo Público Municipal de Rio Claro – Fundo Plínio Salgado.
- Biblioteca Municipal de Petrópolis – Sala Petrópolis.
- Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

PERIÓDICOS

- A Offensiva, 1935.
- Anauê, 1935, 1937.
- Diário de Notícias, 1945
- Jornal A Manhã, 1935.
- Jornal A Marcha, 1934.
- Jornal de Petrópolis, 1934, 1935, 1938.
- Jornal do Brasil, 1935.
- Tribuna de Petrópolis, 1934, 1935.

ARTIGOS EM JORNAIS

ARAUJO, Valdir. *Líder nacional, o homem do rato e da vassoura...* . Diário Carioca, Rio de Janeiro, 13 jul. 1955. Opinião do Leitor, p. 2.

CARBONE, Antônio; CARNEIRO, Roberto; CASTRO, Bertoldo de; COUTTO, Francisco Pedro do. Do Ato 5 à Reabertura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1970, p. 14.

MACEDO, Nertan. Os quatro pequenos e a sucessão. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 dez. 1953, 1ª seção.

PADILHA, Raymundo. *A voz do Esperado*. A Marcha, Petrópolis, p.2, 16 jun. 1934.

_____, Raymundo. *Paradoxo da teoria liberal*. A Marcha, Petrópolis, p.2, 19 mai. 1934.

SALGADO, Plínio. Manifesto-Diretiva. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 10, 9 set. 1945.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yeddo Fiúza*. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim; OLIVEIRA, Alexandre Luís de. O jornal A Marcha e a estruturação da AIB em Petrópolis - RJ (1934). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. (Org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, v. 1, p. 287-304, 2011.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *Petrópolis, 1935: Greve e conflitos na cidade imperial*. 2009. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *O Brasil Republicano*. v.3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ARGOLO, José Amaral e FORTUNATO, Luiz Alberto. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6. p. 67-81, 2006.

BERTONHA, João Fábio. *Os integralistas pós-1945*. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009.

Blue Book on Argentina. Memorandum of the United States Government. Washington, D.C., February 1946.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: autêntica editora, 2011.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; Bourdoukan, Adla. *Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público*. *Perspectivas : Revista de Ciências Sociais* (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 35, p. 117-148, 2009.

BRASIL. Câmara Federal. Ementa para concessão de PENSÃO ESPECIAL DE Cr\$ 6.000,00 A DONA ARACY CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, FILHA DO GENERAL BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, O FUNDADOR DA REPUBLICA. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;jsessionid=9349AFA77A48310C6A328C24BE81FFF3.node2?idProposicao=218447&ord=1&tp=completa>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Candidatos Eleitos: período de 1945 a 1990. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:2406833542454377::NO:RP:P0_HID_MOS TRA:S>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Anteriores. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores#21>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BRILL, Paulo. *Raymundo Padilha/seleção de discursos* e introdução por Paulo Brill. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. (Perfis Parlamentares; n. 46).

BRITO, Raimundo de Farias. *A verdade como regra das ações*: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. LXIV + 156 (Edições do Senado Federal; v. 51).

CALABRE, Lia. *Conspirações sonoras: A rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953-1954)*. In: BAUM, Ana. Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. Partido de Representação Popular. Estrutura interna e inserção eleitoral. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, jan.-jul. 2011.

_____, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus* (UFJF), v. 16, p. 65-86, 2010.

_____, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Departamento De Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. *Entrevista com o Sr. Gerardo Mello Mourão* - Realizada Em 14/11/2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a->

camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/gerardo-mello-mourao/texto>.

Acesso em: 01 set. 2013.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional. A ação integralista no Maranhão. (1933-1937)*. São Paulo: Annablume, 1999.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: as formações das tradições. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena, CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e Mobilização Popular. 2. Ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961) 2010. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 2010.

CONNIFF, Michael L. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30 in: Figueiredo, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

COUTINHO, Amélia. Raimundo Delmiriano Padilha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/08/2013.

CRUZ, Natalia Reis. A Ação Integralista Brasileira. Um Subversivismo Reacionário no Contexto da Revolução Passiva de 1930 e da Modernização Conservadora. In: *Seminário Internacional*

Gramsci e os Movimentos Populares, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo. 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 – 1964)* 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2006.

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem, a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os primeiros anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). *À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/apresentacao>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____; Literatura e Autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito. GONÇALVES, Leandro Pereira. PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional sindicalismo, Nazismo, Fascismos*. Recife: UFRPE, 2010.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano*. São Paulo: Senac: 1998.

LEMOS, Renato. Raul Pilla. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 07/03/2014.

LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945 - 1955)* 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LIPPI, Maria Lúcia. *O partido Social Democrático*. São Paulo, 1972.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. UFRJ/PPG História Comparada. Dissertação de Mestrado. 2005.

MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. *A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MALATIAN, Teresa. *Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARTINS, Luciano. Estado Novo. ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 01/08/2013.

MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, s.d., v.1.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Crianças do sertão: a história de vida dos jaguncinhos da guerra de Canudos*. 2011. 143 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Alexandre Luís. *O Movimento Integralista em Petrópolis – 1933/1938*. 2010. 59 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

PADILHA, Raymundo Delmiriano. *O integralismo e o Partido de Representação Popular (discursos)*. Rio de Janeiro, 1946.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. *Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na constituição do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)*. In: *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. *70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL)*. Leituras cotidianas, n° 135. set. 2005. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm>. Acesso em 01/08/2013.

REALE, Miguel. *Memórias: Destinos cruzados*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1.

SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*. Edição do Núcleo Municipal de Niterói, abril de 1937.

SANTANA, Emerson Nogueira. *Camisas-verdes em marcha no solo mineiro*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, Ano 42, p. 82-93, 2006.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estados e Partidos Políticos no Brasil*. (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TAULOIS, Antonio Eugenio. *História de Petrópolis*. UCP/IHP. 2007. <www.petropolis.rj.gov.br> Acesso em: 01/08/2013.

TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

TRINDADE, Héliqio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; 1974.

_____. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro. [et al.]. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. V,10: sociedade e política. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Sociedade de Estudos Políticos – SEP. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/08/2013.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira – análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.